

Fernanda Alina de Almeida Andrade

Estratégias e Escritos:

Francisca Diniz e o

Movimento Feminista no Século XIX

(1873 / 1890)

Belo Horizonte

Universidade Federal De Minas Gerais

2006

FERNANDA ALINA DE ALMEIDA ANDRADE

Estratégias e Escritos:

Francisca Diniz e o

**Movimento Feminista no Século XIX
(1873 / 1890)**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

Área de concentração: História Social da Cultura

Orientadora: Prof^a Dra. Thaís Velloso Cougo Pimentel

Belo Horizonte
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Federal de Minas Gerais
2006

Dissertação defendida e aprovada pela banca examinadora em 11 de maio de 2006, constituída pelos seguintes professores:

Prof^a. Dra. Thaís Velloso Cougo Pimentel (orientadora)
Universidade Federal de Minas Gerais

Prof^a. Dra. Lucília de Almeida Neves
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Prof. Dr. Luiz Carlos Villalta
Universidade Federal de Minas Gerais

Prof^a. Dra. Regina Horta Duarte
Universidade Federal de Minas Gerais

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha orientadora Thaís, pela dedicação e esforço em fazer o melhor pelo meu trabalho. Essa dissertação somente foi possível graças a sua experiência e competência.

A minhas amigas e colegas de mestrado Gizella, Marcela e Tatiana que contribuíram em transformar essa fase de dúvidas e angústias em uma experiência solidária e divertida.

Ao Professor Luiz Carlos Villalta, por quem tenho muita admiração pela pessoa e pelo trabalho, agradeço o incentivo e a ajuda que me tem dado.

Um agradecimento especial à pesquisadora Maria do Carmo Salazar Martins que me apresentou a Francisca Diniz e mostrou que o exercício da pesquisa histórica pode ser marcado pela generosidade e compartilhamento.

O SEXO FEMININO

SEMANARIO DEDICADO AOS INTERESSES DA MULHER

Assignatura para côrto

| | |
|--------------------|---------|
| POR ANNO..... | 10\$000 |
| POR SEMESTRE..... | 5\$000 |
| POR TRIMESTRE..... | 3\$000 |

Toda correspondencia será dirigida a redactora
D. Francisca Senhorinha da Motta Diniz.
Praça da Aclivação N. 49. 388186.

É pelo intermedio da mulher que a natureza
escreve no coração do homem.

ADAM MARTIN.

Se quereis que os homens sejam sábios e
justos, ensina a mulher a que é subor-
dinação e virtude.

Assignatura para provincias

| | |
|--------------------|---------|
| POR ANNO..... | 12\$000 |
| POR SEMESTRE..... | 6\$000 |
| POR TRIMESTRE..... | 3\$700 |

As pessoas que assignarem conjuntamente o SEXO
FEMININO e a SAISON, jornal de modas propriedade
dos Srs. Lombardi & Comp. obtêm esta dupla assi-
gnatura por 20\$000 annuaes. Rua dos Ourives 7.

Anno II

Rio de Janeiro, 10 de Outubro de 1875

N. 11

Se atendermos que a palavra foi dada à criatura humana para por meio dela, esta mesma criatura tirar vantagens preciosas da sociedade e cumprir os deveres a que está ligada para com seus semelhantes, facilmente se conhecerá que o uso que dela devemos fazer não deve ser oposto aos nossos sentimentos, nem aos deveres de sociabilidade.

Francisca Senhorinha da Motta Diniz

O Sexo Feminino, 14 de setembro de 1889

RESUMO

Este trabalho é fundamentado em uma análise dos escritos produzidos por Francisca Senhorinha da Motta Diniz, escritora, editora, proprietária de jornal, professora e atuante do movimento pelos direitos das mulheres do século XIX. O objeto principal desse estudo são os seus periódicos feministas *O Sexo Feminino (1873 - 1889)* e *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino (1889 - 1890)*. Constituem, ainda, fontes para este trabalho, a revista *Primavera* (1880) e o romance, de sua autoria, *A Judia Rachel*, publicado em 1886.

A proposta é investigar as estratégias editoriais adotadas por Francisca Diniz e utilizadas a fim de obter sucesso nessas publicações, bem como, as estratégias utilizadas para melhor divulgar a causa da emancipação feminina.

Os escritos de Francisca Diniz reproduziram, em boa parte, o discurso positivista vigente na época, que valorizava a mulher a partir de sua condição de esposa e mãe. Essa valorização do papel da mulher no universo privado contribuía para afastar as mulheres da política, do trabalho e da esfera pública. Entretanto, Francisca Diniz apresentou, também, reivindicações quanto à inserção da mulher no espaço público e no mercado de trabalho, defendendo, inclusive, a igualdade entre os sexos. A análise será feita no sentido de compreender como que, através da escrita, o feminismo do século XIX promoveu a emancipação da mulher, mesmo que, a partir de um discurso de valorização da participação feminina na esfera doméstica.

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| INTRODUÇÃO | 7 |
| | |
| CAPÍTULO I: A mulher e a escrita no Brasil do século XIX | 14 |
| 1 Francisca Diniz | 21 |
| | |
| CAPÍTULO II: Um periódico dedicado aos interesses da mulher..... | 35 |
| 2.1 O Sexo Feminino | |
| e o Quinze de Novembro do Sexo Feminino | 35 |
| 2.2 A Primavera..... | 55 |
| 2.3 A Judia Rachel | 61 |
| | |
| CAPÍTULO III: A racional emancipação da mulher | 74 |
| 3.1 Um ideal de mulher | 82 |
| 3.2 A educação do sexo feminino | 99 |
| 3.3 Além da mulher ideal | 119 |
| | |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 128 |
| | |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 131 |
| | |
| FIGURAS | 142 |

Introdução

Este trabalho tem como objetivo uma análise dos escritos produzidos por Francisca Senhorinha da Motta Diniz, escritora, editora, proprietária de jornal, professora e atuante do movimento pelos direitos das mulheres do século XIX. O objeto principal desse estudo são os seus periódicos feministas *O Sexo Feminino* (1873 - 1889) e *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino* (1889 - 1890)¹. Constituem, ainda, fontes para este trabalho, a revista *Primavera* (1880) e o romance, de sua autoria, *A Judia Rachel*, publicado em 1886.

A intenção inicial desta pesquisa era de trabalhar somente com os jornais *O Sexo Feminino* (1873 - 1889) e *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino* (1889 - 1890), em uma proposta de estudar a imprensa feminina do século XIX, inserindo-a em um contexto mais amplo da imprensa brasileira. Outro objetivo inicial era o de estudar a condição feminina do século XIX a partir da voz de uma protagonista da época. No decorrer da pesquisa, tornou-se claro que a trajetória de Francisca Senhorinha da Motta Diniz merecia um estudo mais particularizado, como também, toda sua produção literária. Seus escritos são símbolos da própria emancipação da mulher no Brasil, pois o simples fato de tê-los escritos e, o mais difícil, tê-los levado a público, por si só já representa a luta dessas mulheres.

Em relação à documentação, os jornais, e também o romance *A Judia Rachel*, encontram-se em bom estado de conservação na Biblioteca Nacional. Da revista *Primavera*, publicada pela autora, foram localizados somente 07 (sete) exemplares, o que não permitiu determinar, em termos quantitativos, a constância e o sucesso desta publicação. Francisca Diniz também foi a criadora e a editora da revista *A Voz*

¹ Em virtude de *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino* ser uma continuação de *O Sexo Feminino*, a nomenclatura *O Sexo Feminino* referir-se-á a ambos os jornais.

da Verdade (1885), da qual, infelizmente, não foi possível encontrar nenhum exemplar².

A imprensa brasileira direcionada a um público feminino tem seu início, no Rio de Janeiro em 1827, com a publicação do jornal *O Espelho Diamantino: periódico de política, literatura, belas artes, teatro e modas, dedicado às senhoras brasileiras*. Ao que tudo indica, *O Espelho Diamantino*, possuía, na verdade, apenas uma seção direcionada às mulheres. Em seguida, foi publicado, em 1839, também no Rio de Janeiro, *O Correio de Modas*³. A imprensa feminina escrita por mulheres tem início, em 1850, em Recife, com a publicação de dois jornais intitulados *A Esmeralda* e *O Jasmim*. Em 1852, no Rio de Janeiro, surgia *O Jornal das Senhoras*, uma leitura destinada à mãe de família que, *quanto mais ilustrada, mais preencheria essa missão sagrada de esposa e mãe*. Em 1862, também no Rio de Janeiro, foi publicado *O Bello Sexo*, cujo cabeçalho anunciava aos seus leitores de que se tratava de *um periódico religioso, de instrução e recreio, noticioso e crítico moderado*⁴. A proposta desta pesquisa não é de elaborar uma análise comparativa entre os periódicos *O Sexo Feminino*, *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino* e os outros veículos da imprensa escritos por mulheres durante o século XIX⁵. Como

² Encontram-se referências a três exemplares dessa revista no trabalho de HAHNER, June. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850 - 1937*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981, p 48; no qual é destacado o caráter abolicionista de *A Voz da Verdade*.

³ FONSECA, Godim da. *Bibliografia do jornalismo carioca (1808 - 1908)*. Rio de Janeiro: Livraria Quaresma, 1941. apud BUITONI, Dulcília Helena Schroeder. *Mulher de papel: a representação da mulher na imprensa feminina brasileira*. São Paulo: Loyola, 1981, p 12.

⁴ DUARTE, Constância Lima. *A mulher e o jornalismo: contribuição para uma história da imprensa feminina*. In: *Mulher: cinco séculos de desenvolvimento na América: capítulo Brasil*. Belo Horizonte: Federação Internacional de Mulheres da Carreira Jurídica, 1999, p 424 - 425.

⁵ Para um trabalho bastante abrangente sobre a imprensa feminina do século XIX, ver: BICALHO, Maria Fernanda Baptista. *O Bello Sexo: imprensa e identidade feminina no Rio de Janeiro em fins do século XIX e início do século XX*. 1988. Dissertação (Mestrado) - UFRJ, Rio de Janeiro.

afirmado acima, as fontes desta pesquisa restringem-se à produção literária de Francisca Diniz. Entretanto, em diferentes trabalhos acadêmicos, que estudam a mulher, a imprensa ou o movimento pelos direitos das mulheres, encontram-se citações sobre Francisca Diniz que a inserem, do ponto de vista de sua atividade como escritora e como feminista, no contexto da imprensa feminina de sua época.

Parece haver um consenso sobre o pioneirismo e a intensidade do engajamento de Francisca Diniz. Celi Regina Jardim Pinto define o periódico *O Sexo Feminino* como, possivelmente, o primeiro jornal brasileiro dedicado a divulgar a causa das mulheres. Godim da Fonseca compartilhava dessa opinião, referindo-se ao pioneirismo do periódico ao defender com energia os direitos das mulheres, querendo-os iguais aos dos homens. June Hahner a denominou como uma das mais ardorosas editoras de jornal feminista. Maria Amélia de Almeida Teles definiu *O Sexo Feminino* como o exemplo de jornalismo mais avançado do período⁶. Francisca Diniz não foi a primeira voz em defesa dos direitos das mulheres no Brasil, entretanto, foi uma das representantes de um movimento que se encontrava em seus primórdios, seus escritos foram inovadores em diversos aspectos e, em sua obstinada luta pelos direitos das mulheres, apresentou propostas mais radicais do que muitas de suas contemporâneas.

Uma das questões que surgiu nesta pesquisa foi definir se o jornal *O Sexo Feminino* e a atuação de Francisca Diniz, como escritora, poderiam ser classificados como feministas. É difícil estabelecer uma definição precisa do que seja feminismo.

⁶ PINTO, Celi Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003, p 31. HAHNER, June, 1981, p 54. FONSECA, Godim da. apud BUITONI, Dulcília Helena Schroeder, 1981, p 25. TELES, Maria Amélia de Almeida. *Breve história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1993, p 34.

No século XIX, não ocorreu um movimento feminista propriamente dito, como o que ocorreu a partir do século XX, e sim, vozes esparsas que se manifestaram, principalmente, por meio da imprensa. Porém, o movimento feminista não se organiza, necessariamente, de uma forma centralizada. Ele caracteriza-se pela auto-organização das mulheres em suas múltiplas frentes, como em grupos pequenos, onde se expressam as vivências próprias de cada mulher. Ao afirmar que o sexo é político, o feminismo rompeu com os modelos políticos tradicionais, que atribuem neutralidade ao espaço individual e que definem política unicamente a esfera pública e objetiva. O feminismo manifesta-se em grupos organizados, manifestações culturais ou outras formas de expressão e na esfera doméstica⁷. O feminismo abarca todos os aspectos da emancipação das mulheres e inclui qualquer luta para melhorar sua condição social, política ou econômica⁸. Ou de uma maneira mais abrangente, o feminismo consiste em toda ação empreendida em defesa do sexo feminino⁹. Então, é possível afirmar que Francisca Diniz, por meio de seus jornais, foi uma participante do feminismo no Brasil. Durante o século XIX, qualquer grupo com pretensão de se apresentar à sociedade com novas idéias buscava a imprensa para se expressar, para formar uma opinião pública a seu favor¹⁰.

O Sexo Feminino, como de resto toda a imprensa do século XIX direcionada a um público de mulheres, reproduzia um discurso vigente de normatização da conduta feminina, baseada na valorização da mulher a partir de sua condição de esposa e mãe. A publicação desse jornal foi pautada, principalmente, pela busca do direito de uma educação mais aprimorada para as mulheres. Essa educação visava,

⁷ ALVES, Branca Moreira; PITANGUI, Jacqueline. *O que é feminismo*, p 8 - 10.

⁸ HAHNER, June, 1981, p 25.

sobretudo, a constituição de uma mulher apta a desempenhar suas funções para na estrutura familiar e no espaço do lar. Essa valorização do papel da mulher no universo privado contribuía para afastar as mulheres da política, do trabalho e da esfera pública.

Além de suas propostas de reafirmação da mulher no espaço privado, *O Sexo Feminino* apresentou, também, reivindicações quanto à inserção da mulher no espaço público e no mercado de trabalho, defendendo, inclusive, a igualdade entre os sexos. A análise será feita no sentido de compreender essa ambigüidade presente nos escritos de Francisca Diniz, ou melhor, como, essas propostas, aparentemente ambíguas, configuraram-se, na verdade, em estratégias para a emancipação da mulher.

Nesse sentido, pode-se afirmar que, para os movimentos feministas do século XIX, a educação apresentou-se como uma etapa necessária para o acesso à esfera pública e à participação política. As mulheres possuíam a consciência de que a sua participação nos círculos letrados (esfera literária) era uma condição necessária para a conquista da esfera pública¹¹.

No primeiro capítulo, serão apresentados alguns dados biográficos da responsável pelas publicações, Francisca Senhorinha da Motta Diniz. Esta apresentação justifica-se por este trabalho utilizar-se da produção literária de uma única pessoa. Da mesma forma, é importante inserir a autora nas condições históricas que tornaram possível a atividade de escritora, em uma época em que as

⁹ DUARTE, Constância Lima. *A ficção didática de Nísia Floresta*. In: *500 Anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p 295.

¹⁰ PINTO, Celi Regina Jardim, 2003, p 28.

¹¹ HOLLANDA, Heloísa Buarque de. *Os estudos sobre mulher e literatura no Brasil: uma primeira avaliação*. In: COSTA, Albertina de O. & BRUSCHINI, Cristina, *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992, p 67.

mulheres encontravam-se afastadas dos círculos de saber, bem como, compreender as particularidades de Francisca Diniz em relação às mulheres de seu tempo, feministas ou não.

No segundo capítulo, serão analisados os objetos de pesquisa aqui utilizados: os jornais *O Sexo Feminino* e *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino*, a revista *Primavera* e o romance *A Judia Rachel*. Essa análise busca compreender quais os objetivos contidos na publicação de um periódico editado por uma mulher durante o século XIX. Tendo em vista que, nesse período, a imprensa constituía-se em um verdadeiro espaço político. Nos três impressos aqui estudados, é possível perceber a finalidade de promoção da educação feminina, como também, a finalidade de promover uma mulher imbuída de uma missão social.

No terceiro capítulo, será analisada a proximidade existente entre os conceitos do positivismo - como corrente filosófica e política produtora de discursos sobre a mulher - e as propostas de Francisca Diniz em relação à educação e à condição da mulher na sociedade. Será analisado o conceito de educação presente em *O Sexo Feminino* e, também, será feita uma análise do processo de redefinição do papel da mulher na estrutura familiar, a partir do seu acesso à educação. Abordar-se-á a busca pela igualdade de direitos empreendida pelo jornal *O Sexo Feminino*, no tocante às reivindicações ao mercado de trabalho e ao direito de participação política das mulheres.

Capítulo I

***A mulher e a escrita no Brasil
do século XIX***

Para melhor compreender a importância do surgimento dos jornais direcionados ao público feminino, e, mais importante ainda, o surgimento de jornais escritos e editados por mulheres, torna-se necessária uma rápida apresentação sobre a situação da mulher no Brasil do século XIX¹².

Durante o período Imperial, vigorava, tanto na cidade como no campo, uma severa disciplina patriarcal¹³. Forçadas por seus pais a se casarem extremamente jovens, com homens bem mais velhos – os quais muitas vezes só foram conhecer no altar – e, quase sempre, mães de numerosos filhos, as mulheres do século XIX estavam fadadas a uma vida de faina e muito labor dentro de um ambiente doméstico¹⁴. O casamento representava, para essas mulheres, a única alternativa em uma sociedade patriarcal, que atribuía à mulher a exclusiva função de esposa, mãe e dona de casa.

A mulher de família era identificada com o interior da casa, de onde deveria sair apenas em situações muito especiais, pois a rua era o domínio da escrava e da prostituta¹⁵. Os relatos de vários viajantes europeus, que estiveram no Brasil durante o oitocentos, narram o costume das mulheres de não se apresentarem a estranhos, não se sentarem à mesa durante a refeição – em um jantar, por

¹² A condição feminina, aqui apresentada, refere-se, quase que exclusivamente, à realidade da mulher branca de um segmento social mais elevado. Este texto sobre a situação da mulher no século XIX, baseou-se, principalmente, em MARTINS, Maria do Carmo Salazar. *Janelas de treliça: mulher e trabalho na província de Minas Gerais*. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 1994. Também, LEITE, Miriam Moreira (org.). *A condição feminina no Rio de Janeiro: século XIX*. São Paulo: HUCITEC, 1984.

¹³ COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república*. São Paulo: Grijalbo, 1977, p 188

¹⁴ A historiografia mais tradicional aponta as mulheres brancas e pertencentes às camadas médias como distantes do universo do trabalho. Entretanto, consideramos o ócio como uma condição exclusiva de camadas bastante ricas, ou seja, segmentos menos expressivos. Para ver mais sobre o trabalho feminino no século XIX: MARTINS, Maria do Carmo Salazar, 1994.

¹⁵ LEITE, Miriam Moreira, 1984, p 63

exemplo, sentavam, apenas, o dono da casa e seu hóspede – e de os homens segregarem esposas e filhas do convívio social¹⁶.

O enclausuramento dessas mulheres é um dos maiores indícios de quão pesada seria a luta pela causa feminina no Brasil. Além das mulheres carregarem o estigma de somente servirem como procriadoras, de serem vistas quase como adereços do mobiliário da casa, persistia, no Brasil, uma desconfiança em torno da moral e do comportamento feminino. As moradias brasileiras reservavam cômodos específicos para as mulheres, os quais atendiam à dupla função de garantir a privacidade e facilitar sua vigilância. A vida social restringia-se a alguns passeios e, principalmente, a freqüência à missa. Durante o século XIX, ainda persistiu o hábito colonial das famílias saírem à rua em verdadeiros cortejos, nos quais as moças solteiras, em sua rápida aparição na rua, caminhavam sob os olhares atentos dos pais.

Embora no geral fosse essa a situação da mulher, é certo que existiram exceções. Muitas mulheres, cujas trajetórias já foram amplamente investigadas pela historiografia, se contrapõem a esse perfil de mulher reclusa, submissa e dependente financeiramente. Dentre as mulheres de elite, houve ricas senhoras de engenho que administraram fazendas, terras, escravaria e bens - geralmente por motivo de viuvez e/ou herança.

¹⁶ COSTA, Emília Viotti da, 1977, p 188

Nas cidades houve, também, um grande número de mulheres à frente de pequenos comércios e, não raro, muitas mulheres chefes de famílias¹⁷. Pesquisas sobre as mulheres forras, por exemplo, demonstram a capacidade feminina de participação econômica e, em razão dela, de mobilidade social¹⁸.

As críticas referentes à situação da mulher presentes nos periódicos *O Sexo Feminino* e *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino* são, especialmente, endereçadas a um perfil de mulher branca e de um segmento social mais elevado. Francisca Diniz aparentemente ignorou um contingente de mulheres que trabalhavam, que viviam em concubinato, cujos filhos eram naturais. Francisca Diniz criticava a escravidão, criticava o hábito de separarem os filhos das mães (no caso da venda de escravos), mas seu discurso, ao tratar da emancipação feminina, era dirigido a uma mulher casada e privada do universo do trabalho. É preciso lembrar que as mulheres das classes altas e médias, e especialmente as mais moças, viviam muito mais reclusas¹⁹. Se são muitas as diferenças entre as mulheres brasileiras no século XIX, no tocante a suas origens e modos de vida, uma questão, no entanto, as aproximava: a inacessibilidade à educação. Senhorinhas, senhoras ou escravas, fosse qual fosse sua origem, estavam igualmente distantes dos bancos escolares.

¹⁷ Referências a esses exemplos de mulheres em: FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1968, p 96. HANER, June, 1981, p 28. Para um trabalho crítico sobre a visão de família patriarcal no Brasil e sobre o papel da mulher nesse contexto, ver: CORRÊA, M. Repensando a família patriarcal brasileira, In: *Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

¹⁸ Sobre a participação das mulheres em comércio e sobre as atividades econômicas das mulheres forras, ver: FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. *O avesso da memória: cotidiano de trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII*. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: Edunb, 1993.

¹⁹ LEITE, Miriam Moreira, 1984, p 68.

A educação formal da mulher não era vista como necessária. Saber ler e escrever parecia mais do que suficiente. No Brasil do século XIX, ainda prevalecia o velho provérbio português: *uma moça está suficientemente bem educada quando consegue ler seu livro de missa e escrever a receita de goiabada*²⁰. Perdurava, também, o hábito das famílias contratarem professores estrangeiros. Nas escolas ou pensionatos, freqüentados pelas filhas das famílias mais abastadas, os estudos terminavam quando as alunas completavam treze ou quatorze anos. Nessas escolas, ensinava-se às moças ler, escrever, aritmética, boas maneiras, noções de música, dança, costura e cozinha²¹. Esse ensino era considerado o conteúdo necessário para a boa formação de uma moça, em resumo uma formação para o matrimônio e uma educação completa para a dona de casa²².

Entretanto, o século XIX foi profundamente marcado por grandes transformações sejam de ordem política, econômica, tecnológica e cultural, em especial a partir de sua segunda metade, como a entrada de imigrantes no país, a construção da rede ferroviária e, a partir das últimas décadas, o aparecimento de indústrias. Essas transformações refletiram em um acentuado processo de urbanização e, conseqüentemente, em uma mudança nos padrões de comportamento. Iniciou-se no Brasil a regulamentação do uso das cidades e dos espaços públicos. Essa regulamentação impôs-se como um controle da população por parte das elites urbanas e como uma série de restrições ao uso dos "lugares públicos", visando, sobretudo, à *modernização* das cidades brasileiras, em especial do Rio de Janeiro. A urbanização acarretou novas formas de convívio e

²⁰ MARTINS, Maria do Carmo Salazar, 1994, p 16.

²¹ LEITE, Miriam Moreira, 1984, p 74.

²² BICALHO. M. F. B, 1988, p 64.

sociabilização que atenuaram a disciplina rígida do patriarcalismo que segregava a mulher de classe média e alta²³.

A partir da proclamação da Independência em 1822, iniciou-se uma fase de debates, projetos, reformas de ensino primário, secundário e superior, visando uma estruturação da educação nacional. De uma forma lenta e gradativa, a educação feminina ganhou mais espaço, na forma de mais escolas e de uma política que passou a defender a educação liberal das mulheres²⁴. Durante a segunda metade do século XIX, em especial nas grandes cidades, começaram a ocorrer progressos em relação às oportunidades educacionais para as moças. O surgimento de escolas preparatórias para professores - as escolas normais -, por exemplo, que além de prepararem para o magistério, tornaram-se uma das poucas oportunidades disponíveis para as mulheres continuarem sua educação²⁵.

Maria Arisnete Câmara de Moraes descreve o Rio de Janeiro como uma capital que pretendia ser um modelo de civilização e refinamento, constituindo-se mesmo, no imaginário brasileiro, uma Paris dos trópicos²⁶. Nesse contexto, Moraes aponta o surgimento de um público leitor, de um mercado consumidor dos inúmeros jornais que assolaram o Segundo Império e de um mercado consumidor para as diversas livrarias que surgiram na capital. O desenvolvimento do país, marcado pelo avanço da vida urbana, pelo crescimento de setores médios da sociedade e pela introdução de hábitos burgueses, que começavam a se fazer sentir, permitiram a ampliação

²³ COSTA, Emília Viotti da, 1977, p 198.

²⁴ SALES, Zeli Efigênia Santos de. Intelectuais e educação no século XIX. In: *História da educação em Minas Gerais*. Belo Horizonte: FCH/FUMEC, 2002, p 206.

²⁵ HAHNER, June, 1981, p 31 – 33.

²⁶ MORAIS. *Leitura de mulheres no século XIX*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. Sobre a reprodução de modelos europeus de forma acrítica pela sociedade brasileira, ver: NEEDLE, Jeffrey D. *Belle époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

das atividades culturais ligadas à imprensa: o livro e o jornal²⁷. Nesse contexto, o romantismo se impôs no Brasil, sendo também grande parte de seu público leitor constituído por mulheres²⁸.

O Brasil não viu surgir apenas leitoras, mas também um bom número de escritoras. Peter Gay refere-se mesmo a uma *multidão* que teria surgido no século XIX, a de mulheres escrevinhadoras²⁹. Tanto na Europa quanto no Brasil, um grande número de mulheres começou a escrever e a publicar, em uma época que tanto o saber quanto a escrita estavam intimamente ligados ao poder³⁰. A opção pela escrita, feita por um contingente de mulheres que se encontravam alijadas do poder e da participação política, excluídas da vida social, na medida em que permaneciam, literalmente, fechadas em casa e sobrados, pode ser compreendida como uma estratégia de resistência e de luta relativamente segura e, de certa forma, aceitável socialmente³¹.

Tendo em vista esse contexto, que possibilitou o surgimento de mulheres escritoras e editoras no Brasil, e compreendendo a singularidade de sua atividade como escritora, que esta dissertação irá abordar não apenas a obra, mas também a

²⁷ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966, p 237.

²⁸ BICALHO, M. F. B, 1988, p 68 – 70.

²⁹ GAY, Peter. *O cultivo do ódio*. São Paulo: Cia das Letras, 2001. p 331 – 356. É importante ressaltar que o autor aponta como um dos fatores que propiciou o grande número de mulheres escritoras foi o fato de a escrita configurar-se como uma das poucas atividades remuneradas que a mulher podia exercer. No caso de Francisca Diniz, a atividade de escritora era, também, uma fonte de renda.

³⁰ TELLES, Norma. *Escritoras, escritas, escrituras*. In: *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997, p 401 – 443.

³¹ Sobre essa visão da atividade literária feminina no século XIX, ver: SHARPE, Peggy. *Maternidade: uma visão política de Júlia Lopes de Almeida*. In: *Mulher: cinco séculos de desenvolvimento na América: capítulo Brasil*. p 347 – 359. HAHNER, June, 1981, p 89 – 90.

vida de Francisca Senhorinha da Motta Diniz³². Essa proposta leva em consideração a necessidade de rearticular o texto ao autor e a obra à posição do seu produtor, conforme caminhos metodológicos sugeridos pela História do Livro e da Leitura³³.

1.1- Francisca Senhorinha da Motta Diniz

Francisca Senhorinha da Motta Diniz nasceu em São João del-Rei, filha de Eduardo Gonçalves da Motta Ramos e de D. Gertrudes Alves de Mello Ramos³⁴. Não foi possível localizar o ano de seu nascimento, entretanto, os primeiros indícios da atividade de Francisca Diniz no magistério datam de 1854 quando, provavelmente ainda solteira, trabalhava como professora interina na Villa do Uberaba³⁵. Por mais que tenhamos perseguido os dados biográficos de Francisca Diniz, não foi possível apurar o ano de sua mudança para Campanha, cidade na qual ela empreendeu sua luta pelos direitos das mulheres, dando início à publicação de *O Sexo Feminino*.

³² A proposta não foi a de se produzir uma biografia, mas de apresentar alguns dados que puderam ser levantados sobre sua vida.

³³ Para a retomada, pela História do Livro e da Leitura, pela questão do autor, ver: CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1994, p 33 – 65.

³⁴ BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario bibliographico brasileiro*. Rio de Janeiro: 1883-1902, p 371.

³⁵ Relação Nominal das Professoras da Instrução Primária. Relatório apresentado ao Presidente Diogo Pereira de Vasconcelos. Ouro Preto, 1855. Arquivo Público Mineiro. apud NASCIMENTO, Cecília Vieira do. *O sexo feminino em campanha pela emancipação da mulher (1873 – 1874)*. Dissertação de mestrado, UFMG. Belo Horizonte, 2004, p 25.

Francisca Diniz casou-se com José Joaquim da Silva, advogado, professor de pedagogia da Escola Normal de Campanha³⁶ e proprietário do jornal *O Monarchista*³⁷. Teve três filhas, Amélia Diniz, Albertina Diniz e Elisa Diniz Machado³⁸.

A condição de vida das mulheres brasileiras durante o século XIX era, evidentemente, muito distinta entre aquelas que habitavam a zona rural e as que viviam nas vilas e cidades. As possibilidades de acesso ao universo da leitura e da escrita eram restritas aos centros urbanos, em especial o Rio de Janeiro. Se a quase totalidade dos jornais direcionados ao público feminino ou escritos por mulheres foram publicados no Rio de Janeiro, como uma voz tão ativa na luta pelos direitos da mulher, pode ter despontado em Campanha, interior de Minas Gerais? Repetimos, nesta dissertação, a questão posta pelo trabalho de Maria do Carmo Salazar Martins, *Janelas de treliça: mulher e trabalho na província de Minas Gerais: afinal, foram as condições de vida da vila de Campanha que propiciaram o surgimento desse jornal; foi a iniciativa de uma mulher que permitiu sua criação; ou foi a conjunção de vários fatores?*³⁹

A cidade de Campanha foi detentora de uma economia bastante próspera durante o século XIX. Entre as atividades desenvolvidas encontram-se a agricultura, a pecuária, a produção de fumo manufaturado - atividades voltadas para exportação para outras Províncias -, fábricas de fundição de metal, de máquinas de

³⁶ O Sexo Feminino, 21 de fevereiro de 1874.

³⁷ NASCIMENTO, Cecília Vieira do, 2004, p 46.

³⁸ O Sexo Feminino, 08 de agosto de 1875. Consta no SHUMAHER, Schuma; BRAZIL, Érico Vital. *Dicionário mulheres do Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. p 246. que Francisca Diniz teve apenas duas filhas. Entretanto, foram encontradas, em exemplares de *O Sexo Feminino*, referências a três filhas. Provavelmente, Elisa Diniz fosse casada, o que explicaria o sobrenome Machado.

³⁹ MARTINS, Maria do Carmo Salazar, 1994, p 36.

relógios, de fiação e tecelagem de algodão além de uma indústria vinícola⁴⁰. Campanha destacou-se como um centro cultural na região sul de Minas Gerais, tendo, ao longo dos anos, recebido vários títulos alusivos a essa condição, como: *Atenas do Sul de Minas*, *Aqui Nasceu o Sul de Minas*. A vila de Campanha foi elevada à categoria de cidade em 1840 e contava, à época, com 30.000 habitantes⁴¹.

A *Monografia Histórica da cidade de Campanha*, de autoria de Monsenhor Lefort, menciona a existência do primeiro professor na antiga Vila de Campanha no ano de 1745. E do segundo mestre em 1794. Em 1800, foram criadas as cadeiras de Ler e Escrever e a de Gramática Latina, com 27 alunos. Em 1829, a freqüência era de 100 alunos para a cadeira de Ensino Mútuo. Em 1837, Campanha já contava com professor de instrução primária⁴². Em 1859, funda-se o Colégio Campanhense no qual se ensinava todos os preparatórios exigidos para os cursos superiores. No Colégio da Conceição, fundado em 1862, ensinava-se latim, educação cívica, moral e religiosa; filosofia; inglês; história; geografia; francês; retórica; aritmética; álgebra; geometria. No Externato, criado pelo Governo da Província em 1872, ensinava-se, também, todo o preparatório. No mesmo período havia o Colégio São Luiz Gonzaga, posteriormente, Colégio Veiga. Quadro sobre a freqüência escolar da cidade, publicado no jornal *O Sul de Minas* de 09 de outubro de 1859, registra a presença de 52 alunos nos cursos de latim e francês, 53 alunos no 2º grau de instrução primária para meninos, 64 alunas no 1º grau para meninas⁴³.

⁴⁰ Idem, p 36.

⁴¹ LEFORT, Monsenhor. *Cidade de Campanha: monografia histórica*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1972, p 124.

⁴² Idem, p 71 - 72.

⁴³ VALLADÃO, Alfredo. *Campanha da Princesa*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1942. vol 3, p 47 - 62.

Pelo que se percebe, Campanha dedicou uma atenção, pouco usual para a época, à instrução feminina, A cidade possuía, em 1870, uma escola de propriedade de uma mulher: o Colégio Mariano, fundado por D. Francisca Candido Mariano e suas irmãs Ana, Luiza, Maria, Delfina, Matilde, Emilia, Alicia e Heliadora.

O programa de ensino era o mais completo para a época, compreendendo português, francês, geografia, história, aritmética, musica e trabalhos concernentes à educação feminina, muito esmerada ainda a instrução religiosa; e ministrado o mesmo ensino exclusivamente por essas beneméritas professoras. E a influencia cultural desse Colégio não se limitou a Campanha. Estendeu-se por todo o sul de minas, de onde concorriam sempre alunas em grande quantidade para o mesmo, diversas vindo também de outros pontos da província de Minas, e das do Rio e São Paulo.⁴⁴

É possível, pois, imaginar que o ambiente cultural de Campanha tenha propiciado o surgimento de *O Sexo Feminino*. Uma cidade em que, provavelmente, as regras do patriarcalismo estivessem mais *frouxas* que em outras localidades brasileiras, ou talvez, a proximidade do Rio de Janeiro incitasse a chegada das novidades, influenciando a pequena cidade do interior a buscar a constituição de uma sociedade culta e letrada aos moldes da européia.

⁴⁴ Idem, p 72.

Francisca Diniz, certamente, sentiu-se estimulada a publicar seu jornal em um ambiente onde era mais valorizada a cultura. Nesse sentido, seu libelo pela educação feminina poderia ter surgido mediante uma comparação entre a sua localidade com a situação educacional do resto do país. Outra possibilidade seria a de um olhar crítico sobre sua própria comunidade, cuja frequência escolar não abrangia todos os setores de sua cidade. Ao publicar um semanário denunciando o problema da educação em seu país, Francisca Diniz percebia a educação como um direito que deveria ser mais abrangente, englobando todas as camadas de uma sociedade⁴⁵.

A instalação da Escola Normal, na cidade de Campanha, deu-se em 1873 e o único nome feminino que figura na listagem do corpo docente é o de Francisca Diniz.

É também logo nomeada, para reger a cadeira de aula Prática, a ilustre escritora D. Senhorinha da Motta Diniz, e a quem iria caber a glória de fundar ali, na própria Campanha da Princeza, a imprensa defensora dos direitos da mulher no Brasil (...)⁴⁶.

Antes, disso, Campanha já demonstrava sua capacidade associativa ao fundar, em 03 de maio de 1831, a Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional, de finalidade especialmente política, similar à do Rio de Janeiro. Na mesma data, fundou-se a primeira sociedade cultural de Minas Gerais, a Sociedade Philantrópica Campanhense, com a dupla finalidade de assistir a

⁴⁵ Como será demonstrado no decorrer desta dissertação, Francisca Diniz considerava a educação como um direito universal, que deveria incluir as mulheres e os negros.

⁴⁶ VALLADÃO, Alfredo, 1942, p 136 – 137.

quaisquer desvalidos, e promover a instrução pública pela criação de novas aulas⁴⁷. Essa Sociedade Philantrópica Campanhense propunha o ensino de latim e francês, considerados “de mais utilidade para a vida social”. Essa sociedade contava com 250 sócios sendo grande o número de senhoras⁴⁸.

Outro dado marcante é a instalação de uma livraria em Campanha no ano de 1822, fundada pelos filhos de Francisco Luiz Saturnino da Veiga, fundador de uma das primeiras livrarias do Rio de Janeiro. Em 1874, mais de meio século depois, Bernardo Saturnino da Veiga, um dos fundadores dessa livraria, seria o responsável pela criação da primeira biblioteca pública da cidade. Os acervos, tanto da livraria quanto da biblioteca, reuniam obras de economia, direito, história, livros de instrução superior; literatura brasileira, alemã e, principalmente, francesa⁴⁹. O ambiente cultural da cidade teria, muito provavelmente, propiciado o engajamento de Francisca Diniz na causa da emancipação feminina, em especial, na luta pelo direito à educação.

A primeira tipografia de Campanha foi fundada em 1831 e o *Opinião Campanhense*, de 1832, com duas edições por semana, dignificou a vila como a oitava localidade em Minas Gerais a possuir um semanário informativo⁵⁰.

⁴⁷ A fundação da sociedade cultural de Ouro Preto é de 1832.

⁴⁸ VALLADÃO, Alfredo, 1942, p 41 – 44.

⁴⁹ Idem, p 79 – 86.

⁵⁰ Ibidem, p 214.

Durante o Império, Campanha assistiu à criação de 31 jornais, sendo que a grande maioria deles teve a duração de até 01 ano. As exceções ficaram para o *Opinião Campanhense*, cuja publicação se estendeu até 1837, o *Sul de Minas*, que circulou de 1859 a 1863 e, o jornal de maior duração, *Monitor Sul Mineiro*, publicado de 1872 a 1896.

Abre-se, em 1872-1873, o ciclo mais luminoso da imprensa na Campanha, com a existência ao mesmo tempo de quatro órgãos de publicidade, o Monitor Sul-Mineiro, o Colombo, o Sexo Feminino. Todos estes de tão altos destinos, como vai ficar visto, e o Monarchista, que embora de menos relevo, era bem redigido, (...) e cada um de sua feição política ou social. Pela política de moderação, o Monitor Sul-Mineiro, com a bandeira republicana, o Colombo, com a bandeira dos direitos da mulher o Sexo Feminino e com a bandeira da monarquia constitucional, o Monarchista, - o que deixava no maior relevo o estado de cultura, de adiantamento da Athenas Sul Mineira, com essa tribuna da Imprensa, de tão variadas opiniões, exercida no meio da tolerância recíproca⁵¹.

É interessante observar o comentário de Alfredo Valladão sobre jornal *O Monarchista*, definindo-o como de menor relevo do que o jornal de propriedade de sua esposa. Tudo indica que José Joaquim da Silva, o marido Francisca Diniz, apoiou a iniciativa de sua esposa em publicar *O Sexo Feminino*, cedendo, para tanto, a tipografia de seu próprio jornal: *Ainda concorreu poderosamente em prol desta folha o digno e ilustrado redator e proprietário do Monarchista, que fez desaparecer toda e qualquer dificuldade que obstar pudesse a este semanário*⁵². Entretanto, a

⁵¹ Ibidem, p 220.

⁵² O Sexo Feminino, 07 de setembro de 1874.

relação entre *O Sexo Feminino* e *O Monarchista*, nem sempre foi amistosa em relação às idéias defendidas⁵³.

A leitura dos exemplares de *O Sexo Feminino* tornou possível o levantamento das informações sobre a vida de Francisca Diniz, uma vez que não há notícias de qualquer biografia sistematizada dessa autora. Ao expor sua vida, Francisca Diniz estabelece uma relação de cumplicidade com o seu público. É através de seus escritos, por exemplo, que sabemos da morte de sua mãe. Na edição de 20 de dezembro de 1873, ela deu a notícia aos seus leitores, ao mesmo tempo em que publicou um texto sobre amor maternal e outro sobre a morte. Também, da mesma maneira, comunicou a morte de seu marido ao assinar *Viúva Francisca Diniz*. É através desses artifícios que a editora convidava o leitor a compartilhar momentos e acontecimentos de sua história pessoal.

Através do jornal, é possível perceber uma mulher influente e ativa na cidade de interior em que vivia. Ficamos sabendo, por exemplo, que os exames finais da Escola Normal e do Externato ocorreram em sua casa, o que sugere dedicação por parte dessa mulher e determinação em atuar no aprimoramento do seu meio social. Em relação a sua comunidade, enfrentou a todos ao defender publicamente uma moça que havia cometido suicídio por amor⁵⁴. É possível imaginar o constrangimento causado pela morte, em tais circunstâncias, de uma mulher solteira no interior de Minas Gerais do século XIX.

⁵³ NASCIMENTO, Cecília Vieira do, 2004, p 31.

⁵⁴ *O Sexo Feminino* 07 de março de 1874.

Pois, Francisca Diniz enfrentou o assunto dedicando-lhe toda a primeira página de seu periódico, onde acusou a igreja (...) *o corpo da infeliz, ..., foi dado sepultura, desacompanhado das cerimônias últimas da igreja, mas seguido de corações amigos e cristãos (...)*, ao mesmo tempo que acusava a sociedade, que, no seu entender, *acaricia vil e infame sedutor*.

O magistério foi, para Francisca Diniz, não apenas espaço para manifestação de suas idéias, mas também, fonte de renda, visto que com a morte de seu marido, esposa e filhas tiveram que garantir seu sustento. Para sobreviver economicamente, Francisca Diniz e suas filhas tiveram de suplementar o magistério e a publicação do jornal com proventos que iam desde lições de piano até traduções⁵⁵. Ignês Sabino a ela se referiu como uma viúva, que vive do seu trabalho⁵⁶. June Hahner afirma que as propostas de emancipação feminina de Francisca Diniz eram mais radicais do que as de suas colegas feministas oriundas da elite que não necessitavam de trabalhar para sobreviver⁵⁷. Com certeza, a necessidade de se sustentar financeiramente e sustentar suas filhas colaborou para a construção do discurso de Francisca Diniz em defesa da participação das mulheres no mercado de trabalho. Uma das justificativas que ela utilizava para defender a educação feminina e o preparo das mulheres para o exercício de uma profissão era, exatamente, a possibilidade da mulher encontrar-se em alguma situação adversa ou de necessidade: viuvez, a condição de solteira, mau uso do dinheiro da família por parte do marido, etc...

⁵⁵ HAHNER, June, 1981, p 99 – 100.

⁵⁶ SABINO, Ignês. *Mulheres ilustres do Brazil*. Ed. Fac-similar. Florianópolis: Editora das Mulheres, 1996, p 247.

⁵⁷ June Hahner refere-se principalmente ao movimento feminista sufragista do início do século XX, cujas participantes eram pertencentes à elite econômica. HAHNER, June, 1981, p 89.

Segundo Constância Duarte, Francisca Diniz ao mudar-se para o Rio de Janeiro, em 1875, tornou-se uma conceituada professora na Corte⁵⁸. Infelizmente, pela falta de registros, não é possível conhecer os motivos de sua mudança para o Rio de Janeiro e não é possível determinar se o seu marido a acompanhou nessa mudança. Segundo Cecília Nascimento, José Joaquim da Silva Diniz manteve-se dando aulas em Campanha e continuou publicando *O Monarchista*, entretanto no exemplar de 19 de setembro de 1875, consta o seu desligamento da Escola Normal:

À redatora desta folha e seu marido. Lê-se no Diário de Minas, de 28 de agosto do corrente ano [1875], e sob o nº500: Instrução Pública. – Foram concedidas as exonerações que pediram D. Francisca Senhorinha da Motta Diniz e o cidadão José Joaquim da Silva Diniz, aquela do emprego de professora da aula prática anexa à escola normal da cidade de Campanha, e este da primeira cadeira do segundo ano da mesma escola⁵⁹.

São ainda os escritos de Francisca Diniz que nos permitirão acompanhar sua carreira profissional no Rio de Janeiro. Na capital do Império, Francisca Diniz dirigiu o Colégio Maternal de Nossa Senhora da Penha, que funcionava em sua residência, recebendo meninas pensionistas, meio-pensionistas e externas. Recebia meninos em regime de meia pensão e externos para prepará-los nas matérias do 1º e 2º ano do Colégio D. Pedro II. Dirigiu, também, com a colaboração de suas filhas, o Colégio Santa Izabel.

⁵⁸ DUARTE, Constância Lima. A mulher e o jornalismo: contribuição para uma história da imprensa feminista, 1999, p 426.

⁵⁹ O Sexo Feminino, 19 de setembro de 1875. Ver: NASCIMENTO, Cecília Vieira do, 2004, p 31.

Nesse colégio, os meninos recebiam o ensino primário, como alunos externos, até a idade de 9 anos. As meninas poderiam ser alunas do ensino primário e secundário, em regime interno ou externo⁶⁰. O Colégio Santa Izabel mereceu o seguinte comentário de Alfredo Valladão:

Bem cabia a qualificação de completamente novo, ao estabelecimento, que a ilustre escritora e professora, e suas filhas, estavam fundando, como verdadeiras precursoras no Brasil. E lograram elas sucesso no seu empreendimento, pois, pelo menos até 1893, ainda existia o Colégio Santa Isabel, (...) ⁶¹.

Mesmo com dificuldades financeiras, Francisca Diniz, em de 15 de março de 1890, anuncia em seu jornal a instalação de uma Escola Doméstica anexa ao Colégio Santa Izabel. Essa escola propunha ministrar a instrução primária e o ensino de trabalhos domésticos para *meninas menores, pobres e desamparadas, sem distinção de cor, gratuitamente.*

As Exmas. e caridosas senhoras que nos quiserem auxiliar em beneficiar tantas inocentes meninas lançadas à miséria, e que por nós socorridas, nos bendirão um dia, poderão faze-lo, já assinando o jornal O Sexo Feminino, cuja terça parte do rendimento lhes é destinado, já angariando entre suas amigas, donativos quaisquer, que estes sejam: roupas, víveres, calçado, remédios, livros, etc, ... As meninas recolhidas à Escola Doméstica, além da instrução elementar e ensino doméstico geral, terão o aperfeiçoamento de um ramo de ensino para que mostrem vocação e que lhes servirá de profissão mais tarde⁶².

⁶⁰ O Sexo Feminino, 16 de junho de 1889.

⁶¹ VALLADÃO, Alfredo, 1942, p 251 – 252.

⁶² O Sexo Feminino, 15 de março de 1890.

Importante ressaltar que Francisca Diniz foi uma mulher engajada na sua luta pelos direitos das mulheres em todos os aspectos de sua vida. Seus escritos foram direcionados a esse objetivo, sua profissão de educadora, a destinação de recursos próprios para o jornal e o trabalho filantrópico através da Escola Doméstica. Essa escola caracterizou-se como um projeto sintonizado com os ideais defendidos por seu jornal: educação para todos, desenvolvimento do país através educação e acesso das mulheres a uma qualificação profissional.

Francisca Diniz parece ter tido sucesso em sua vida na capital. Manteve por tantos anos a publicação de *O Sexo Feminino*, conseguiu publicar, mesmo que temporariamente, duas revistas, fundou e dirigiu duas escolas. Além disso, pode-se perceber que Francisca Diniz conseguiu se relacionar com o universo literário do Rio de Janeiro, concentrado na famosa Rua do Ouvidor. A rede de trocas e convivência nesse meio não se restringia à imprensa, mas incluía também o apoio dos livreiros da cidade. A Casa Lambert, por exemplo, foi muitas vezes alvo dos agradecimentos de Francisca Diniz. As páginas de *O Sexo Feminino* constituem, muitas vezes, espaço para troca de gentilezas entre a autora e os editores da Corte, como demonstra a citação que se segue: *Agradecemos ao ilustrado editor o Sr. B. L. Garnier a oferta deste importante opúsculo, tradução a hábil pena do distinto professor o Sr. Dr. F. da M. de A. Correia*⁶³.

⁶³ *O Sexo Feminino*, 29 de setembro de 1875.

É difícil determinar o quanto o fato de ter tido três filhas teria influenciado na dedicação de Francisca Diniz à causa feminina. Entretanto, a influência de seus ideais na vida de suas filhas pode facilmente ser avaliada. Todas optaram pelo exercício do magistério e trabalharam diretamente com a mãe nas escolas. Tornaram-se escritoras, colaborando em *O Sexo Feminino*. Elisa Diniz foi autora do folhetim publicado no jornal: *A Diva Izabela*. Albertina Diniz foi a mais atuante colaboradora de *O Sexo Feminino*, onde a maioria das traduções dos textos de língua francesa levavam a sua assinatura. Além de trabalhar nas escolas dirigidas por sua mãe, era, também, professora de música. Como escritora, foi co-autora de *A Judia Rachel*, tradutora no jornal *A Estação*, do Rio de Janeiro, colaboradora de um Almanaque e de uma Folha Literária, poetisa, autora do poema *Rosas de Maio* e do drama *Margarida*. Defendeu a abolição da escravatura, participando de comícios. Foi retratada por Ignês Sabino como uma moça doente, trabalhadora, extremamente dedicada à família, à qual entregava todos os proventos ganhos. Sua vida foi abreviada pela tuberculose ainda em plena juventude⁶⁴.

Francisca Diniz foi filha, mãe, esposa e mantenedora de sua família. Mulher dedicada aos problemas da família, fossem os seus ou da sua e da nova família que se formava no Brasil. Mulher da Província, dedicada aos problemas de sua cidade. Mulher da Corte, dedicada aos problemas do país. Foi uma profissional, professora, proprietária de colégio, editora de jornal e revista.

⁶⁴ SABINO, Ignês. Op.cit. p 247 – 250.

Escritora, colaboradora na revista *A Estação*⁶⁵, idealizou e concebeu os jornais *O Sexo Feminino e O Quinze de Novembro do Sexo Feminino* e as revistas *Primavera e A Voz da Verdade*. Escreveu, ainda, o que veio a ser o seu único romance, *A Judia Rachel*.

A vida de Francisca Diniz não explica totalmente a sua obra. Entretanto, permite compreender alguns aspectos que propiciaram suas escolhas. Francisca Diniz optou pela escrita como instrumento de difusão de suas idéias e como forma de sustento financeiro. Nesse sentido, ela retrata parte de um contingente de mulheres que tiveram suas vidas alteradas pelas mudanças que ocorriam no século XIX. Eram mulheres instruídas que, por necessidade ou opção, recorreram ao mercado de trabalho. A sua biografia nos revela algumas questões pessoais que foram levadas a público em seus escritos, apesar dessas questões não terem sido tratadas como de ordem pessoal, mas como questões pertinentes a toda a sociedade brasileira.

⁶⁵ *A Estação* era um suplemento, em português, da revista de modas francesa *La Saison* publicado, entre 1871 e 1879, pela casa Lombaerts. A partir de 1879, o suplemento deu lugar a uma versão brasileira da revista. Em pesquisa nos exemplares disponíveis na Biblioteca Nacional não foi localizado nenhum artigo escrito por Francisca Diniz. Entretanto, Ignês Sabino foi uma intensa colaboradora de *A Estação*, contemporânea da escritora e afirmou em seu livro que Francisca Diniz escrevia para a revista.

Capítulo II

***Um periódico dedicado aos
interesses da mulher***

2.1 – O Sexo Feminino e o Quinze de Novembro do Sexo Feminino

O objetivo deste capítulo, cujo foco central são os jornais *O Sexo Feminino* e o *Quinze de Novembro do Sexo Feminino*, é analisar a materialidade desses impressos. Entendemos, como Roger Chartier, que o livro sempre visou instaurar uma ordem⁶⁶. Nesse sentido, buscarei compreender as razões e os efeitos dessa materialidade, tentando entender que tipo de ordem, e de que forma, os jornais em questão visavam instaurar. Estou atenta ao formato desses periódicos, aos critérios de sua paginação, o modo de dividir o texto, as convenções que regem sua apresentação tipográfica, etc. Essa materialidade remete, necessariamente, ao controle que editores e/ou autores exercem sobre essas formas (impressos) encarregadas de exprimir uma intenção, de governar a recepção, de reprimir a interpretação⁶⁷. A ordem que a imprensa feminina visava instaurar, no caso dos jornais aqui estudados, nos parece bastante clara: impulsionar a emancipação da mulher brasileira através da educação.

A partir de 1840 no Brasil, os jornais surgem como “cogumelos após tempestade”⁶⁸. Ao fim do Império, não havia cidade ou vila do interior que não tivesse o seu jornal. Em muitos desses lugares, o número dos jornais era tão grande que parecia ultrapassar o número dos possíveis leitores⁶⁹. Proliferaram tanto jornais efêmeros quanto duradouros, sendo que muitos dentre os brasileiros

⁶⁶ CHARTIER, Roger, 1994, p 8.

⁶⁷ Idem, p 35.

⁶⁸ BAUSBAUN, Leôncio. *História sincera da República: das origens até 1889*. São Paulo: Alfa-Omega, 1982. vol 4, p 110.

⁶⁹ Idem, p 110 – 111.

recorreram ao jornalismo para a divulgação de uma vasta gama de crenças e atividades⁷⁰.

Em 07 de setembro de 1873, na cidade de Campanha, Francisca Senhorinha da Motta Diniz lançou *O Sexo Feminino*. Ela era, ao mesmo tempo, a proprietária e redatora do jornal. Exatamente um ano depois, 07 de setembro de 1874, ela se despede da cidade mineira, repetindo, tal qual no primeiro exemplar, referências elogiosas à Independência do Brasil de Portugal, o que sugere que a escolha da data de lançamento do jornal não havia sido aleatória. Em 22 de julho de 1875, menos de um ano após sua transferência para a capital do Império, o jornal começa a ser editado na cidade do Rio de Janeiro.

Segundo levantamento feito por Maria Fernanda Bicalho, o século XIX conheceu, no Brasil, sete periódicos escritos por mulheres, além do *Sexo Feminino* e do *Quinze de Novembro do Sexo Feminino*⁷¹. A média de duração desses jornais variou entre os que circularam por apenas um ano, os que duraram dois, três ou quatro anos. Exceções foram *A Família*, publicado na cidade de São Paulo, que circulou por nove anos, e *O Sexo Feminino*, publicado, com duas interrupções, no período entre 1873 e 1890. Em 1889, passou a se chamar *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino*, em homenagem à proclamação da República. Durante o século XIX, a grande maioria dos periódicos publicados por mulheres surgiu no Rio de Janeiro. Exceções foram *A Mulher*, publicado por duas brasileiras, estudantes de Medicina, em Nova York; *A Família*, de São Paulo; além, é claro, de *O Sexo Feminino*, de Francisca Diniz, cuja história tem início na cidade de Campanha.

⁷⁰ HAHNER, June, 1981, p 51.

⁷¹ BICALHO, M. F. B., 1988, p 9 – 10.

O sucesso de *O Sexo Feminino* não pode ser medido apenas em função de sua longa duração. Francisca Diniz, ao se despedir dos leitores de Campanha, agradece a colaboração de todos no que considera uma trajetória de sucesso do jornal sobre o qual afirma que:

Galhardamente fez a sua peregrinação pelo vasto mundo da imprensa; lutou como poderia faze-lo uma mulher; sempre saudado por seus delicados companheiros de igual peregrinação, encontrou a toda hora um caminho juncado de flores. (...) A tiragem deste hebdomadário era de 800 exemplares, e cousa singular, esta folha não contou 10 números devolvidos!⁷²

No Rio de Janeiro, Francisca Diniz teve que reimprimir 4.000 exemplares dos dez primeiros números de *O Sexo Feminino* tamanho o impacto que o jornal obteve. Sua publicação na Corte manteve-se constante, sendo que a interrupção foi motivada por fatores exógenos, como a epidemia de febre amarela que ocasionou a suspensão do jornal no ano de 1876.

A redatora desta folha, achando-se doente e toda sua família, e ainda mais, aterrada pela epidemia atual, a febre amarela, retira-se por algum tempo para fora da Côrte,

⁷² *O Sexo Feminino* 07 de setembro de 1874. Uma tiragem de 800 exemplares torna-se um valor impressionante ao comparar com o fato de que em Campanha o número de mulheres alfabetizadas era de 1.458 em 1872. *Recenseamento da população do Império do Brasil 1872*. IX (Minas Gerais) apud HAHNER, June, 1981, p 32.

⁷³ *O Sexo Feminino*, 02 de maio de 1876.

Em 1889, *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino* alcançou uma tiragem de 2.400 exemplares.⁷⁴ Inicialmente, em especial durante sua primeira fase em Campanha, *O Sexo Feminino* era um semanário. No Rio de Janeiro, entretanto, Francisca Diniz encontrou maiores dificuldades financeiras para manter o jornal, passando a publicá-lo quinzenalmente. A longa duração da edição do jornal e sua expressiva vendagem foram, seguramente, frutos de uma estratégia editorial desenvolvida por Francisca Diniz que tinha formas de apelo e convencimento de suas leitoras bastante próprios. Tratava-se de sensibilizar o público feminino para o fato de que aquele era um órgão em defesa dos seus interesses. Para Francisca Diniz era necessário convencer as mulheres da sua condição de inferioridade perante o homem, para que essas mulheres atuassem em defesa de seus próprios direitos. Os discursos da imprensa feminina divergiam em relação ao público a ser atingido. Segundo June Hahner, *O Jornal das Senhoras* direcionava sua argumentação para os homens na tentativa de persuadi-los a reconhecer os direitos das mulheres⁷⁵. O sistema de assinaturas, em destaque no cabeçalho do jornal trazia preços diferenciados para a localidade de origem e para outras regiões, preços promocionais, caso o assinante optasse pela assinatura anual, semestral, trimestral, até a assinatura mensal, menos vantajosa financeiramente. Outra promoção para a venda é a que se pode ver no anúncio abaixo:

As pessoas que assinarem conjuntamente o SEXO FEMININO e a SAISON, jornal de modas propriedade dos Srs. Lombaerts e Filho, obterão esta dupla assinatura por 200000 anuais.⁷⁶

⁷⁴ *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino*, 15 de dezembro de 1889.

⁷⁵ HAHNER, June, 1981, p 36.

⁷⁶ *O Sexo Feminino*, 29 de agosto de 1875.

Para garantir a sobrevivência e a longevidade de sua folha, Francisca Diniz recorreu à colaboração de indivíduos que compreendiam a necessidade de sua causa e podiam viabilizar a publicação do jornal. Ao encerrar sua fase de publicação em Campanha, Francisca Diniz agradeceu a colaboração de todos os jornais daquela cidade no artigo intitulado *Confraternidade e Gratidão: O Sexo Feminino agradece as palavras de saudação, animação e bom agouro com que foi mimoseado pelas ilustradas redações dos periódicos campanhenses, Monitor Sul Mineiro, Monarchista e Colombo*⁷⁷. Fato igual ocorreu no Rio de Janeiro.

A redatora desta folha, grata aos favores que deve aos Srs. Lombaerts e Filho, dá sinceros pêsames (...). O reconhecimento, pois, e a amizade que a Redatora desta folha tributava à casa mencionada dos Srs. Lombaerts e Filho, a cuja coadjuvação deve este periódico a sua entrada no 2º ano de sua existência, (...) ⁷⁸.

Para garantir outros recursos para a manutenção do jornal, Francisca Diniz também recorreu a anúncios, que tiveram maior ocorrência na sua fase de publicação na Corte. Eram, em geral, anúncios de atividades culturais e dirigidos ao público feminino, tais como: espetáculos de teatro, venda de livros e coleções, aulas de piano, casas de modistas, produtos para a saúde, etc...

⁷⁷ O Sexo Feminino, 20 de setembro de 1873.

⁷⁸ O Sexo Feminino, 29 de agosto de 1875. Nesse artigo, Francisca Diniz noticia o falecimento do belga Jean Baptiste Lombaerts, proprietário da Livraria Lombaerts, fundada em 1848, a qual daria continuidade a seus trabalhos através de seu filho, Henri Gustave. A Casa Lombaerts realizava trabalhos de impressão por encomenda e era a editora da revista *Le Saison* ou, posteriormente, *A Estação*. Francisca Diniz era cliente da tipografia, anunciava em seu jornal a *Le Saison* e, como já dito anteriormente, colaborava com artigos em *A Estação*, Ver: HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. São Paulo: EDUSP, 1985, p 157 – 158.

Continua este mimoso jornal de modas, a ser publicado em casa dos Srs. Lombaerts, à rua dos Ouvires n 7. Esta gazeta de figurinos, moldes e desenhos riquíssimos é a mais importante, mais rica, mais preciosa e mais barata publicação especial para as senhoras de bom gosto e que almejam imitar o chiquíssimo da elegante tesoura francesa. (...) ⁷⁹.

A aparente futilidade desse comercial não resiste, todavia, ao caráter engajado de Francisca Diniz. Em outro artigo, no mesmo exemplar, cujo texto é extremamente crítico ao “estrangeirismo” como valor da cultura brasileira, noticia a inauguração de um estabelecimento de costuras no Rio de Janeiro, da seguinte maneira:

(...) acaba de ser aberto um estabelecimento de costuras à rua da Alfândega n. 245, sobrado. Com especial satisfação recomendamos a todas as assinantes da corte e províncias este novo estabelecimento que com nobre audácia e arrojado cometimento vem disputar no mundo dos toilettes a palma da tesoura de bom gosto, até hoje monopólio exclusivo das estrangeiras. É mais uma emancipação que se pretende e que deve ser acoroçada por todas as nossas patrícias que se prezarem de ser brasileiras. ⁸⁰

Outra forma de angariar a simpatia do público foram os anúncios de que parte das vendas de assinaturas do jornal seria revertida para o trabalho filantrópico da Escola Doméstica.

Segundo June Hahner, os jornais feministas não podiam contar apenas com a defesa da maternidade ou dos direitos e aptidões da mulher para manter a atenção e lealdade de suas leitoras, mas também, sentiam-se obrigados a oferecer tanto

⁷⁹ O Sexo Feminino, 29 de agosto de 1875.

entretenimento quanto informação⁸¹. Para garantir a constância de um público consumidor, *O Sexo Feminino* alternou seus discursos com jogos, charadas, poemas e, é claro, com o folhetim.

Essa forma de romance - publicado em capítulos no rodapé da primeira página - cuja história é inseparável à do jornal, era um grande incremento para as assinaturas. Como afirma Marlyse Meyer trata-se de um gênero que obteve enorme sucesso, sendo que toda a imprensa brasileira do século XIX não deixou de publicar folhetim traduzido do francês e alguns brasileiros⁸². Os jornais femininos incentivavam as mulheres para que divulgassem sua produção literária, transformando-se em espaços de convivência onde se poderia desenvolver uma cumplicidade feminina. Em razão disso, encontram-se diversos textos e poemas de autoria feminina e no cabeçalho desses jornais sempre constava a seguinte epígrafe: *colaboradoras diversas senhoras*. No caso de *O Sexo Feminino* constava: *colaboradoras suas filhas e diversas senhoras*. Em *O Sexo Feminino*, houve a publicação de três folhetins: *Matilde e Eduardo, romance moral por D****⁸³*, *Vaidade e Candura, romance moral* (não consta o autor), *As cinco virtudes de Eulália Diniz* e *A Diva Izabela, romance original por Elisa Diniz Coelho Machado* (filha de Francisca

⁸⁰ *O Sexo Feminino*, 29 de agosto de 1875.

⁸¹ HAHNER, June, 1981, p 58.

⁸² MEYER, Marlyse. Folhetim: uma história de leitura. In: *Leitura, práticas, impressos, letramentos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002, p 53.

⁸³ Segundo VASCONCELOS, Sandra Gardini Teixeira. *A formação do Romance Inglês: ensaios teóricos*. Tese de Livre Docência. São Paulo: USP, 2000, p 63. apud MACIEL, Guilherme de Souza. *Envergonhei-me de mim mesma e tive medo: a mulher e suas representações em um periódico literário mineiro da primeira metade do século XIX*. <http://www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br>. Acesso em 17 de maio 2005. O uso de asteriscos foi um recurso utilizado, nos romances franceses e ingleses, a partir do século XVIII, para denominar personagens supostamente verídicos, no sentido de confundir os leitores entre o que era realidade ou ficção. Como, nesse caso, esse recurso foi empregado na denominação de autores, acreditamos ser no sentido de apenas preservar o seu anonimato.

Diniz) "mais interessante, ..., que será retomado no jornal de um médico pediatra, A Mãe de Família, destinado à educação da infância, à higiene da família"⁸⁴. Esses romances seguiam uma tradição bastante folhetinesca, e como seus próprios títulos indicam, por trás do enredo, havia, sempre, um fundo moral nas histórias. Trata-se de romances cujos personagens centrais são heroínas (mães), que, após uma série de desventuras, vêem, no final, suas virtudes serem recompensadas⁸⁵.

Um dos aspectos que se pode observar em *O Sexo Feminino* é o esforço empreendido por Francisca Diniz para criar um circuito de divulgação e trocas com outros órgãos da imprensa, feminina ou não.

É o caso, por exemplo, dos comentários sobre o surgimento de novos periódicos, comumente publicados, cuja importância era ressaltada por colaborarem na configuração de uma sociedade que, cada vez mais, lia e expressava suas idéias através da escrita. Também as cartas de agradecimento, que acusavam o recebimento de novas publicações cumpriam esse papel. Quando o número de jornais recebidos era muito grande, *O Sexo Feminino* não deixava de publicar, pelo menos, uma lista dos títulos.

Outro costume importante, nessa linha de raciocínio, era o de enviar exemplares às redações de diversos jornais em todo Brasil, muitos de Minas Gerais, da Corte, São Paulo, *desde o Amazonas até os confins do Rio Grande do Sul* e até mesmo para fora do país, como é o caso do jornal *A Mulher: Entre os periódicos que nos vieram às mãos, notamos uma coleção do Sexo Feminino, jornal bem redigido,*

⁸⁴ MEYER, Marlyse. *Folhetim: uma história*. São Paulo: Cia das Letras, 1996, p 302.

⁸⁵ Veremos, adiante, uma análise mais detalhada sobre esse estilo de narração no estudo sobre o romance de Francisca Diniz, *A Judia Rachel*.

*por uma senhora de Campanha, Minas Gerais*⁸⁶. Esse costume tinha, por certo, a intenção de divulgar a causa das mulheres e, também, de incrementar as vendas de *O Sexo Feminino*. Francisca Diniz deixava claro essas intenções como é possível perceber no agradecimento feito a alguns jornais da Província de São Paulo: *estes periódicos não se limitaram a anunciar simplesmente o Sexo Feminino, como lhe foi rogado*⁸⁷.

Francisca Diniz tinha ainda o costume de enviar exemplares do seu jornal a pessoas influentes politicamente, tais como ministros e conselheiros do Império e, em especial, a pessoas que tivessem influência na área educacional.

O Exmo. Sr. Conselheiro D. Manoel Francisco Corrêa, muito digno diretor da Estatística Geral do Império e da Escola Normal da Corte nos obsequiou com um folheto contendo a preleção que fizera sobre a tese – riqueza intelectual; agradecemos a oferta; e pensamos que nenhum outro jardineiro poderia melhor colher flores mais adoríferas no jardim da literatura do que o ilustre prelector. É a segunda oferta que recebemos do ilustrado conselheiro.⁸⁸

Francisca Diniz, além de divulgar que os jornais eram enviados a outras redações, de outros locais, publicava as respostas recebidas como estratégia de valorização de seu impresso, de sua própria pessoa e, ainda para sugerir que a educação feminina era um tema de interesse cada vez mais amplo na sociedade. A assinatura de *O Sexo Feminino* pelo Imperador D. Pedro II e sua filha Princesa

⁸⁶ A Mulher, 23 de abril de 1874 apud VALLADÃO, Alfredo, 1942, p 293.

⁸⁷ O Sexo Feminino, 19 de junho de 1874.

⁸⁸ O Sexo Feminino, 28 de maio de 1874.

Izabel, devidamente noticiada na publicação de 29 de julho de 1875, foi divulgada com entusiasmo.

Apesar da estratégia aparentemente correta e bem sucedida para manter seu jornal, Francisca Diniz, em 21 de novembro de 1875, fez um longo desabafo com o leitor, queixando-se das dificuldades enfrentadas:

O Sexo Feminino, (...), tem vivido até hoje ... da fé que a redatora alimenta, e da constância que a fortalece, aliás teria morrido no aparecimento do primeiro ou do segundo número. (...) Assim sendo, doe-nos o coração lutarmos a braços com tantos sacrifícios, sem que sejamos auxiliadas, nem ao menos com assinaturas, a fim de sustentarmos a parte material da mesma folha. Debalde os colegas da imprensa hão aberto assinaturas, em vários lugares; debalde a redatora há mandado mesmo grátis o jornal! Em fim, por felizes demo-nos quando não nos devolvem a folha, e até alguma fechada! E o que mais sentimos é ser esta ação muitas vezes praticada por senhoras que passam por literatas Se o próprio sexo recusa o auxílio pecuniário do importe das assinaturas, o que poderá a redatora esperar do da inteligência? (...) A pensarmos que não contribuem com o importe das assinaturas por falta de dinheiro, também não, pois há senhoras riquíssimas, e para as quais 10\$000 anuais seria o mesmo do que dar cem réis de esmola (...). A quereremos atribuir que tem sido mal escrito o jornal, também não; visto que em nosso favor temos a opinião de diversos colegas da imprensa que provam o contrário. (...) O jornal, Sexo Feminino, morrerá,(...). A abnegação da redatora, na defesa de tão santa causa, não a levará ao extremo de privar sua família de pão... Apela mais uma vez para as senhoras da corte e aguarda até 31 de dezembro para publicar o nome de todas as suas assinantes, as quais serão por ela consideradas cooperadoras da idéia da propaganda da instrução do seu sexo, e com a mesma, a da sua

independência do sexo forte pelos meios adquiridos pelo trabalho fácil e honesto, que a mesma instrução pode facultar à mulher⁸⁹.

Nesse artigo, Francisca Diniz transmite a idéia de que sua reclamação seria mais em função de sua situação financeira do que propriamente em relação à recepção que *O Sexo Feminino* recebia. É importante lembrar que a editora estava em seu primeiro ano na Corte. Pode-se perceber que a aceitação, pelos colegas de imprensa, atribuía respaldo e crédito ao jornal, sendo que, tal aceitação, não era acompanhada por um número expressivo de vendas. Entretanto, tratou-se de uma fase, pois a última edição do *Quinze de Novembro do Sexo Feminino* data de 06 de dezembro de 1890. *O Sexo Feminino* sobreviveu sem diluir sua mensagem ou comprometer seu padrão em um Brasil cujos jornais eram efêmeros e não resistiam a um ou dois números⁹⁰.

Segundo Elizabeth Seabra, os jornais que se pretendiam regulares em sua periodicidade possuíam títulos que eram verdadeiras cartas de intenção de seus produtores, indicando que a circulação de determinadas idéias se fazia por meio de sua associação a determinadas imagens, mais próxima ao discurso publicitário⁹¹. No caso de *O Sexo Feminino*, esse título era uma referência clara e direta à intenção do jornal, cujo título completo era: *O Sexo Feminino - um semanário dedicado aos interesses da mulher*. Outros jornais femininos (escrito por mulheres) possuíam

⁸⁹ *O Sexo Feminino*, 21 de novembro de 1875.

⁹⁰ HAHNER, June, 1981, p 61.

⁹¹ SEABRA, Elizabeth Aparecida Duque. *A escrita e a fala: idéias de monarquia e república nos folhetos e periódicos (1821 - 1825)*. Dissertação de Mestrado, UFMG. Belo Horizonte, 1999, p 50.

títulos sugestivos, metáforas da figura feminina, *O Bello Sexo*, *Jornal das Senhoras*, *A Família*⁹².

A escolha do nome *O Sexo Feminino* demonstra uma proposta diferenciada em relação a outros jornais que se utilizaram de metáforas que relacionavam a mulher a imagens de fragilidade e beleza, tais como: *O Bello Sexo* ou *A Violeta* (este escrito por homens e direcionado ao público feminino). *O Sexo Feminino* faz, a nosso ver, uma referência maior à individualidade e à subjetividade femininas, uma demanda que a leitura e a escrita buscavam preencher, diferentemente de outros periódicos cujos títulos: *A Família*, *Archivo das Famílias*, *Jornal das Famílias* e *A Mãe de Família* (esses últimos também escritos por homens), sugeriam leitores muito mais preocupados com a estrutura familiar e, talvez, o papel da mulher nesta estrutura⁹³.

Mais ilustrativos em relação a suas propostas do que os títulos dos jornais, são os seus sub-títulos, espécie de script que busca condensar o conteúdo⁹⁴. Enquanto outras editoras iniciaram suas publicações com epígrafes mais amenas - *periódico religioso, jornal literário e recreativo*, ou como uma das precursoras, e por isso talvez mais receosa, Júlia de Albuquerque Sandy de Aguiar, fez questão de frisar na primeira edição de seu jornal, *O Bello Sexo* (1862), que tratava-se de um periódico *crítico moderado*⁹⁵ -, Francisca Diniz definiu seu jornal como um

⁹² MORAIS, Maria Arisnete Câmara de, 2002, p 69.

⁹³ Segundo Maria Fernanda Bicalho, a imprensa feminina do século XIX promovia a construção de uma nova identidade feminina, mais individualizada, através de um discurso que questionava a identidade da mulher como exclusiva ao domínio familiar e doméstico. BICALHO, M. F. B, 1988. *O Sexo Feminino* pode ser considerado um jornal cujo discurso reivindicava a conquista de novos espaços para as mulheres, trabalho e a esfera pública, de uma maneira mais incisiva que outros órgãos da imprensa do período.

⁹⁴ SEABRA, Elizabeth Aparecida Duque, 1999, p 50.

⁹⁵ Sobre o jornal *O Bello Sexo*, ver: BICALHO, M. F. B, 1988 e MORAIS, Maria Arisnete Câmara de, 2002.

semanário dedicado aos interesses da mulher. Essa epígrafe variou com o tempo passando a *semanário literário, recreativo e noticioso*, sem, no entanto, deixar de lado sua proposta original de ser *especialmente dedicado aos interesses da mulher*. Evidenciando a ampliação, de suas propostas para a sociedade brasileira e de seu entendimento do papel da mulher nessa sociedade, Francisca Diniz passou a qualificar seu jornal como uma *revista quinzenal, literária, recreativa, noticiosa e política especialmente dedicada aos interesses da mulher*⁹⁶.

Além dos sub-títulos, eram constantes as citações nos jornais do século XIX. Em *O Sexo Feminino*, encabeçando a primeira página do jornal e iniciando todas as suas edições, constava a seguinte citação: *É pelo intermédio da mulher que a natureza escreve no coração do homem*, retirada do livro *Educação das mães de família ou A civilização do gênero humano pelas mulheres* de Aime Martin. Essa obra, premiada pela Academia Francesa em 1840 e traduzida para o português em 1870, enfatizava a regeneração da humanidade através da educação das mulheres. A escolha desse livro evidencia o foco central dos escritos de Francisca Diniz: o aperfeiçoamento da sociedade brasileira a ser conquistado através da educação das mulheres.

Os jornais e periódicos brasileiros do século XIX eram publicados com uma clara intenção pedagógica ou doutrinária com vistas a atingir um público. Os jornais não apenas informavam os acontecimentos, mas tinham como objetivo tomar a palavra e imprimir-na nas mentes de leitores comuns orientando suas ações⁹⁷.

⁹⁶ Grifo nosso.

⁹⁷ SEABRA, Elizabeth Aparecida Duque, 1999, p 45.

Nesse sentido, *O Sexo Feminino* não pretendeu ser um periódico apenas noticioso ou um passatempo agradável para as mulheres. Seu objetivo, pode ser compreendido através do manifesto *O Que Queremos*:

Queremos a nossa emancipação – a regeneração dos costumes;
 Queremos reaver nossos direitos perdidos;
 Queremos a educação verdadeira que não se nos tem dado a fim de
 que possamos educar também nossos filhos;
 Queremos a instrução pura para conhecermos nossos direitos, e dele
 usarmos em ocasião oportuna;
 Queremos conhecer os negócios do nosso casal, para bem
 administrarmos-los quando a isso formos obrigadas;
 Queremos em fim saber o que fazemos, o porque e pelo que das
 cousas;
 Queremos ser companheiras de nossos maridos, e não escravas;
 Queremos saber como se fazem os negócios fora de casa;
 Só o que não queremos é continuar a viver enganadas⁹⁸.

A intenção doutrinária de Francisca Diniz era, primordialmente, a educação da mulher. Folha por folha, página por página, em todos os exemplares publicados, a educação feminina pode ser entendida como a condição para qualquer transformação social. Por vezes, essa luta esteve expressa em discursos que denunciavam a realidade brasileira e seu descaso com a instrução feminina; expressa na realidade de outros países, mais *avançados* e *civilizados*, que cuidavam da educação de seu povo; expressa em artigos que continham projetos pedagógicos e que definiam a profissão de professor; na citação de exemplos vitoriosos de mulheres que obtiveram diplomas, lutaram pelo voto ou tornaram-se escritoras;

⁹⁸ *Sexo Feminino*, 25 de outubro de 1873.

nos poemas e artigos traduzidos. Ao defender a abolição da escravatura, o fim da pena de morte ou a mudança de regime político, Francisca Diniz sempre vinculou as diversas questões abordadas em seu jornal a um menor ou maior grau de instrução da população e ao papel desempenhado pela mulher na sociedade.

O anonimato era uma prática utilizada pela imprensa do século XIX e a imprensa feminina, temerosa da reação à imensa novidade que significava a presença de mulheres escritoras, recorreu em grande medida ao anonimato. O *Jornal das Senhoras* apresentou-se como um confidente discreto e convidou suas leitoras a publicarem suas produções, preservando, se necessário, seus nomes e vida privada⁹⁹. Diferentemente, *O Sexo Feminino* teve uma editora que, não apenas assinava o semanário como sua *redatora proprietária*, mas que, também, assumia a responsabilidade por toda a publicação, desde o conteúdo até a definição da diagramação do jornal. Francisca Diniz sempre colocou seu nome em destaque e, além do nome, suas referências (escola onde trabalhava) e seu endereço para correspondência.

Na primeira página de *O Sexo Feminino* constava o editorial, sempre assinado por Francisca Diniz e cujos temas já vinham explícitos nos seus títulos: *A educação das mães de família*, *A racional emancipação da mulher*, *Sufrágio mulheril na Inglaterra*, *A igualdade de direitos*. A partir de sua publicação no Rio de Janeiro, na primeira página passou a constar, também, o folhetim, sempre no rodapé, lugar destinado ao entretenimento e a assuntos menos sérios. A última página trazia o *Noticiário*, cujas notícias, geralmente, relacionavam-se à educação: abertura de escolas, nomeação de professores, etc. No Rio de Janeiro, o noticiário foi

⁹⁹ MORAIS, Maria Arisnete Câmara de, 2002, p 69.

desaparecendo, talvez pela existência de outros veículos informativos ou talvez pelo fato de que a nomeação de um professor não se configurasse como notícia na Corte. Outros artigos versavam sobre a situação da mulher e da educação em outros países, havendo sempre notas sobre o desempenho de mulheres no mundo todo.

O jornal trazia ainda a publicação de traduções de textos e/ou artigos franceses. Essas traduções eram colaborações de leitoras e configuravam-se como uma forma eficiente de trazer a participação das mulheres na imprensa feminina. Era uma alternativa menos comprometedora de participação no movimento feminino, pois, além de serem textos escritos por outras pessoas, essas mulheres contribuía para o jornal, podendo, se quisessem, manter o anonimato.

O Sexo Feminino não apenas reivindicava, através de seus editoriais, a instrução feminina, mas buscava promovê-la através de charadas, jogos matemáticos, questões da língua portuguesa, poesias, textos de educadores e textos sobre a história mundial ¹⁰⁰.

Ora, sendo o *Sexo Feminino* um órgão de instrução, educação e ilustração da mulher, é claro que essa poesia, quando nenhum outro mérito tivera, tinha o de ser um pedaço de literatura que interessar pode à instrução e ilustração de nosso sexo, que só por si é poesia, sendo o sexo contrário verdadeira prosa como elegantemente algures se disse.¹⁰¹

¹⁰⁰ É interessante comparar essa postura adotada pelo jornal com um exemplo citado por GAY, Peter, 1999, p 315. Ao analisar uma revista feminina americana da década de 1860, o autor salienta que a reivindicação à educação feminina limitava-se a uma exigência; não constando no conteúdo da revista nada além de futilidades.

¹⁰¹ *O Sexo Feminino*, 20 de dezembro de 1873.

Ou segundo definição da própria editora:

Só temos nestas páginas volantes trazido idéias proveitosas, com instrução variada; máximas, contos e romances morais; poesias, logogrifos, charadas, tudo em fim que pode servir de passatempo proveitoso à senhoras¹⁰².

A linguagem utilizada por Francisca Diniz em *O Sexo Feminino* era extremamente direta, abordando “cara a cara” o seu interlocutor. Sua crença no progresso refletia-se em sua escrita, que conclamava suas leitoras a *marcharem* ou *irem avante na luta pela emancipação da mulher*. Suas convicções não se abalavam frente a possíveis críticas e Francisca Diniz se antecipava a elas, qualificando, muitas vezes, seus opositores de maneira nada elogiosa.

Zombem muito embora os pessimistas do aparecimento de um novo órgão na imprensa – O Sexo Feminino; tapem os ouvidos os indiferentes para não verem a luz do progresso, (...); riam os curiosos seu riso sardônico de reprovação à idéia que ora surge brilhante no horizonte da cidade de Campanha; agourem bem ou mal o nascimento, vida e morte do Sexo Feminino; persigam os retrógrados com seus ditérios de chufa e mofa nossas conterrâneas, chamando-as de utopistas: O Sexo Feminino aparece, há de lutar, e lutar até morrer: morrerá talvez, mas sua morte será gloriosa e a posteridade julgará o perseguidor e o perseguido.¹⁰³

É possível avaliar a forma como *O Sexo Feminino* foi recebido por parte de seu público leitor. Cartas de leitores ou manifestações de outros órgãos da imprensa do

¹⁰² O Sexo Feminino, 21 de novembro de 1875.

¹⁰³ O Sexo Feminino, 07 de setembro de 1873.

período, que aplaudiam a iniciativa da publicação do *Sexo Feminino* eram reproduzidas por Francisca Diniz, como se pode ver em seguida:

“Sexo Feminino. – Com este título redige na cidade da Campanha, em Minas Gerais, a Exma. Sra. D. Francisca S. da M. Diniz um jornal dedicado aos interesses da mulher. O fato encerra tão filosóficas e esplêndidas considerações que, por mais que disséssemos, exprime tudo o dizer do bardo: “Poetas por poetas sejam lidos.” O melindroso tema dos direitos da mulher, ninguém o poderia tentar melhor do que a própria mulher. O *Sexo Feminino* o tem feito com dedicação e proficiência”¹⁰⁴.

Se o redator do *Constitucional* definiu os direitos da mulher como tema melindroso, pode-se concluir que a recepção do *Sexo Feminino* não deve ter sido sempre tão positiva. Para melhor aproveitar os comentários positivos, Francisca Diniz, respondeu a carta na mesma edição:

Agradecemos sinceramente ao muito ilustrado Dr. João Gabriel de Moraes Navarro as expressões que dispensa à nossa folha, com as quais muita honra temos, por conhecermos de há muito as elevadas qualidades do digno redator do *Constitucional* que garantem a verdade com que sempre expressa sobre assuntos de letras sua autorizada opinião.

O exemplar de 08 de agosto de 1873 reproduziu uma carta enviada por duas leitoras, que Francisca Diniz intitulou *Carta honrosa*:

(...)Fazeis muito bem em pugna para restituir ao nosso sexo o que o outro tem tirado. É este o século do ideal, e é pelo ideal da emancipação que devemos trabalhar. E vós que primeiro tomaste essa iniciativa; que primeiro levantaste o brado da liberdade femenil nestas plagas sul-mineiras, de certo colherei os louros de que sois digna, porque a vossa voz ecoou em nossos corações (...) ¹⁰⁵.

Para Moraes, o anonimato perseguiu as mulheres escritoras durante o século XIX, sendo que a ausência do nome e o uso de pseudônimos não era raro na imprensa brasileira, em especial a feminina¹⁰⁶. Em *O Sexo Feminino*, nem todas as seções eram assinadas, mas sua principal redatora expunha não apenas seu nome, mas seu endereço, além dos fatos de sua própria vida. Adaptou-se ao mercado jornalístico do período, visando as vendas e a expansão do maior público, ao mesmo tempo que relacionava-se com esse público de forma íntima, direta e confiante.

¹⁰⁴ Carta do redator do *Constitucional*, João Gabriel de Moraes Navarro, publicada em *O Sexo Feminino*, 18 de abril de 1874.

¹⁰⁵ *O Sexo Feminino*, 08 de agosto de 1873.

¹⁰⁶ MORAIS, Maria Arisnete Câmara de, 2002.

2.2 – Primavera

Durante a interrupção da publicação de *O Sexo Feminino*, Francisca Diniz reapareceu no cenário editorial, em 1880, com uma revista intitulada *Primavera: revista semanal, instrutiva e noticiosa*. *Primavera* foi lançada em 29 de agosto de 1880 e circulou por apenas um ano.

Em seu primeiro editorial, intitulado *Às Nossas Leitoras*, Francisca Diniz manteve parte de seu estilo literário, presente em *O Sexo Feminino*, informando às suas leitoras os motivos de seu afastamento do Rio de Janeiro, os motivos da suspensão da publicação de *O Sexo Feminino* e, ressaltando que o jornal havia mantido um público leitor assíduo, tendo sua interrupção sido motivada por fatores não relacionados à sua vendagem.

Quando há seis anos encetamos a publicação de um periódico – exclusivamente dedicado aos interesses da mulher – longe estávamos de supor que o acolhimento tão benévolo merecêssemos dos nossos colegas da imprensa e das nossas patrícias, quer desta corte quer do interior.

Efetivamente um lindo futuro se nos antolhava (sic), mas motivos imperiosos e causa irremovível obrigaram-nos a suspender aquela publicação, para procurarmos na vida da província o restabelecimento de saúde de pessoas que nos eram caras.

Hoje porém que desaparecidos são esses inconvenientes, e conhecendo-nos amparados pelas mesmas simpatias que então nos foram dispensadas, de novo pomo-nos á frente desse empenho, que, conquanto superior ás forças de que dispomos, todavia contamos

levar avante, escudadas por essa força invencível que se chama – o poder da vontade¹⁰⁷.

Entretanto, o discurso expressava um tom bem mais moderado em relação aos direitos da mulher brasileira.

Trabalhando para que a mulher brasileira sustente-se na altura que lhe compete jamais nos desviaremos dessa trilha traçada aos que aspiram os bons fins – e pois seremos incansáveis na propaganda dos bons princípios religiosos e sociais.

Não aspiramos a títulos que nos não sejam devidos, nem combateremos por glórias que não bem nos assentem: o nosso propósito ao publicarmos esta folha é simples e unicamente o de darmos um passo que ateste – o desejo de sermos á sociedade.

Por nossa parte prometemos não enfraquecer: ás nossas patrícias cabe a missão de acompanhar-nos no esforço ou abandonar-nos na tarefa.

No primeiro caso avançaremos fortes do apoio que nos seja dispensado.

Na segunda hipótese arrostaremos (sic) as dificuldades, animadas pela coragem que as boas causas imprimem naqueles que combatem contra a indiferença dos que buscam retardar-lhes o triunfo¹⁰⁸.

A intenção de se produzir um discurso mais moderado, ou melhor, a intenção de se produzir um periódico desprovido de um caráter político-doutrinário explícito - como era usual na imprensa do século XIX - estava demonstrada já na escolha do próprio título, *Primavera*. Francisca Diniz, após anos editando um jornal, cujo título era tão expressivo como *O Sexo Feminino*, acabou cedendo ao que era comum na imprensa direcionada às mulheres. Já observamos anteriormente que muitos

¹⁰⁷ Primavera, 29 de agosto de 1880.

periódicos recorriam a títulos que sugeriam a fragilidade, ou mesmo o romantismo das mulheres. Mas, *Primavera* tinha a proposta de ser um semanário instrutivo e noticioso, como sugerido por seu próprio sub-título. No primeiro exemplar, logo depois do editorial *Às Nossas Leitoras*, havia um texto intitulado *Primavera*, que descrevia essa estação do ano e ressaltava o seu significado. O fato de a revista ter sido uma publicação editada aos domingos, conforme explicitado na primeira página da cada edição, já de alguma maneira a conformava como leitura de entretenimento e voltada para toda a família.

A *Primavera* foi uma revista cujo conteúdo era composto de notícias sobre os acontecimentos da capital e artigos de cunho cultural e instrutivo. Os editoriais, com exceção do primeiro, não se referiam à causa feminina. Os temas abordados eram, geralmente, de História Universal – muito utilizado por Francisca Diniz, principalmente em *O Sexo Feminino*, para referir-se aos seus ideais de civilização e progresso -, de religião e de artes. O editorial da segunda edição apresentou um tema mais contundente que mesclava religião, Platão, César e Napoleão. Através dele, a escritora termina por condenar a religião mulçumana, definindo o Alcorão como *um livro tenebroso e confuso que há mil anos é o oráculo da metade do mundo*¹⁰⁹.

A poesia tinha espaço constante na revista. No entanto, diferentemente de *O Sexo Feminino*, em *Primavera* os poetas colaboradores eram homens. A revista contou, inclusive, com a ilustre colaboração de Casimiro de Abreu em três edições.

¹⁰⁸ Primavera, 29 de agosto de 1880.

¹⁰⁹ Primavera, 03 de outubro de 1880.

O noticiário caracterizava-se por conter informações de caráter cultural, tais como moda, festas, bailes, o festival de música Carlos Gomes. Os anúncios restringiram-se a anunciar casas de moda, pensões e, claro, anúncios de escolas, principalmente às de propriedade de Francisca Diniz. Na parte sobre moda, introduziu-se uma novidade: dicas do que seria a *última moda na Côrte*.

Apesar dessa proposta mais cultural e do abandono da causa feminina, a *Primavera* dedicou grande parte de seus artigos à causa abolicionista, ou segundo palavras da própria editora: *propunhamo-nos a tratar da escravidão*¹¹⁰. Em seus textos sobre a escravidão, Francisca Diniz adotou um tom bastante direto e politicamente engajado, como no exemplar de 03 de outubro de 1880, no qual reproduz um discurso proferido no parlamento *por um dos mais acérrimos partidários da idéia abolicionista*, o deputado Marcolino Moura, sendo que esse discurso ocupou mais da metade da revista. Na edição de 17 de outubro, duas semanas após a publicação desse discurso, Francisca Diniz afirmava: *Os povos hoje sabem que comprar e vender um homem é um crime; é violar as leis de Deus e o direito da humanidade*¹¹¹.

Além da maior ênfase na causa abolicionista, Francisca Diniz também alterou parte de seu discurso ao acrescentar temas, como a importância do trabalho e, mais recorrente, a questão da pátria: *Todo o amor que temos a nós, à nossa família, e aos nossos amigos, se resume no amor que consagramos à nossa pátria. O amor da pátria é inato ao homem*¹¹².

¹¹⁰ Primavera, 10 de outubro de 1880.

¹¹¹ Primavera, 17 de outubro de 1880.

¹¹² Primavera, 13 de outubro de 1880. Citação de Bossuet.

Da mesma forma que os conceitos de Francisca Diniz sobre a condição feminina se alteraram no decorrer dos anos de publicação de *O Sexo Feminino*, em *Primavera*, é possível perceber mudanças na defesa da "civilização", onde conceitos como liberdade e amor (amor da humanidade) foram agregados.

Vida do Universo por toda parte a achamos: desde o primeiro degrau da escala social até ao ápice da criação, ora modificando-se como a matéria, ora divinizando-se com o espírito. (...) Amor de Deus – Amor da família – Amor do próximo – Amor da humanidade¹¹³.

A *Primavera* obedecia ao formato in-4º, quatro páginas. Esse número de páginas correspondia a um padrão de edição da época, sendo que todo periódico, no início de sua publicação ou que não atingisse um número expressivo de vendas, mantinha esse formato¹¹⁴. Abaixo do título, constava a seguinte informação: *sob a direção de Francisca Senhorinha*. A diagramação acompanhava o modelo de *O Sexo Feminino*. Na primeira página, constava o editorial, seguido pelo folhetim (*A Diva Isabela*) ao rodapé da folha. Nas outras páginas seguiam os demais artigos, as poesias, o noticiário e os anúncios. Uma inovação da *Primavera* foi a utilização de imagens como ilustração dos textos. A *Primavera* chegou a anunciar a publicação de um suplemento ilustrado da revista¹¹⁵. Importante ressaltar que a tipografia responsável pela impressão da revista era a Typografia da Primavera. Como *O Sexo Feminino*, ao retornar sua publicação em 1889, utilizou de diversas tipografias para

¹¹³ Primavera, 29 de agosto de 1880.

¹¹⁴ Sobre a formatação dos periódicos do século XIX, ver: SEABRA, Elizabeth Aparecida Duque, 1999, p 52. Ver também: BICALHO, M. F. B, 1988, p 86 – 87.

¹¹⁵ Esse suplemento ilustrado não foi encontrado no acervo da Biblioteca Nacional. Permanece a dúvida se não restou nenhum exemplar ou se o suplemento não chegou a ser publicado.

sua impressão, não foi possível determinar a origem dessa tipografia de mesmo nome da revista¹¹⁶.

A *Primavera*, assim como *O Sexo Feminino*, contou com a distinção de ter sido assinada pelo Imperador D. Pedro II, fato esse devidamente noticiado na publicação. Francisca Diniz manteve correspondência e intercâmbio com outros periódicos. O intercâmbio, como estratégia de apoio, entre órgãos da imprensa durante o século XIX, ocasionava, eventualmente, situações interessantes, como o recebimento, pela *Primavera*, de dois números do *Heroe, periódico quinzenal, dedicado exclusivamente às classes operárias*.

Francisca Diniz também manteve a estratégia de solicitar divulgação de sua revista em outros periódicos. Entretanto, a *Primavera* não ultrapassou seu primeiro ano. Em 1885, cinco anos após a experiência da revista *Primavera*, Francisca Diniz retoma a atividade, publicando a revista *A Voz da Verdade*.

A publicação da revista *Primavera*, fez com que Francisca Diniz ultrapassasse a condição de ser uma escritora exclusivamente militante, - que utilizava de seus escritos como um instrumento de divulgação de suas idéias de emancipação da mulher brasileira -, para se afirmar como escritora e editora. Através de sua própria trajetória pessoal, a autora se afirmou como um modelo de emancipação feminina, uma mulher que conseguiu se profissionalizar em uma seara tipicamente masculina e alcançou, com seu trabalho, reconhecimento e sustento financeiro.

¹¹⁶ A presença de tipografias no Rio de Janeiro aumentou sensivelmente no decorrer do século XIX. Em *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino* de 29 de agosto de 1890,

2.3- A Judia Rachel

Foi preciso que aparecessem um Aime Martin, um Fenelon para que se conhecessem uma Madame de Sivigné, Chatelet, Remusat e outras muitas¹⁷.

Francisca Diniz publicou seu romance *A Judia Rachel* em 1886, em co-autoria com sua filha Albertina Diniz. Dividido em duas partes, o livro narra a vida de Rachel, mulher, judia, escrava, esposa e mãe. Sua história começa na Europa quando, ainda criança, foi seqüestrada de sua família. A partir desse acontecimento, são relatadas uma série de desventuras até o desfecho feliz: o casamento com o príncipe Roberto, o reencontro com os pais e a vida tranqüila em família em um castelo na Suíça.

É importante entender o que a publicação desse romance representava para suas autoras. No jornal, seus escritos eram uma forma de disseminação de suas idéias em defesa da emancipação da mulher, assumindo, portanto, um forte caráter propagandístico. Em *Primavera*, o viés ideológico permaneceu, porém, apresentando características mais instrutivas e com temas mais amplos. Afinal, para Francisca Diniz, ser uma romancista configurava-se em mais uma etapa que ela estava trilhando como escritora. Escrever um romance deve ter sido um grande desafio para Francisca Diniz. Afinal a afirmação de sua posição como escritora, impunha, necessariamente, a autoria de um romance.

É sabido que, o surgimento do gênero romance, na Europa, esteve intimamente ligado a uma maior liberdade conquistada pelas mulheres na sociedade

constava um anúncio de prestação de serviço para impressão, atendendo, inclusive, o interior. Sobre o assunto, ver: HALLEWELL, Laurence, 1985.

moderna, principalmente no tocante ao casamento. O direito à livre escolha por parte dos noivos, a maior importância atribuída às relações emocionais entre homens e mulheres, e o novo sistema familiar – marido, mulher, filhos -, forneceram a estrutura necessária que o romance exigia¹¹⁸.

O século XIX viu, de fato, emergir uma forte noção de subjetividade, definido por Peter Gay, como o século em que apareceu uma intensa preocupação com o “eu”. Essa subjetividade manifestou-se, principalmente, através da literatura. Nesse contexto cultural, a sociedade europeia presenciou uma forma de literatura correspondente ao desenvolvimento do indivíduo moderno: o romance¹¹⁹.

Os séculos do surgimento do romance, séculos XVIII e XIX, constituíram-se como em uma época cujo panorama cultural configurava-se em uma transição de uma tradição coletiva para a experiência individual. O romance tinha como critério, que se expressava em sua técnica literária, uma fidelidade ao individualismo moderno. Os romancistas dedicaram maior atenção ao indivíduo particular, particularizando os seus personagens¹²⁰.

Francisca Diniz, ao eleger uma mulher como o personagem de seu romance, indicava a emergência da individualidade da mulher brasileira, individualidade essa que se expressou, principalmente, através da escrita. Coerente com a luta de sua autora pela emancipação feminina, o romance *A Judia Rachel* deve ser visto como instrumento de formação de um público leitor brasileiro e expressão da construção

¹¹⁷ O Sexo Feminino, 18 de outubro de 1873.

¹¹⁸ WATT, Ian. *A ascensão do romance: estudos sobre Defoe, Richardson e Fielding*. São Paulo: Cia das Letras, 1990, p 120 – 123.

¹¹⁹ Sobre a emergência de uma subjetividade expressa na literatura, ver: GAY, Peter. *O coração desvelado*. São Paulo: Cia das Letras, 1999. Sobre a constituição de uma subjetividade especialmente relacionada aos movimentos femininos no Brasil do século XIX, ver: BICALHO, Maria Fernanda B, 1988.

¹²⁰ WATT, Ian, 1990, p 11 – 33.

da subjetividade feminina através da literatura; afinal é escrito por uma mulher, narra a história de uma mulher e, com certeza, buscava um público de leitoras.

O desenvolvimento do gênero literário romance esteve relacionado com a expansão do público leitor¹²¹. Em *Leituras de mulheres no século XIX*, Moraes indica a formação de um público feminino - leitor e escritor de romances - no Brasil, a partir da segunda metade do século XIX, quando, segundo a mesma autora, às transformações do Rio de Janeiro associava-se o projeto de formação de uma sociedade letrada¹²².

A elite urbana brasileira valorizava a leitura como símbolo de instrução e como forma de sociabilização, sendo a prática da leitura entendida como uma chave de acesso ao saber erudito, ao brilho que a cultura letrada propiciava. O Rio de Janeiro possuía, em 1850, doze livrarias, em 1870, trinta e em 1890, quarenta e cinco livrarias¹²³. O interesse pelos romances, por parte do público leitor, pode ser medido pela estratégia editorial de publicação dos folhetins na imprensa da época. Tal foi o sucesso que o romance atingiu no século XIX, que a literatura podia configurar-se como um caminho para a popularidade¹²⁴. Nesse sentido, a publicação de um romance atendia a uma estratégia de divulgação.

¹²¹ Na Europa do século XVIII, bem como, no século XIX no Brasil, assistiu-se a um crescente interesse popular pela leitura, em especial pelos romances. Entretanto, esse aumento de leitores não representava, necessariamente, um expressivo aumento do número de pessoas instruídas. Ver: WATT, Ian. Op. cit. p 34 – 55.

¹²² MORAIS, Maria Arisnete Câmara de, 2002.

¹²³ Idem, p 32 – 55.

¹²⁴ CÂNDIDO, Antônio. *O romantismo no Brasil*. São Paulo: Humanitas/FFLCH, 2002, p 42.

Ou seja, o público leitor e consumidor das propostas de emancipação feminina e de instrução da sociedade brasileira, veiculadas por Francisca Diniz, estava em formação. O desenvolvimento do romantismo no Brasil esteve vinculado a um público leitor feminino bastante extenso. Não apenas no Brasil como na Europa, as mulheres formavam o público alvo preferido dos escritores romancistas. Entretanto, o romance, como definiu Nelson Werneck Sodré, era uma leitura que preenchia o ócio das mulheres e caracterizava-se como romance sentimental¹²⁵. A literatura destinada às mulheres era considerada apenas como uma forma de lazer.

Mas seu grande apelo popular acabou por fazer com que muitos passassem a ver nele um precioso instrumento pedagógico¹²⁶. Como citada por Moraes, a escritora do século XIX, Ana Ribeiro Góes Bettencourt (1885), ao reconhecer o surgimento de mulheres romancistas, fez uma crítica ao conteúdo frívolo de muitos dos romances e defendeu que os livros escritos por mulheres deveriam contribuir para a sua instrução e moralidade¹²⁷. Francisca Diniz, com toda certeza, acompanhava essa discussão, optando pela escrita como forma de expressar suas idéias; utilizou-se, então, dos dois veículos em ascensão na sociedade brasileira: o livro e o jornal. Ela publicou não um romance sentimental, publicou, isto sim, um tratado ideológico, apresentando um estilo onde o tom didático ressaltava uma moral.

O romance *A Judia Rachel* pode ser inserido no estilo que Antônio Cândido definiu como literatura de carregação ou estilo romanesco. Esse estilo remete à

¹²⁵ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966. apud BICALHO, Maria Fernanda B., 1988, p 70.

¹²⁶ VASCONCELOS, Sandra Guardini T. *A formação do romance brasileiro: 1808 – 1860 (vertentes inglesas)*. <http://www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br/>, p 8. Acesso em: 17 maio 2005.

¹²⁷ MORAES, Maria Arisnete Câmara de, 2002, p 77.

primeira fase do romance, onde predominavam “paixões incontroláveis, sedução, raptos, traições, vilões terríveis, desonra, revelações de última hora, ausência de meias-tintas, ausência de nexos casual entre os acontecimentos, personagens estereotipados (radicalmente bons ou radicalmente maus)”. *A Judia Rachel* apresenta boa parte desses elementos, demonstrando que Francisca Diniz e sua filha seguiram uma tradição muito própria do folhetim, ao contrário de outra linguagem do romance que apostava na vida comum dos homens e em cenas próximas do cotidiano¹²⁸. Entretanto, essa escolha se justifica em razão dessa tradição novelesca corresponder em maior escala à missão moralizadora que em parte foi atribuída ao romance, com seus desfechos onde o vício era punido e a virtude recompensada.

O livro *A Judia Rachel* é claramente inspirado na obra *As Aventuras de Telêmaco*, de Fenelon. Esse autor ocupava, nas relações franco-luso-brasileiras, um lugar de relevo: o da doutrinação pedagógica e cívica em tempos de crise e mudança, como foram os séculos XVIII e XIX, tanto em Portugal como no Brasil. Se Rousseau é considerado o pai da pedagogia moderna, Fenelon, com sua obra *As Aventuras de Telêmaco* de 1699, iniciou uma pequena-grande revolução pedagógica. Segundo Cristóvão, a intensa presença dos livros de Fenelon nas bibliotecas brasileiras (incluindo uma média de uma edição a cada 04 anos durante o século XIX) revela uma sintonia cultural do Brasil em relação à Europa no campo das idéias. *As Aventuras de Telêmaco* é um tratado pedagógico, escrito, porém, de forma romanceada. É um livro cuja intenção era a de constituir-se em modelo de

¹²⁸ VASCONCELOS, Sandra Gardini T. *A formação do romance brasileiro: 1808 – 1860 (vertentes inglesas)*, p 25.

formação moral para jovens¹²⁹. Destaca-se o fato de Fenelon ter sido um autor preocupado, também, com a educação feminina, tendo escrito, inclusive, outra obra educacional, especialmente voltada para as jovens: o *Tratado de educação das meninas*.

Segundo Cristóvão, uma escrita inspirada em outra obra caracteriza-se em um estilo de literatura definido como *romance de imitação*. A inspiração no livro *As Aventuras de Telêmaco* não era uma novidade na literatura brasileira. Tereza Margarida da Silva e Orta, em 1750, apresentou, à Censura do Santo Ofício do Ordinário e do Paço, o livro *Aventuras de Diófanos Imitando o Sapientíssimo Fénelon na sua Viagem de Telêmaco*¹³⁰. *As Aventuras de Diófanos* é considerado, por especialistas, o mais antigo texto ficcional em prosa da literatura brasileira, o primeiro romance escrito por um brasileiro, ou melhor, uma brasileira. Silva e Orta diferenciou sua obra da de Fenelon pela reivindicação feminista da dignidade e direitos da mulher, ausente do *Telêmaco* original¹³¹. Essa autora é considerada uma das pioneiras na luta pela igualdade entre os gêneros. Nesse sentido, além de Fenelon – influência explicitamente citada por Francisca Diniz – pode-se supor que o aspecto feminista de *As Aventuras de Diófanos* foi outra grande contribuição para a construção narrativa de *A Judia Rachel*.

Em comum, os três livros possuem um enredo de aventuras, com cenários de colorido clássico e viagens. A história oscila entre o infortúnio e a ventura de seus

¹²⁹CRISTÓVÃO, Fernando Alves. *Presença de Fenelon no espaço luso-brasileiro: subsídios para um estudo*. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian, 1983, p 135 – 140.

¹³⁰BRANDÃO, Ceila Ferreira. *Mulher e literatura no século das Luzes ou reflexões sobre historiografia literária*. http://www.letras.ufrj.br/litcult/revista_mulheres/VOLUME5/55_ceila.html. Acesso em: 26 nov. 2004.

¹³¹ CRISTÓVÃO, Fernando Alves, 1983, p 141.

personagens, os quais possuem condição aristocrática¹³². Entretanto, o mais importante é o fundo moral e a presença, nos três textos, de palavras e temas caros à Ilustração.

já Brandão afirma que estão presentes, em *As Aventuras de Diófanes*, os conceitos de virtude e formosura¹³³. Virtude e formosura representam, respectivamente, o masculino e o feminino. A formosura, em *A Judia Rachel*, é a própria beleza da protagonista. Essa beleza permite que Rachel saia da condição de dançarina para de sultana – o que representa riqueza – e possibilita que o Príncipe se apaixone por ela, resultando em um casamento feliz. A beleza em si não completa a felicidade do personagem, ela, sozinha, é fonte de várias desgraças: a condição de mulher de harém, a intriga que ocasiona a condenação de Rachel à morte, a perseguição do grão-vizir. A virtude permite que ela supere esses obstáculos.

A personagem Hemirena (*As Aventuras de Diófanes*) é descrita, por Brandão, como a mulher que agrega o masculino e feminino, representando igualdade de alma entre os sexos. Virtude e formosura são qualidades que não podem existir separadamente. Rachel, a partir de suas virtudes, é beneficiada pelo destino e por Deus. Essas virtudes são representadas no livro pelo respeito à família (os pais adotivos que a salvam da caravana de beduínos), pela preocupação com o próximo, pela modéstia, pela retidão de caráter, pelo desapego aos bens materiais. O masculino, a igualdade de alma da mulher com o homem, apresenta-se através da capacidade de Rachel de ser crítica em relação às situações em que se encontra (a

¹³² Idem, p 141.

¹³³ BRANDÃO, Ceila Ferreira. *Mulher e literatura no século das Luzes ou reflexões sobre historiografia literária*.

não aceitação do papel de sultana) e a inteligência que a leva a planejar sua fuga recorrendo à figura do Príncipe¹³⁴.

Como já foi dito, *A Judia Rachel* é um romance escrito em co-autoria por Francisca Diniz e sua filha Albertina Diniz. A autoria do livro é comunicada, na capa da publicação, da seguinte maneira: o nome de Francisca Diniz em destaque, com a designação de “Directora do Colégio Santa Izabel”, o que sugere que esse cargo conferia status à autora e, provavelmente, insinuava a idéia de que o livro seria, além de passatempo, fonte de instrução e conhecimento. Após essa referência, vem o nome de Albertina Diniz, sendo devidamente explicitado que trata-se da filha de Francisca.

A editora da obra é a *José Assis Clímaco dos Reis*, do Rio de Janeiro. O título completo do livro, com seus dois sub-títulos, é *Scenas Orientais – A Judia Rachel: romance original de costumes*. O termo *Scenas Orientais* justifica-se por ser o Oriente o cenário da história. Na verdade, o romance descreve um imaginário criado pelas autoras do que seria o Oriente e a cultura oriental. A expressão *romance de costumes* refere-se ao estilo literário da segunda metade do século XIX, no qual o leitor encontrava a vida de todo o dia, estilo este que muito atraiu os leitores de seu tempo. O brasileiro parecia gostar de ver descritos os lugares, os hábitos, o tipo de gente cuja realidade podia aferir, e que por isso lhe davam a sensação alentadora de que o seu país podia ser promovido à esfera atraente da arte literária¹³⁵.

¹³⁴ Segundo CÂNDIDO, Antônio. *Presença da Literatura brasileira: das origens ao romantismo*. São Paulo: Difusão Européia, 1968, p 248, no romantismo a imagem de mulher triparte-se em *mulher-pureza* (que com seu amor enobrece), *mulher-sedução* (corruptora) e *mulher-envilecida* (a que pode ser redimida pelo amor). A personagem Rachel pode ser inserida tanto na imagem de *mulher-pureza* - nobre em seus sentimentos e fiel ao seu amor pelo príncipe - quanto na *mulher-envilecida* - o amor pelo Príncipe a redimiu do casamento com o sultão.

¹³⁵ CÂNDIDO, Antônio, 2002, p 41.

Então, se o romance de costumes retratava a realidade brasileira, porque *A Judia Rachel*, cuja história se passa no Oriente e na Europa, foi definido como tal?

Primeiramente, o romantismo utilizou muito do interesse pelo exotismo de regiões longínquas e de outras civilizações, inclusive européia¹³⁶. Entretanto, além dessa influência literária pode-se compreender a obra *A Judia Rachel* como uma metáfora à situação da mulher no Brasil. O ideal de feminino presente em *A Judia Rachel*, é um ideal que busca superar, utilizando-se da imagem da mulher do Oriente, a condição de inferioridade a que estava submetida a mulher brasileira, inferioridade, esta, resultante do seu estado de ignorância. A única forma de superação desse estágio seria justamente a educação.

As muçulmanas são, em geral, de curta inteligência, e uma moça que soubesse mais de dois dedos da fabula, seria tida como um portento¹³⁷.

A condição da mulher no Oriente, é ser sempre desgraçada, como em todo o país onde a religião do Crucificado, não derramou suas benéficas luzes¹³⁸.

A civilização oriental, descrita em *A Judia Rachel*, pode ser compreendida como uma referência ao Brasil, entendendo que o Oriente, em relação à posição da mulher em sua sociedade, represente a sociedade brasileira¹³⁹.

¹³⁶ CÂNDIDO, Antônio, 1968, p 250.

¹³⁷ DINIZ, Albertina A. e DINIZ, Francisca Senhorinha da Motta. *A Judia Rachel*. Rio de Janeiro: José Clímaco dos Reis, 1886, p 25.

¹³⁸ Idem, p 32.

¹³⁹ Análise semelhante pode ser encontrada em CRUZ Maria da. *Crítica e Confluência em Aventuras de Diófanes*. apud BRANDÃO, Ceila Ferreira. *Mulher e literatura no século das Luzes ou reflexões sobre historiografia literária*. Maria da Cruz entende que, no livro *As Aventuras de Diófanes*, a ilha sem injustiças, escravidão e a presença de um governante nascido na própria terra; é uma referência ao Brasil.

Afinal, a realidade brasileira do século XIX, ainda era a de uma sociedade patriarcal, que herdara, do período colonial, a imagem de uma fazenda harém, na qual o senhor vivia rodeado de escravas. Em diversos artigos presentes em *O Sexo Feminino*, Francisca Diniz criticou a condição de escrava a que a mulher brasileira era submetida no casamento.

Contrariamente ao pensamento iluminista, no Brasil do século XIX, a cidade, e não a natureza, seria o local das virtudes¹⁴⁰. O processo de urbanização influenciou as relações sociais e os hábitos da sociedade. A família, ansiosa em presenciar as transformações que ocorriam nas cidades, “perdeu a cerimônia de freqüentar a rua”. A adoção de formas burguesas de desfrutar as atrações urbanas permitiu às mulheres (da elite, evidentemente) freqüentarem saraus, estudarem francês, comprarem e lerem romances, possibilitando a sua participação no projeto de formação de uma sociedade letrada. Para muitas mulheres, o romance seria a única forma de acesso a qualquer tipo de informação ou educação¹⁴¹.

Pode-se sugerir que as autoras do romance consideravam a educação feminina uma aventura a ser trilhada. Assim como em *A Judia Rachel* o cristianismo é o instrumento que dissemina as Luzes, em campanha pela liberdade; para Francisca Diniz, o livro e o jornal seriam os instrumentos para disseminar suas idéias de emancipação feminina e sensibilizar as mulheres para a luta por seus direitos.

¹⁴⁰ A natureza como local de virtudes é uma idéia própria do Iluminismo. Sendo que este, configura-se, também, como uma tradição presente no pensamento de Francisca Diniz. Essa afirmação decorre da presença de citações de Rousseau em diversos exemplares de *O Sexo Feminino* e, também, pela proximidade de conceitos de Francisca Diniz sobre civilização, educação e progresso com a filosofia iluminista.

¹⁴¹ VASCONCELOS, Sandra Gardini T. *A formação do romance brasileiro: 1808 – 1860 (vertentes inglesas)*, p 9.

Mas, não apenas a questão feminina é representada pela metáfora Brasil/Oriente, Francisca Diniz criticava em seu jornal a escravidão e a pena de morte no Brasil, tema recorrente, também em seu romance.

Acabes de dizer-me que Alá é o Cristo; entretanto que os cristãos não comprem suas mulheres, como os mulçumanos; não mandam matar seus escravos, e não procedem como vós, para com os prisioneiros?! ¹⁴².

O Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX foi o palco central das transformações que ocorreram no Império. Especificamente, em relação à vida das mulheres, o modelo de civilização do período tinha como locais e interesses femininos as modas de Paris, os bailes, a conversação amena dos salões e os romances de leitura recomendável a todas as moças solteiras¹⁴³. A representação da mulher e da mulher leitora em especial, presente em boa parte dos romances do Segundo Reinado, reproduzia esses conceitos, construindo personagens cuja rotina era constituída de passeios, bailes, piano e, é claro, uma leitura amena e prazerosa¹⁴⁴. Para Francisca Diniz e sua filha Albertina, a futilidade das mulheres de elite era um triste reflexo de um perfil feminino pouco preocupado com questões

¹⁴² DINIZ, Albertina. DINIZ, Francisca S. M, 1886, p 100.

¹⁴³ Sobre o processo de urbanização e mudanças comportamentais do século XIX ver: MORAIS, Maria Arisnete Câmara de. Op. cit. PINHO, Wanderley. *Salões e damas do Segundo Reinado*. São Paulo: Martins, 1970. BITTENCOURT, Pedro Calmon Morris de. "Espírito da sociedade imperial". In: _____. *História Social do Brasil*. 2 ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1937. pg 236-41 e 246-52. D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: *História das mulheres no Brasil*, p 223 - 240.

¹⁴⁴ MORAIS, Maria Arisnete Câmara de, 2002, p 78 – 79.

relacionadas à beleza interior, como o intelecto e os valores morais. Crítica essa bastante presente em *A Judia Rachel*, como na seguinte passagem¹⁴⁵:

Entregues absolutamente ao ócio, têm todavia uma grande habilidade na arte de se enfeitarem, e como sejam satisfeitas pelo sultão, em tudo o que desejam, gastam imensa soma em jóias, ricos **Yaschmarcs** e **antaris**, cravejados de pedras preciosas¹⁴⁶.

Não apenas as escritoras Diniz estavam insatisfeitas com a conquista do direito à leitura e o direito ao acesso à rua. Outros críticos engrossavam esse movimento – como a já citada escritora Ana Ribeiro de Góes Bettencourt – reivindicando mais. Reivindicando que essas mulheres escrevessem, publicassem e, principalmente, lessem livros que fossem reflexivos e que instigassem a inteligência feminina. Os defensores da educação feminina listavam as obras que deveriam ser adotadas pelas escolas de instrução pública do sexo feminino¹⁴⁷. Seguindo essa orientação, - talvez por Francisca Diniz ter sido professora, defensora da educação feminina e do magistério exercido por mulheres - *A Judia Rachel* é fonte de princípios morais e virtudes que exaltam a atuação de uma mulher de ações benemerentes e heróicas¹⁴⁸.

¹⁴⁵ Análise semelhante, também em MENDONÇA JÚNIOR, Francisco de Paula Souza de. *Virtude e formosura: um olhar sobre o feminino no romance de D. Teresa*. <http://www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br/>. Acesso em: 17 maio 2005. O autor afirma que no romance de D. Teresa Margarida, encontra-se a crítica às mulheres da Corte que se dedicavam a atividades fúteis. Outra crítica comum às duas obras seria em relação ao ócio das mulheres.

¹⁴⁶ DINIZ, Albertina. DINIZ, Francisca S. M., 1886, p 25.

¹⁴⁷ MORAIS, Maria Arisnete Câmara de, 2002, p 77 – 78.

¹⁴⁸ A heroína com papel civilizatório, que produzia modelos de comportamento para as mulheres, surgiu com o romance *Pâmela* de Richardson. VASCONCELOS, Sandra Guardini T. *A formação do romance brasileiro: 1808 – 1860 (vertentes inglesas)*, p 19.

Infelizmente, não é possível aquilatar a recepção que a sociedade do Rio de Janeiro ofereceu à *A Judia Rachel*. Como não foram encontradas críticas ao livro e dado o fato que ele restringiu-se a uma única edição, pode-se deduzir que ele não tenha se tornado um romance com ampla presença na maioria dos lares cariocas. Entretanto, assim como a importância da obra de Teresa Margarida da Silva e Orta levou tanto tempo para ser reconhecida, acreditamos que o romance *A Judia Rachel* também poderá ser compreendido como uma significativa contribuição para a História da Literatura Brasileira.

A produção literária de Francisca Diniz possui uma originalidade em relação à sua época. Afinal, o discurso feminista era uma novidade no Brasil e Francisca Diniz foi uma voz bastante radical na luta pelos direitos das mulheres. Ao mesmo tempo, Francisca Diniz foi uma escritora que se adequou ao mercado editorial de seu tempo e objetivava atingir um extenso público.

Nos três impressos aqui estudados, é possível perceber a finalidade de Francisca Diniz como escritora, convencer as mulheres, seu público alvo, da necessidade de promoção da educação feminina. O acesso à educação permitiria a essas mulheres terem consciência de seus direitos e, a partir disso, reivindicá-los. As intenções de Francisca Diniz, para com o seu leitor, serão o objeto de análise do próximo capítulo.

Capítulo III

A racional emancipação da mulher

Para melhor compreender a presença de uma proposta normatizadora - em relação ao papel da mulher - nos discursos do movimento feminino brasileiro do século XIX, é necessário compreender a construção do *ser homem* e do *ser mulher*, importante por situar a questão do feminino historicamente. Para a história, as categorias homem/mulher não são universais, isto é, verificáveis em qualquer tempo ou sociedade. Apenas quando homem e mulher forem categorias referidas ao organismo biológico poderão ser universais porque, como têm observado os historiadores do campo, ser homem e ser mulher assumem significados sociais bastante variáveis no tempo¹⁴⁹.

Thomas Laquer situa no final do Iluminismo a criação do espaço para a redefinição da "natureza da mulher"¹⁵⁰. Esse período caracterizou-se como da emergência de um discurso médico, que obteve bastante êxito por permitir uma ruptura com a ortodoxia religiosa, através de métodos empíricos e científicos tão caros ao período. A ciência e a medicina criaram uma dicotomia entre homens e mulheres - força masculina e vulnerabilidade feminina - dicotomia que passou a justificar, entre outras coisas, a divisão sexual do trabalho. A mulher passou a ser representada como portadora de uma natureza passiva, infantil, um organismo criado para a maternidade e incapaz para o trabalho intelectual.

Acompanhando as mudanças políticas, sociais e econômicas - Reforma Protestante, teoria política Iluminista, desenvolvimento de novos tipos de espaço público, as idéias de Locke sobre o casamento como um contrato, as possibilidades

¹⁴⁹ GOMES, Ana Cláudia. *O Almanach das Senhoras (1871-1927) e um projeto político de acesso feminino à cultura letrada*. Dissertação de Mestrado, UFMG, Belo Horizonte, 2002, p 26.

¹⁵⁰ MATOS, Sônia Missagia de. Repensando gênero. In: *Mulher: cinco séculos de desenvolvimento na América: capítulo Brasil*, p 23.

de mudança social pós-Revolução Francesa, o sistema industrial com a reestruturação da divisão sexual do trabalho, o surgimento da economia de mercado e o aparecimento das classes sociais – houve uma reinterpretação dos corpos. Essa reinterpretação é o que Foucault definiu como uma política de coerção sobre os corpos. Os mecanismos de poder da modernidade – o *poder disciplinador* – sujeita os corpos a uma disciplina interna de auto controle – através de uma manipulação de gestos e comportamentos – objetivando uma obediência e uma utilidade por parte do corpo. Esses mecanismos de controle se refletiram em uma organização familiar, com maior intensidade nas camadas mais abastadas da sociedade e, nas classes mais pobres, transformou-se em instrumento de moralização. O controle do corpo e da sexualidade era, também, instrumento de controle político e econômico. A sexualidade que se produziu era uma sexualidade de origem burguesa¹⁵¹.

A partir do advento do capitalismo, emergiu uma nova ordem social burguesa, reorganizadora das vivências familiares, domésticas e, também, da vivência feminina. A família foi reorganizada segundo um novo e crescente processo de privatização que, cada vez mais, valoriza a intimidade. A família assume um novo significado de acordo com os moldes burgueses. O modelo de família que correspondia ao ideal da época era a família nuclear, pai, mãe e filhos. Nesse processo, o amor familiar adquiriu uma maior importância e a mulher passou a representar, no imaginário social, o papel da guardiã do lar, responsável pelos cuidados com o marido e filhos¹⁵².

¹⁵¹ Idem, p 23 – 32.

¹⁵² D'INCAO, Maria Ângela. *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997

Para a construção dessa família ideal, tornava-se necessário incidir o discurso sobre a mulher. O comportamento feminino tinha que apresentar como características a submissão, o recato, a delicadeza a fragilidade. O lar tornava-se o local ideal da mulher, onde ela reinaria absoluta. A natureza havia reservado para a mulher duas funções primordiais: esposa e mãe. Nesse sentido, a mulher encontrava-se cada vez mais excluída do espaço público e restrita ao espaço privado do lar¹⁵³.

No Brasil, a organização familiar e a situação feminina também passaram por um processo de reordenação no século XIX, em especial na passagem para o século XX. O Rio de Janeiro, na qualidade de centro político e econômico brasileiro, era o cenário que mais expressava o paradigma da modernidade e do progresso nacional e como capital representava, ao mesmo tempo, a inadequação da realidade brasileira aos novos modelos de *civilidade*. A transição para o capitalismo requeria uma nova visão sobre o trabalho que não condizia com a conotação que este possuía em um país de tradição escravocrata¹⁵⁴. Na emergência da ordem social burguesa, era necessário valorizar o trabalho e transformá-lo em princípio regulador da sociedade. Além da remodelação nas relações de trabalho, houve a necessidade de ser criadas formas de controle social, mais racionais e compatíveis com o sentido de progresso¹⁵⁵.

¹⁵³ BICALHO, M. F. B. Op, 1988, p 26 – 38.

¹⁵⁴ Sobre a redefinição dos papéis femininos e do imaginário familiar na sociedade brasileira, ver: RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar (1890 – 1930)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. SOIHET, Rachel. *Vivências e formas de violência: mulher de classe subalterna no Rio de Janeiro (1890 – 1920)*. Tese de Doutorado, USP, São Paulo, 1986. CHALLOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

¹⁵⁵ MAGALDI, Ana Maria Bandeira. *Mulheres no mundo da casa: imagens femininas nos romances de Machado de Assis e Aluizio Azevedo*. Dissertação de mestrado, 1999, p 61.

No esforço de instauração de uma ordem burguesa, verificou-se o desenvolvimento de um processo normativo, que teve como um dos instrumentos principais de ação o estabelecimento de uma política higienista e um projeto de medicalização da sociedade. Essa política atingia o espaço urbano, seus habitantes e suas famílias. A família era então pensada como a base da nova sociedade que se tentava forjar. Os modelos que deveriam ser seguidos eram o do amor conjugal, dos *pais higiênicos* e da função primordial da mulher nesse processo. A normatização da família tornou fundamental a normatização do papel feminino. A inferioridade da mulher - ou a superioridade masculina - a importância da função materna, a questão feminina como tema pertinente à esfera privada foram discursos produzidos por diferentes setores do mundo intelectual brasileiro.

Discursos jurídicos, positivistas e até mesmo, da vertente anarquista do movimento operário, todos eles possuíam uma roupagem de cientificidade, objetividade e neutralidade¹⁵⁶. Esses discursos revelam a amplitude e a importância do poder social das mulheres durante o século XIX, ao mesmo tempo que evidenciam a falta de autonomia dessas mulheres em produzir seus próprios discursos.

Buscaremos, neste capítulo, determinar em que medida Francisca Diniz reproduziu em seus escritos esse discursos que buscavam civilizar e educar as mulheres, fixando-as em papéis e espaços sociais imutáveis. Ao mesmo tempo, tentaremos demonstrar que, além do projeto de redefinição da condição feminina - que buscava a valorização do espaço privado e a associação da mulher a esse

¹⁵⁶ Idem, p 61 – 63.

espaço - os escritos de Francisca Diniz permitem vislumbrar propostas para as mulheres que iam muito além do reduto do lar.

A defesa da profissionalização, da inserção no mercado de trabalho, da educação superior e, mesmo, da participação política, nem sempre estão colocadas de forma direta, talvez porque a escritora percebesse como o seu tempo ainda iria rechaçá-las com mais intensidade do que sua constante e obstinada reivindicação pelo acesso à educação. Entretanto, com mais objetividade ou com mais sutileza, outras possibilidades para as mulheres estavam ali descritas.

Outram, ao analisar o discurso político gerado durante a Revolução Francesa, demonstra a necessidade que o período revolucionário teve de produzir um discurso que legitimasse as disputas pelo poder e, nesse sentido, passasse a idéia de um discurso que representasse uma vontade geral, pura e indivisível. A Revolução, ao negar a disputa do poder em si e, tendo em vista sua necessidade de legitimação, abordou o poder em termos morais, sendo que política e moralidade estavam completamente fundidas¹⁵⁷.

Transportando essa análise para o Brasil do século XIX, em meio às agitações provocadas pelas transformações econômicas, sociais e culturais; os discursos – importados ou produzidos – que normatizavam a mulher, a família, o trabalho e a sociedade num todo, recorriam, da mesma forma, à necessidade de moralização da população, em geral, e da mulher, em especial.

¹⁵⁷ OUTRAM, Dorinda. Lê langage male de la vertu: as mulheres e o discurso da Revolução Francesa. In: BURKE, Peter; PORTER, Roy (org.). *História social da linguagem*. São Paulo: UNESP, 1997. p 142.

Seguindo a análise da autora, quanto mais a política é vinculada a uma virtude (interesse geral acima do pessoal) e, no mesmo movimento, a virtude feminina é vinculada ao comportamento individual da mulher (castidade), mais a possibilidade de participação política é tirada das mulheres. *Na condição de grupo setorial excluído par excellence, as mulheres tinham de lutar por seus próprios interesses valendo-se do veículo de um discurso político inadequado para suas necessidades,(...)* ¹⁵⁸.

Outram traz a tona uma importante lacuna na historiografia, no que se refere à resposta que as mulheres deram ao discurso produzido sobre elas durante a Revolução Francesa. Um dos objetivos deste trabalho é justamente o de delimitar a resposta que uma brasileira do século XIX, no caso Francisca Diniz, foi capaz de articular ao discurso produzido a seu respeito.

O discurso normatizador da condição feminina, apesar de emancipador em sua busca pela educação, foi produzido como um discurso que excluía a mulher da política, restringindo-a à esfera do lar. Então, se Francisca Diniz almejava, além da educação, o acesso das mulheres ao espaço público, por que reproduziu, em tão grande medida, esse discurso excludente?

Uma explicação para a apropriação dessa fala seria o que Pierre Bourdieu definiu como *dominação simbólica*. Esse conceito, aplicado à questão da mulher, como trabalhado por Roger Chartier, implica em que a dominação não é simplesmente um processo de violência explícita do dominador sobre o dominado, mas um sistema sutil, que se sustenta através de todo um aparato ideológico. A construção da identidade feminina se enraíza na interiorização pelas mulheres, de

¹⁵⁸ Idem, p 144.

normas enunciadas pelos homens¹⁵⁹. De acordo com essa explicação, a exclusão das mulheres da esfera pública estaria alicerçada em discursos muito “favoráveis” e “simpáticos” a essa metade frágil da humanidade¹⁶⁰.

Um ponto que não deve ser esquecido é que a fala sobre a mulher no século XIX não deve ser avaliada somente em seus aspectos negativos, não é possível compreender o discurso simplesmente como um outro obstáculo histórico para as mulheres em seus esforços de conquistar igualdade política em relação aos homens¹⁶¹. O local em que a mulher foi alçada, de guardiã moral e elemento regenerador da sociedade, pode ter se apresentado como uma nova condição mais favorável, ou que melhor possibilitaria a inserção de um discurso que reivindicasse o direito à participação política e ao mercado de trabalho.

Nesse sentido, as reivindicações de Francisca Diniz avançaram do direito à educação básica ao direito ao ensino superior, do exercício do magistério ao acesso a outras profissões, do acesso ao universo do trabalho à independência financeira. A promoção das mulheres na esfera doméstica possibilitou as reivindicações de participação no espaço público. Além disso, faz sentido para um grupo excluído ou periférico usar o discurso dos grupos dominantes na exigência de mudanças, a fim de ganhar a atenção desses grupos e para validar seus próprios enunciados¹⁶².

¹⁵⁹ CHARTIER, Roger. Diferenças entre os sexos e dominação simbólica (nota crítica). In: *Cadernos Pagu*, 4. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP, 1995, p 40.

¹⁶⁰ GOMES, Ana Cláudia. *O Almanach das Senhoras: um projeto político de acesso feminino à cultura letrada*. Dissertação de Mestrado. UFMG, 2002, p 39.

¹⁶¹ OUTRAM, Dorinda, 1997, p 153.

¹⁶² Idem, p 153.

3.1 – Um Ideal de Mulher

*Se quereis que os homens sejam sábios e justos, ensinai à mulher o que é sabedoria e virtude.*¹⁶³

Dentre as correntes de pensamento em voga no período, o positivismo se pronunciou enfaticamente sobre o papel da mulher como regeneradora da sociedade. A filosofia positivista reafirmou a importante missão feminina de mãe e esposa, defendendo sua superioridade moral em relação ao homem. É a proximidade existente entre as propostas do positivismo - como corrente filosófica e política produtora de discursos sobre a mulher - e as propostas de Francisca Diniz, em relação à educação e à condição da mulher na sociedade, que constitui a seguinte matéria de análise.

A influência de Comte no Brasil data, principalmente, das décadas de 1840, na Bahia, e de 1850, na Escola Militar do Rio de Janeiro. Nesses primeiros anos, sua influência limitou-se, principalmente, a médicos e engenheiros, restringindo-se ao aspecto científico da filosofia positivista. É mais especificamente a partir de 1873, que o Brasil começa a adotar os preceitos sociais e políticos do positivismo¹⁶⁴. Em 1878, é fundada a Sociedade Positivista do Rio de Janeiro, que, em 1881, transformou-se na Igreja Positivista do Brasil¹⁶⁵.

¹⁶³ Frase que constava no cabeçalho da primeira página de todos os exemplares de *O Sexo Feminino* publicados entre 22 de setembro de 1875 e 02 de abril de 1876.

¹⁶⁴ É claro que, como já foi dito anteriormente, a ciência, durante o século XIX, esteve extremamente vinculada ao campo social. Em 1865, Pereira Barreto apresenta, à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, uma tese, norteadas pelo pensamento comteano, intitulada *Teoria das Gastralgias e das Nevroses em Geral*, onde apresenta uma teoria sobre a origem social das doenças e do papel social do médico. GRIPPA, Adolpho. *As idéias filosóficas no Brasil*. São Paulo: Convívio, 1978, p 119 -121.

¹⁶⁵ PAIM, Antônio. *História das idéias filosóficas no Brasil*. São Paulo: Grijalbo, 1967, p 179.

A influência do positivismo no movimento feminino brasileiro pode ser percebida desde suas origens. A pioneira na luta em defesa dos direitos das mulheres, Nísia Floresta Brasileira Augusta, iniciou, no Brasil, sua militância pelos direitos das mulheres por volta de 1832. Em 1856, mudou-se para a Europa, onde a partir de sua convivência com intelectuais franceses, conheceu Augusto Comte e adere ao positivismo. Nísia Augusta dedicou-se ao magistério, fundou e dirigiu uma escola para moças por dezessete anos, atuou por meio de publicações de artigos em defesa da educação feminina e colaborou em diversos jornais¹⁶⁶.

A identificação de Francisca Diniz com a filosofia positivista pode, também, ser atribuída à influência que esse movimento exerceu nos setores médios da sociedade brasileira. A doutrina positivista concebia os proletários e as mulheres como grupos potencialmente transformadores e elementos da regeneração social. Entretanto, a realidade brasileira divergia da realidade europeia na qual a doutrina foi elaborada. O Brasil escravista, não possuía um proletariado rural e o proletariado urbano era, ainda, bastante incipiente. As mulheres configuraram-se como um grupo acessível para a absorção e difusão do positivismo no Brasil. Porém, com exceção das mulheres já engajadas na luta pela emancipação feminina, o restante sofria com uma pesada tradição católica e patriarcal. O ideário positivista encontrou, então, seus adeptos nas camadas médias, formadas principalmente por profissionais liberais de formação científica, cujo potencial transformador devia-se

¹⁶⁶ Sobre a vida e a obra de Nísia Floresta Brasileira Augusta ver: HANER, June, 1981, p 332 – 339.

ao fato de encontrarem-se alijados do poder político e de já se constituírem como focos de contestação intelectual e política¹⁶⁷.

Além de pertencerem à classe média, os adeptos do positivismo no Brasil exerciam ocupações urbanas, incluindo a presença de um bom número de professores. No geral, os positivistas brasileiros representavam o setor técnico-científico da sociedade. Apesar de não ser possível determinar um engajamento por parte de Francisca Diniz ao movimento, seu perfil correspondia ao dos seus integrantes. Boa parte da filosofia positivista era direcionada às mulheres e, principalmente, é possível notar uma similaridade entre o pensamento positivista e os discursos de Francisca Diniz, em especial, as suas propostas de redefinição do papel da mulher na esfera doméstica. O positivismo dominou, como método e como doutrina, o pensamento típico do século XIX¹⁶⁸, de acordo com as próprias palavras da escritora suas idéias eram fruto do pensamento vigente desse século:

Este artigo tem por objeto examinar a condição atual da mulher segundo as leis e segundo os costumes. A questão da emancipação da mulher e seu destino na sociedade não toca somente a mulher, ela se liga conjuntamente e geralmente às idéias do século XIX¹⁶⁹.

Além disso, a escritora nutria explícita admiração por Benjamin Constant que considerava um *escritor sério e respeitável que abre no fulgor do porvir uma luta brilhante de idéias contra as trevas do passado*¹⁷⁰.

¹⁶⁷ CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1990, p 129 – 140.

¹⁶⁸ RIBEIRO JÚNIOR, João. *O que é positivismo*. São Paulo: Brasiliense, 1985, p 14.

¹⁶⁹ O Sexo Feminino, 18 de agosto de 1889.

¹⁷⁰ O Quinze de Novembro do Sexo Feminino, 15 de março de 1890.

Francisca Diniz, também, utilizou de termos muito próprios do vocabulário positivista, tais como: a *regeneração social, emancipação da mulher, progresso moral e intelectual, a civilização da humanidade*.

Auguste Comte criou uma elaborada teoria referente à mulher e seu papel na evolução da sociedade. Não diferindo da visão tradicional, reafirmou a posição de inferioridade da mulher em relação ao homem¹⁷¹. Francisca Diniz, como sugerido nas citações abaixo, não partilhava dessa mesma idéia que seu mentor intelectual:

Não; a mulher não é um homem imperfeito, como em suma é o que se pretende fazer acreditar¹⁷².

A mulher sente, pensa, conhece o bem e o mal, tanto como o homem, logo, a alma da mulher é uma e idêntica à do homem¹⁷³.

Para Comte, a mulher representaria o lado afetivo e altruístico da natureza humana e o homem o lado ativo e egoísta¹⁷⁴. Segundo o positivismo, a humanidade só pode viver em sociedade e esta só progride pelo sacrifício e pela dedicação, de modo que a lei da existência da humanidade é uma lei que se resume à fórmula “Viver para outrem”¹⁷⁵, ou como queria Francisca Diniz: Amor de Deus – Amor da família – Amor do próximo – Amor da humanidade¹⁷⁶.

¹⁷¹ CARVALHO, José Murilo de, 1990, p 129 – 140.

¹⁷² O Sexo Feminino, 05 de setembro de 1875.

¹⁷³ O Sexo Feminino, 30 de junho de 1889.

¹⁷⁴ CARVALHO, José Murilo de, 1990, p 129 – 140.

¹⁷⁵ RIBEIRO JÚNIOR, João, 1985, p 39.

¹⁷⁶ Primavera, 17 de outubro de 1880.

Ao afirmar que, *A sociedade moderna não educa a mulher exclusivamente para a glória e ornamento dos salões, educa-a para ser útil a si e à humanidade*¹⁷⁷, Francisca Diniz estava afirmando que a mulher exercia uma função social e que esta era a sua contribuição para a humanidade. A mulher também deveria viver para outrem, no caso, mais especificamente, o marido e os filhos.

A mulher idealizada por Francisca Diniz deveria ser virtuosa, instruída e modesta. Esses predicados a qualificariam como melhor esposa. Sua vida não deveria se limitar ao ócio e aos entretenimentos fúteis.

Uma mulher que só quer agradar a seu esposo encontra seu adorno em sua virtude, e não em seu toucador: (...) O atrativo de sua virtude e de sua modéstia lhe dá mais encantos do que o ouro e as esmeraldas, o seu carmim é o rubor amável de pudor.¹⁷⁸

A imprensa feminina, em geral, reforçava a importância dos deveres domésticos, especialmente a dedicação que a esposa deveria ter para com marido e filhos. O exercício dessa dedicação elevaria a mulher a patamares acima dos prazeres mundanos:

(...) para ela não existem amantes que não sejam seus filhos, nem delícias que não as do lar doméstico. (...) A mulher anjo dedica-se exclusivamente aos deveres domésticos; só se enfeita para o esposo, para conservar acesa em seu coração a chama do amor, e consagra-se a seus filhos com sublime abnegação.¹⁷⁹.

¹⁷⁷ O Sexo Feminino, 02 de junho de 1889.

¹⁷⁸ O Sexo Feminino, 04 de abril de 1874.

¹⁷⁹ O Sexo Feminino, 30 de agosto de 1874.

Apesar de reiterar a inferioridade feminina, Comte inovou ao conceber superioridade social e moral da mulher. Essa superioridade moral atendia ao propósito do filósofo de promover, através do desenvolvimento de um sistema político e religioso, a regeneração da humanidade e a reforma da sociedade¹⁸⁰. (...) *neste século, a mulher acompanha passo a passo, o progresso intelectual do homem, tendo mesmo provado muitas vezes superioridade no mundo moral e sensível*¹⁸¹. De acordo com João Ribeiro Júnior:

(...) o que realmente caracteriza a política de Auguste Comte é a sua preocupação de se orientar pela moral, que nasce da fraternidade universal. Assim, em última instância, o que se decide se uma resolução e/ou decisão deve ser tomada para o bem público é saber se ela está de acordo com essa moral. A moral comtiana se funda no império do instinto, que nos inclina para os outros, e que se chama altruísmo (termo criado por Comte)¹⁸².

A moralidade consiste na preponderância dos instintos altruístas sobre os egoístas¹⁸³. Para os filósofos positivistas, a influência feminina chegaria ao ponto de se constituir como uma garantia contra as inúmeras perturbações sociais¹⁸⁴. No decorrer das edições de *O Sexo Feminino*, Francisca Diniz reafirmou a superioridade moral da mulher, que ela considerava *a síntese de todas as perfeições*.

A mulher é ente a parte, tem a sua esfera, a sua órbita, a sua atividade particular e exclusiva sua; e é ela que modificando o

¹⁸⁰ RIBEIRO JÚNIOR, João, 1985, p 9.

¹⁸¹ O Sexo Feminino, 02 de junho de 1889.

¹⁸² RIBEIRO JÚNIOR, 1985, p 28.

¹⁸³ Idem, p 28.

¹⁸⁴ NUNES, Reginaldo. *À margem da política positiva*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940, p 107.

caráter do homem, forma do gênero humano um composto inteiramente diverso, do que resultaria, se os seus elementos integrantes fossem somente homens.

Há portanto, irresponsavelmente, uma reforma muito íntima que deve provir à sociedade, de uma mais própria e adequada educação da mulher, a qual rivalizando com o homem em muitos predicados tem alguns em que nunca pode e nem poderá ser por eles alcançada¹⁸⁵.

Superioridade essa que, para a autora, não era intrínseca à condição feminina como ressaltava a filosofia positivista, mas originada principalmente em razão de seu papel junto à família, principalmente como mãe. Na sociedade idealizada pelo positivismo, a mulher seria a responsável pela reprodução da espécie, entretanto, esse conceito de reprodução não se limitava a um papel exclusivamente biológico, a mulher reproduziria todo um conceito vigente de família, e na qualidade de mãe, ela seria a responsável pela formação moral do futuro cidadão¹⁸⁶: *A sua missão na terra não se limita, como muita gente pensa, a procriar filhos, mas bons filhos, (...)* ¹⁸⁷. Entretanto, no pensamento de Auguste Comte, a atribuição mais importante da mulher seria como esposa, antes mesmo, da maternidade:

Apesar da importância moral da maternidade, um fato decisivo mostra que o instinto público vê, antes de tudo, na mulher a sua vocação de esposa. Além de serem comuns os casamentos estéreis, uma esposa indigna jamais pode ser uma boa mãe. Assim, sobre

¹⁸⁵ O Sexo Feminino, 05 de setembro de 1875.

¹⁸⁶ CARVALHO, José Murilo de, 1990, p 130.

¹⁸⁷ O Sexo Feminino 08 de agosto de 1875.

todos os aspectos, é como simples companheira do homem, que o positivismo deve, antes de tudo ver a mulher (...) ¹⁸⁸.

Para Francisca Diniz, a maternidade é a missão mais importante a ser desempenhada pelas mulheres: *É claro que à mãe está assinalada a missão de fazer-los perfectíveis; seu papel é um dos mais importantes e de primeira ordem na escala social da perfectibilidade humana* ¹⁸⁹.

Conjuntamente com a importância da moral e do altruísmo da mulher, a família também exerceria importante papel, ela seria justamente o cerne desse ideal de sociedade e parte primordial do aperfeiçoamento da humanidade, a unidade básica por excelência. A família aparece na sociologia de Auguste Comte, como a verdadeira célula social, reguladora dos pensamentos pueris e juvenis e, portanto, a fonte positiva de toda moralidade e de toda sociabilidade. *O Sexo Feminino* defende a importância da família para a construção de uma sociedade moderna e para a construção de uma nação que atendessem aos moldes de civilização.

Hoje no século XIX está mais que demonstrada a maravilhosa importância que a mulher tem na regeneração da humanidade. É no lar da família, é a sociedade em miniatura, é que pode e deve ser aproveitada a luz divina que a mulher recebeu de Deus, e nem é mais permitido negar-se a sua superioridade na educação e instrução da mocidade ¹⁹⁰.

¹⁸⁸ NUNES, Reginaldo, 1940, p 115.

¹⁸⁹ *O Sexo Feminino*, 08 de agosto de 1875.

¹⁹⁰ *O Sexo Feminino*, 02 de junho de 1889.

Não há ato nenhum mais grave, nem mais digno de reflexões em todo o conjunto da vida social do que o da vida da família, a qual é a base da ordem social e tem por pedra angular a mãe de família¹⁹¹.

É importante tentar compreender por que uma representante da luta pelos direitos das mulheres tenha escrito tanto sobre a valorização da família e do papel da mulher na esfera doméstica, processo que resultou num afastamento dessas mulheres da esfera pública, do mercado de trabalho e da participação política. A condição a que estava submetida a mulher brasileira, durante o século XIX, era, como foi descrito no capítulo I, de repressão e submissão, crítica presente em *O Sexo Feminino*:

A mulher, pertencente ao sexo frágil, como é denominado pela onipotência do homem, é um móvel, um brinquedo que o capricho de qualquer estóico coloca no canto da casa ou atira barbaramente à última escala social. Vedada da instrução, que a perspicácia masculina tem julgado incompatível com o sexo, inconsciente de seus direitos ela, qual cordeiro humilde, deixa subjugar-se e esmagar-se pela manopla de ferro de qualquer bárbaro. (...) Que papel representa a mulher na sociedade? Quando filha, quando mãe, quando esposa ou viúva, sempre, sempre, manietada, oprimida e dominada desde o primeiro até o último homem. A mulher dotada com as mesmas faculdades do homem, com a inteligência e a razão abertas a receber o cultivo das letras, das artes e das ciências, para ser útil á pátria e desempenhar a sua missão na sociedade, a maior e mais santa missão da humanidade, que toda depende da mãe de família, deve chamar a si os foros que não pode negar-lhe uma sociedade culta. Instrução para o sexo feminino minhas caras patrícias¹⁹²!

¹⁹¹ *O Sexo Feminino*, 02 de abril de 1873.

¹⁹² *O Sexo Feminino*, 14 de setembro de 1873.

Nesse sentido, pode-se pensar que, para a mulher brasileira, a valorização de sua atividade na esfera privada, na esfera doméstica, representasse um ganho em seu status social, segundo June Hahner:

Conquanto mais tarde algumas mulheres achassem desconfortável a posição num pedestal, isto evidentemente teria sido um progresso notável para muitas mulheres da elite brasileira de meados do século XIX. Se pudessem subir ao pedestal, poderiam elevar sua posição e não mais seriam tratadas com brutalidade ou como uma posse, assim como não mais seriam ignoradas ou relegadas à cozinha¹⁹³.

Segundo Maria Beatriz Nizza da Silva, o casamento no início do século XIX era regido pelos seguintes termos:

(...) a mulher devia obediência ao marido; os filhos deviam obediência ao pai de preferência à mãe; o marido e pai não podia eximir-se de pagar o sustento da família, fossem quais fossem as suas razões para querer se separar dela. A conduta da mulher obedecia a um controle muito rígido: bastavam umas saídas a passeio para que fosse dada como “perdida”, ao passo que a conduta do marido era sempre encarada com benevolência, fosse ele briguento, bêbado ou amancebado”. O recolhimento era a pena com que os poderes públicos puniam a má conduta das mulheres¹⁹⁴.

¹⁹³ HANER, June, 1981, p 38.

¹⁹⁴ SILVA, Maria Beatriz Nizza da Silva. *Cultura e Sociedade no Rio de Janeiro (1808 – 1821)*. São Paulo, Ed. Nacional; Brasília, INL, 1977, p 99.

Se essa era a realidade do casamento no Brasil do século XIX não é de admirar, portanto, que, na segunda metade do século, a imprensa feminina tenha dado tanto destaque à sua reformulação, em especial à normatização da conduta dos cônjuges. Seria, também, de suma importância para a implantação dos ideais positivistas no Brasil, para a implantação dos ideais burgueses e para o surgimento de uma família que atendessem a proposta de formação dos novos cidadãos, que o casamento se *civilizasse*, ou seja, o casamento no Brasil precisava ser reavaliado e modernizado. O casamento seria parte fundamental da regeneração social:

O casamento é a base fundamental da sociedade. (...). A criatura tem necessidade de amar, e o amor conjugal é um dos mais santos. (...). É um afeto puro, um sentimento profundo, que tem por companheiro a amizade, o desinteresse e a estima. É ele, digamos, necessário à vida física e moral¹⁹⁵.

Para a filosofia positivista, o princípio que institui a família é o princípio fundamental do casamento que, deve ser sempre monogâmico, indissolúvel, eterno e consiste na subordinação natural da mulher em relação ao homem¹⁹⁶. *O Sexo Feminino* propunha novos modelos de casamento, em contraposição aos modelos vigentes desde o período colonial. Ao contrário da subordinação da esposa ao marido, Francisca Diniz dava importância à igualdade entre os sexos no matrimônio e à contribuição da esposa nas decisões do casal, principalmente, o direito das mulheres de opinar sobre a renda familiar. Em diversas passagens de *O Sexo*

¹⁹⁵ *O Sexo Feminino*, 29 de setembro de 1875.

¹⁹⁶ CARVALHO, Marina Machado de. *A imagem e a educação da mulher no positivismo*. Dissertação de Mestrado, USP, São Paulo, 1991, p 39. Ver, também: NUNES, Reginaldo, 1940, p 117.

Feminino, é possível perceber a preocupação da escritora com a situação de miséria em que muitas mulheres se encontravam em razão de desmandos dos maridos, do abandono, causados, principalmente, pela ignorância das esposas sobre o dinheiro da família. Em relação ao uso do dote, Francisca Diniz era uma severa crítica dessa tradição: *Leva-lhe um rico dote: a sua virtude e o seu amor*¹⁹⁷. Tradição que ela considerava ultrapassada, causa de uniões por motivos materiais e símbolo da desvalorização do intelecto da mulher.

Em acordo com a doutrina positivista, Francisca Diniz defendia a indissolubilidade do matrimônio, que: *Sendo o casamento obra do Eterno, quererá o homem destruí-la? Não, jamais terão esse poder. Nós, o sexo feminino, o cremos*¹⁹⁸. Ao contrário de Francisca Diniz, outra defensora da emancipação feminina no Brasil, a escritora Josefina Álvares de Azevedo, editora do jornal *A Família*, de 1889, diferenciou-se do resto do movimento feminista no país ao publicar diversos artigos em defesa do divórcio. Josefina Álvares de Azevedo abandonou a sua proposta inicial de uma educação dedicada à mãe de família, para criticar a visão positivista do papel da mulher na sociedade, crítica endereçada especialmente à pessoa de Benjamin Constant¹⁹⁹.

Francisca Diniz, ao escrever sobre o casamento, buscava não apenas reformular a esfera doméstica. Em seu discurso, estava presente a crítica à falta de direitos das mulheres ao contrair matrimônio. Essa crítica chegava mesmo a ser direcionada ao poder público, que ela considerava omissa em relação aos abusos

¹⁹⁷ O Sexo Feminino, 04 de abril de 1874.

¹⁹⁸ O Sexo Feminino, 29 de setembro de 1875.

¹⁹⁹ DUARTE, Constância Lima. *Josefina Álvares de Azevedo: uma escritora militante*. In: *Mulher: cinco séculos de desenvolvimento na América: capítulo Brasil*, 1999, p 304 – 346.

cometidos pelos maridos, conforme pode ser compreendido pelo seu artigo intitulado *O Casamento*:

O casamento não deve nem pode deixar de ser um verdadeiro e sólido elemento de ordem, uma condição de vida não só para o indivíduo, mas também para a família e para a sociedade. O casamento sendo um contrato civilmente falando é pois sujeito à igualdade de direitos tanto civis quanto penais, a lei deve lançar suas vistas para ele com mais atenção do que o que até hoje tem feito. Sabemos que a lei não é um código de moral, e que o contrato denominado casamento, por sua natureza especial e santa, não deve estar, como qualquer outro contrato, sujeito a dissolubilidade; todavia, não deve essa mesma lei a quem está incumbida a santa manutenção da ordem e do direito de igualdade tornar-se estátua inanimada ante os desconcertos que podem arruinar e que arruínam sempre as famílias e as nações. As disposições da lei penal são sobretudo repugnantes quando o escândalo da publicidade se torna verdadeiro cadafalso dos bons costumes, cadafalso que se levanta cínico em face daqueles a quem incumbe a manutenção da ordem e prosperidade pública. A mulher, por seu recato, pudor caridade, etc..., nunca ou quase nunca acusa o marido, nem em circunstância alguma por mais desgraçada que seja, deve fazê-lo; mas a lei ao ministério público deveria incumbir de fazê-lo em seu lugar. O ministério público deve promover a repressão de semelhantes crimes cometidos pelo marido no lar da família e não deixá-los impunes²⁰⁰.

No casamento em harmonia com os ideais positivistas, a mulher seria a responsável pela reprodução da espécie enquanto o homem exerceria a atividade industrial e a transformação do ambiente. Ou seja, a mulher, enquanto ser moralmente superior, no que diz respeito à finalidade da existência humana,

²⁰⁰ O Sexo Feminino, 16 de junho de 1889.

deveria manter-se afastada do universo material. O homem deveria sustentar a mulher, afim de que ela possa desempenhar convenientemente seu destino social, em harmonia com a existência essencialmente doméstica do seu sexo²⁰¹. Como já dito anteriormente, Francisca Diniz defendia a independência financeira da mulher como forma dela tornar-se independente da autoridade masculina. Nas propostas normatizadoras presentes em *O Sexo Feminino*, estava colocada, ainda que de forma amena, a possibilidade da mulher sustentar a família: *Ela trará com o fruto do trabalho inteligente, porém leve, a riqueza material para a família, de quem é soberana, ou deve sê-la*²⁰². A restrição aos ofícios tipicamente masculinos permanece e Francisca Diniz chegou, mesmo, a listar quais seriam os trabalhos mais condizentes com a natureza feminina:

A mulher pode sem constrangimento e à vontade ocupar os ofícios que são próprios dos homens? De nenhum modo. Logo o que é necessário para ela ganhar o pão e tudo que é mister da vida? Respondemos: Instrução. Só com os meios inteligentes poderá ela viver comodamente. A mulher instruída, convenientemente, pode à vontade e com toda dignidade e propriedade de seu sexo ocupar o emprego de médico, de químico, naturalista, físico, farmacêutico, pintor telegrafista, taquigrafista, botânica, agente de correios, negociante de rendas, sedas fitas e muitos outros próprios do lar doméstico²⁰³.

²⁰¹ COMTE, Auguste. *Système de politique positive*, p 1/248 - 211 e COMTE, Auguste. *Catéchisme positive*, p 28. apud NUNES, Reginaldo, 1940, p 116.

²⁰² *O Sexo Feminino*, 29 de setembro de 1875. É importante ressaltar que Francisca Diniz, por motivo de sua viuvez, tornou-se a provedora de sua família. Pode-se imaginar, também, que, com os poucos proventos de professor, ela sempre tivesse ajudado seu marido no sustento da casa.

²⁰³ *O Sexo Feminino*, 29 de setembro de 1875.

Ao longo dos anos em que foi publicado, *O Sexo Feminino* trouxe inúmeros artigos referentes a esse novo papel da mulher, ao casamento e à família. Entretanto, pode-se perceber que o objetivo não se restringia apenas a redefinir o papel da mulher na sociedade de modo que ela pudesse exercer de maneira mais exemplar seus deveres domésticos para com a família. Essa redefinição de papéis deveria representar ganho de direitos para essas mulheres. Um dos exemplos é esse editorial intitulado *A Mulher: É-lhe precisa [às mães] uma instrução sólida e precisa. É preciso que conheça seus direitos e seus deveres para melhor saber a nobre missão que tem a desempenhar no seio da família e da sociedade*²⁰⁴.

A educação era, pois, o direito mais importante que as mulheres estariam adquirindo com essa redefinição de papéis. Por mais que a valorização da família, maternidade e do casamento tenham arrastado e restringido as mulheres para o interior do lar e, de certa forma, mantido-as no universo doméstico, ao mesmo tempo possibilitou trazer à tona da sociedade brasileira a necessidade de oferecer educação e instrução à população feminina.

Prepare-se o futuro pela educação e instrução do sexo frágil. Formem-se as mães de família, que por seu turno vão erguer escolas e colégios, nos campos, nas vilas e nas cidades; que ensinem a mocidade de ambos os sexos os sãos princípios de uma instrução moral e religiosa, e a face da sociedade se há de mudar. Mães de família assim formadas prepararão a mocidade que futuramente possa ornar as diversas carreiras a que pode aspirar um moço ou uma moça desde a mais alta escala social até o mais modesto emprego oficial. Só há um meio de regenerar a sociedade, de mudar moralmente a face da terra, de emancipar a mulher, de salvar-lhe um futuro – é pela educação e

²⁰⁴ O Sexo Feminino, 08 de agosto de 1875.

instrução no colégio, ou no lar doméstico por pedagogos da escolha paterna, e isto enquanto não se preparam as mães de famílias²⁰⁵.

O positivismo acreditava firmemente no progresso, visando o aperfeiçoamento moral, intelectual e prático da humanidade²⁰⁶. Segundo Comte, a sociedade possuía um ritmo evolutivo, sendo que a ordem constituía a condição fundamental do progresso e, reciprocamente, o progresso vinha a ser a meta necessária da ordem. As idéias conduzem e transformam o mundo, é a evolução da inteligência humana que comanda o desenrolar da história. Francisca Diniz compartilhava do pensamento comum de que o século XIX representava um tempo de progresso e civilização, principalmente, por meio da difusão do conhecimento e da educação. Enquanto para o positivismo, a superioridade moral da mulher promovia a regeneração da humanidade, o progresso social pertencia à esfera masculina, pois, como dito acima, o progresso era tido como causa da evolução da inteligência humana. A mulher na qualidade de ente regenerador, cuja esfera de atuação é a família deveria manter-se na vida privada e afastada da vida pública.

Para isso é condição necessária que a vida pública, cheia de atritos e asperezas, incompatíveis com a delicadeza dos sentimentos femininos, pertença ao homem e que a existência da mulher se circunscreva à vida doméstica e ao lar. Na salutar exclusão política da mulher, via o filósofo o melhor ponto de apoio com que o positivismo podia contar para fazer vingar os seus princípios. Assim é que, em todas as sociedades humanas a vida pública pertence ao

²⁰⁵ O Sexo Feminino, 14 de setembro de 1873.

²⁰⁶ RIBEIRO JÚNIOR, João, 1985, p 31.

homem, enquanto que a existência da mulher é essencialmente doméstica²⁰⁷.

Apesar de Francisca Diniz ressaltar em tantos artigos a importância da mãe de família, fica claro que, para a escritora, a mulher deveria contribuir para a evolução da sociedade muito além da regeneração social. É o que se pode ver no artigo abaixo, intitulado *A Racional Emancipação da Mulher*, no qual Francisca Diniz defende a igualdade e a emancipação feminina, inserindo-as no contexto de liberdade e civilização das nações.

O Sexo Feminino surgindo novamente na imensidão do oceano das idéias apregoadas pela liberdade, não faz mais do que concorrer com seu pequeno, porém franco apoio, para fazer vingar as idéias que a maioria das nações civilizadas afagam, fazendo refulgir a racional emancipação da mulher, como a satisfação única do grande princípio de igualdade pregado pelo Martyr do Golgotha. (...). repitamos: todas as nações sacodem esses restos de grilhões que antes se opunham ao seu aperfeiçoamento moral e intelectual, e erguendo-se ao seu verdadeiro nível, atingem de dia em dia seu fito principal – **A civilização da humanidade**²⁰⁸.

Para Francisca Diniz, a meta e o conceito de progresso seriam o de uma nação que valorizasse a instrução e a educação, e que essas abrangessem todos os cidadãos independentes de sexo, raça ou cor. E como para a autora a instrução feminina era a que se encontrava em maior abandono, o progresso de um país somente ocorreria a partir da educação das mulheres.

²⁰⁷ COMTE, Auguste. *Système de politique positive*. p 1/211. apud NUNES, Reginaldo, 1940, p 96 - 97.

²⁰⁸ O Sexo Feminino, 02 de junho de 1889. Grifo da autora.

O que é emancipar uma nação? É quebrar as cadeias que a manietam, que tolhem o seu progresso moral e material. É tirar-lhe a tutela e faze-la reger-se com leis apropriadas às suas necessidades. É, enfim, destruir a semi-escravidão que a avilta e priva-a da senda da civilização. Bem, assim do mesmo modo, quando a mulher for educada e se achar livre dos prejuízos em que a ignorância a imbuiu, quando heroína na família tornar-se rainha e não escrava, a sociedade caminhará rapidamente na senda do dever²⁰⁹.

3.2 – A Educação do Sexo Feminino

(...) o século presente é o século das luzes e o da batalha da civilização²¹⁰.

A reivindicação principal de todos os órgãos da imprensa feminina do século XIX (vinculados à causa da emancipação da mulher) era o acesso das mulheres à educação, vista como necessária para a formação da esposa e preparação da mãe de família, apta a desempenhar seu papel de guardiã da moral, da religião e do futuro da nação, através de seus filhos. O objetivo principal do periódico *O Sexo Feminino* seria promover a educação das mulheres e, conseqüentemente, sua participação no universo letrado. Apesar de *O Sexo Feminino* não ter feito parte de uma imprensa educacional, ou seja, não ser um periódico destinado exclusivamente aos professores e professoras, a grande maioria de seu conteúdo versava sobre a importância da educação. Além de escrever sobre a questão da educação no Brasil, Francisca Diniz foi professora de escola normal em Campanha e, no Rio de Janeiro,

²⁰⁹ *O Sexo Feminino*, 29 de setembro de 1875.

²¹⁰ *O Sexo Feminino*, 02 de junho de 1889.

foi diretora e proprietária do Colégio Maternal Nossa Senhora da Penha e do Colégio Santa Izabel. A proposta aqui é justamente a de investigar como Francisca Diniz - uma mulher diretamente ligada à prática educacional - acompanhou as discussões sobre a educação que agitaram o século XIX.

Para Francisca Diniz, o grau de progresso e civilização de uma nação deveria ser medido através da existência, ou não, de uma população culta e instruída. O semanário *O Sexo Feminino* denominava o século XIX como o século das Luzes e entendia a educação como um processo de regeneração social, fundamental para aferição do índice de civilidade e para a construção de uma sociedade mais justa. Para o pensamento positivista, os problemas sociais não provinham da forma de governo ou do tipo de sistema político-econômico; eles tinham origem na ausência de uma moral social. A renovação social e a regeneração da humanidade só seriam possíveis, a partir de um sistema de ensino eminentemente moral e científico, que formasse e informasse a opinião pública. Assim, para a promoção e existência da sociedade positivista, era preciso que a educação constituísse a principal atribuição da sociedade²¹¹. Segundo Francisca Diniz: *o século XIX parece ter cerrado fileira, chamando a postos todos os sábios do mundo para a um só plano estratégico, de todos conhecido, debelarem a hidra da ignorância*²¹². É claro que para a escritora, a regeneração social somente seria, efetivamente, um projeto, se associada à ilustração da mulher ou, o que ela denominava a *racional emancipação da mulher*.

²¹¹ CARVALHO, Marina Machado de, 1991, p 85 – 86.

²¹² O Sexo Feminino, 14 de janeiro de 1874.

Quando à sua individualidade for reconstituída perante os homens, e, especialmente, perante a sua própria consciência; quando lhe outorgar o direito de ilustrar-se, e de viver racionalmente, esta mulher brasileira tão ignorante e tão opulenta de inteligência; tão supersticiosa e tão amante da caridade; tão vilipendiada e tão cheia de dignidade e abnegação, saberá cumprir gloriosamente a augusta missão de que está encarregada: a de conduzir este escravizado país às raias de perfeição suprema²¹³.

O vínculo entre a educação e a civilização predominou em todos os países em que o capitalismo avançava, definindo uma nova ordem social sensível ao potencial da instrução na construção da hegemonia burguesa²¹⁴. O ideário civilizatório atribuído à educação irradiava-se da Europa para o Brasil. Nesse sentido, houve, em nosso país, uma intensa discussão a respeito da necessidade de escolarização da população no seu todo. A necessidade e a pertinência ou não da instrução dos negros (livres, libertos ou escravos), índios e mulheres tornaram-se assuntos amplamente debatidos pela sociedade²¹⁵. O teatro, o jornal, o livro, a escola, todos os meios deveriam ser usados para instruir e educar o que era definido como “as camadas inferiores”, aproximando-as das elites cultas dirigentes²¹⁶. Essa mudança de mentalidade era expressa pelo *O Sexo Feminino*:

Graças às luzes deste século – aos passos gigantescos do progresso – à ilustração difundida pela imprensa, mesmo assim tão

²¹³ *O Sexo Feminino*, 06 de dezembro de 1873.

²¹⁴ VILLELA, Heloísa de O. S. O mestre escola e a professora. In: *500 Anos de educação no Brasil*, p 97.

²¹⁵ FARIA FILHO, Luciano Mendes. Instrução elementar no século XIX mestre escola e a professora. In: *500 Anos de educação no Brasil*, p 135. Concepção semelhante é encontrada no positivismo, para Auguste Comte, a educação deveria ser universal a todas as camadas sociais, inclusive a dos escravos. Ver: CARVALHO, Marina Machado de, 1991, p 86.

²¹⁶ FARIA FILHO, Luciano Mendes, 2000, p 140.

desprotegida neste vasto império , já não se depara com um pai de família que ouse impunemente dizer – não é preciso, não quero que minha filha aprenda a ler²¹⁷.

No caso específico da questão feminina, havia um consenso de que não era mais possível admitir que metade da população estivesse numa situação absurda de inferioridade, ou seja, um consenso em torno da idéia de que uma sociedade não evolui se não cuidar também da educação das mulheres²¹⁸. Francisca Diniz defendia a tese da estreita relação entre o cuidado com a educação feminina e o desenvolvimento de uma nação. A importância atribuída à educação das meninas pode ser avaliada pelo seguinte trecho extraído de *O Sexo Feminino*:

Como todos sabem, a educação das meninas é uma das mais urgentes de nossas necessidades. A máxima de Loch é “Quanto mais cedo tratares a criança como homem tanto mais ela o será...” É pois da boa direção da educação das meninas que depende o futuro feliz delas. Com os meios é que se conseguem os fins. Devemos desde a infância acostumar nossas meninas a considerarem-se mulheres, isto é, a contar cada uma consigo, a fazer tudo por si, e tudo esperar de suas forças e de seus esforços. Deste modo virá atividade, a paciência sofredora e resignada nos trabalhos, a economia do supérfluo, a altivez, a independência, e, finalmente, a personalidade moral. É na liberdade, considerada as moças nos Estados Unidos e em outras nações, que achamos as causas desses rasgos de heroísmos que a história nos apresenta.

²¹⁷ *O Sexo Feminino*, 27 de setembro de 1873.

²¹⁸ DUARTE. Constância Lima, 2000, p 293.

Educar as meninas de modo a bem desempenhar no futuro a missão de esposa e de mãe de família, é escrever de adte-mão nas páginas da história seus nomes em letras de ouro; (...). As meninas acostumadas desde a infância a uma tutela de todos os dias, de todas as horas, quando mães de família, vendo-se com o cargo da família e dos negócios da casa, nada resolvem por si com facilidade e presteza. Sem o mot, de ordem do marido atrapalham-se, vacilam, e muitas vezes decidem fazendo uma asneira. Mães de família que uma tal educação recebem, isto é, sem atividade, sem iniciativa própria, sem liberdade nada poderão fazer em bem de seu estado, de sua casa e sobretudo da educação de suas filhas²¹⁹.

A educação, como se pode depreender da leitura desse artigo, é concebida como um meio para ser atingido um determinado fim. Ela atende, aqui, a um fim social. Mais especificamente no caso da educação das mulheres, a importância de sua educação estaria na possibilidade real da construção da família burguesa brasileira. Ao contribuir para a construção da perfeita imagem da mãe de família, a educação estaria fazendo com que a mulher correspondesse à sua nobre função social. Mas, paradoxalmente, a educação também era proposta como meio de independência, liberdade, iniciativa e posicionamento para as mulheres.

As primeiras tentativas de normatização da educação formal surgiram no Brasil, no início do século XIX. Primeiramente, foram tomadas medidas em relação à instrução superior, visando oferecer um suporte ao aparelho administrativo que se

²¹⁹ O Sexo Feminino, 16 de janeiro de 1876.

implantava, mas também, surgiram as primeiras iniciativas para organizar um sistema de instrução primária²²⁰.

Como já dito no primeiro capítulo, as mulheres foram mantidas afastadas de qualquer acesso à educação e, até mesmo, à alfabetização. No século XIX, as mulheres não eram formalmente proibidas de freqüentar as escolas, entretanto, as escolas de meninas destinavam-se mais ao ensino das prendas domésticas, às orações e aos rudimentos de leitura. Desde seu início, a educação feminina foi concebida a partir de uma visão romântica: precisava ser uma educação calcada na religião e na moral, necessária apenas para estimular a dignidade e preparar a futura mulher para assumir as funções de mãe e esposa junto à família.

Na doutrina positivista, as mulheres deveriam ser educadas apenas no que tange ao ensino fundamental, já que o sexo feminino não possuía maturidade e capacidade intelectual para aprendizagens técnicas ou científicas²²¹. No ensino brasileiro, a diferenciação ocorria em relação ao currículo. As meninas deveriam aprender a ler, escrever e fazer as quatro operações. A parte relativa a decimais e proporções, bem como, o estudo da geometria, que fazia parte do currículo dos meninos, era interdita às meninas. No entanto, elas aprenderiam a coser, a bordar e as demais matérias próprias da educação doméstica.

Durante todo o século XIX, veremos firmada essa diferenciação nos currículos tanto das escolas primárias femininas, quanto nas seções femininas das escolas normais²²². Nesse sentido, as moças ficavam restritas ao ensino primário e ao desenvolvimento de habilidades manuais, não projetando uma expectativa de

²²⁰ VILLELA, Heloísa de O. S., 2000, p 97 – 99.

²²¹ CARVALHO, Marina Machado de, 1991, p 121.

²²² VILLELA, Heloísa de O. S., 2000, p 109.

continuação de ensino para o secundário e o superior; ou seja, para as mulheres o aprendizado deveria restringir-se às primeiras letras. Tal projeto ficava bem distante, portanto, de um projeto de formação intelectualizada, reservada ao segmento masculino da população²²³.

Na direção do Colégio Maternal Nossa Senhora da Penha, Francisca Diniz preparava os alunos do sexo masculino para entrada no Colégio Pedro II, sendo que havia *uma sala separada para os estudos dos meninos*.

Entretanto, no Colégio Santa Izabel, que também foi de propriedade de Francisca Diniz, havia a ênfase na educação feminina. Nesse colégio, ministrava-se o primário e o secundário para moças. As matérias do primário eram: leitura e escrita (caligrafia); gramática portuguesa; aritmética, até frações decimais; noções de geometria plana; sistema métrico legal; noções de geografia; elementos de história pátria e música vocal. No currículo do Colégio Santa Izabel foram acrescentadas matérias para as meninas, que, usualmente, eram restritas aos meninos. Havia, ainda, evidentemente, as matérias destinadas ao aperfeiçoamento moral: instrução moral e religiosa, princípios de moral e civilidade e história sagrada. Apesar de no programa constar avanços no conteúdo oferecidos às meninas, não ficaram de fora as famosas prendas domésticas, tão importantes na preparação da mãe de família: economia doméstica; corte e feitio de roupa branca; bordado branco; crochê e ponto de marca.

²²³ DUARTE. Constância Lima, 2000, p 293. E FARIA FILHO, Luciano Mendes, 2000, p 136.

No ensino secundário, que no Colégio Santa Isabel era oferecido somente às moças, constavam as seguintes matérias: instrução moral e religiosa desenvolvida; história antiga, média, moderna e contemporânea; leitura de clássicos em prosa e verso; redação e estilo epistolar; pedagogia com desenvolvimento da tríplice educação; gramática portuguesa a fundo, aritmética completa e o sistema métrico; geografia geral. A parte referente a trabalhos domésticos manteve-se, com acréscimos, claro. Havia a introdução do estudo de línguas estrangeiras: francês, inglês, alemão e italiano. A parte de ciências – álgebra, geometria e cálculo; moral geral e noções de filosofia; higiene e medicina prática; história natural e fisiologia – havia a observação de que seriam dadas apenas noções. Constavam, ainda, as chamadas “belas artes”: piano, canto, dança, desenho e pintura²²⁴. A partir da descrição desse programa de ensino, pode-se afirmar que o Colégio Santa Isabel mantinha a proposta de moralização através do ensino e formação da mãe de família.

Está se falando, aqui, é claro, de uma educação refinada, dentro dos parâmetros da época, para moças de elite que se tornariam mães de família. Ainda assim, o Colégio Santa Isabel inovava, proporcionando às mulheres continuação de seus estudos e o acesso a conteúdos considerados tipicamente masculinos. Também, pode-se afirmar que era um colégio sofisticado, com completo programa de ensino. O curso secundário, ao ensinar *pedagogia com desenvolvimento da tríplice educação*, visava introduzir as moças na profissão de professoras.

O projeto educacional de Francisca Diniz concebia a educação em três perspectivas distintas: física, intelectual e moral. Ou como ela mesma denominava,

²²⁴ Sexo Feminino, 15 de novembro de 1889.

a tríplice educação. A educação física, em consonância com as propostas higienistas da época, deveria *formar homens robustos e sadios, aptos à vida laboriosa*. A educação intelectual cujo objetivo seria o de *adquirir conhecimento* e, finalmente, a educação moral que tinha por fim *encaminhar o homem para o amor do bem*²²⁵.

Na tentativa, por parte do Estado, de implantar a instrução primária, algumas medidas foram desenvolvidas como tentativa de unificar o sistema de ensino, unificando o método, a definição de conteúdos de ensino, a autorização ou a proibição de livros e o estabelecimento de normas burocráticas a serem seguidas pelas escolas²²⁶. Durante esse processo, ocorreu um intenso debate sobre as formas de abreviar o tempo necessário para a educação das crianças, a diminuição das despesas escolares, a difusão da instrução às camadas inferiores da sociedade e, principalmente, qual método de ensino deveria ser adotado: *o método intuitivo, o método concreto, o método misto, o método simultâneo, o lancasteriano ou mútuo*²²⁷.

Francisca Diniz, ao expor, em seu jornal, a grade curricular, as despesas com a escola, o preço cobrado pelo seu colégio, demonstrava que acompanhava toda a essa discussão. Ao mesmo tempo, buscava contribuir, introduzindo, inclusive, modelos estrangeiros de estabelecimentos escolares no Brasil:

²²⁵ Para o pensamento positivista, a moral *coroava* a educação - ou era o seu fim último - e o desenvolvimento social. Definição obtida a partir da palestra *O positivismo e a instrução pública*, ministrada pelo Professor Bernardo Jefferson de Oliveira, FAE-UFMG. Interessante que Francisca Diniz não incluiu no currículo de sua escola a Educação Física, sendo que Nísia Floresta, no colégio que dirigiu de 1838 a 1855, ministrava aula prática dessa matéria. O ensino de Educação Física correspondia à noção de regeneração da sociedade associada à idéia de uma sociedade "sadia". DUARTE. Constância Lima, 2000, p 292. VILLELA, Heloísa de O. S., 2000, p 122.

²²⁶ VILLELA, Heloísa de O. S., 2000, p 98.

²²⁷ FARIA FILHO, Luciano Mendes, 2000, p 140 – 149.

Colégio maternal Nossa Senhora da Penha. Escola da infância. Externato e meio-pensionato. Direção conjunta das Exmas. Senhoras. DD. Maria Constança de Sá Benevides, mui digníssima Diretora do Colégio Estrela Condutora, e D. Francisca Senhorinha da Motta Diniz, Diretora do Colégio de Nossa Senhora da Penha. Sobre o modelo dos úteis estabelecimentos conhecidos na Inglaterra como infant schools. (...). Sempre que for possível, será aplicado o sistema de ensino, dito indutivo ao concreto, tão proveitosamente adotado na Europa e nos Estados Unidos²²⁸.

Francisca Diniz não limitava suas críticas e contribuições apenas em relação ao conteúdo e às práticas educacionais. Ela também discorria sobre a atuação do Estado em sua função de promover a reforma educacional. Durante o período imperial, as políticas públicas de desenvolvimento dos serviços de instrução esbarraram na precariedade das finanças provinciais, que variavam bastante em razão da diversidade da realidade das províncias, e na falta de continuidade que era dada a essas políticas. Durante todo o século XIX, a instalação de um sistema de ensino alternou-se entre avanços e retrocessos sem alcançar uma verdadeira efetivação²²⁹.

Francisca Diniz inseria em seu jornal críticas às políticas públicas, tais como construção de prédios escolares em um sistema desprovido de material e pessoal qualificado; correspondia-se com políticos vinculados à causa da educação; acompanhava o desenvolvimento das escolas normais, - os exames de admissão, quantas mulheres ingressaram, etc. - e noticiava o recenseamento feito sobre a freqüência de alunos nas escolas.

²²⁸ O Sexo Feminino, 29 de julho de 1875.

²²⁹ FARIA FILHO, Luciano Mendes, 2000, p 138.

O Sexo Feminino mantinha seu leitor informado sobre esses acontecimentos, como se pode ver no artigo que comenta um discurso proferido na Câmara de Deputados do Brasil, quando se discutiu a lei de obrigatoriedade do ensino primário e a centralização do ensino:

O Sr. Deputado concluiu o seu discurso fazendo um apelo enérgico em favor da instrução obrigatória. As leis provinciais a esse respeito não são executadas, nem até na província do Rio de Janeiro onde são letra. É necessário o prestígio da assembléia geral para dar força à idéia²³⁰.

Em razão das dificuldades no estabelecimento da rede pública de ensino, ocorreu, no século XIX, uma rede de escolarização doméstica. Muitas escolas funcionavam, na maioria das vezes, nas casa dos professores, os quais, muitas vezes, recebiam seu pagamento como forma de ajudar no aluguel²³¹. Esse costume pode ser exemplificado no fato de que as duas escolas que Francisca Diniz instalou, ao se estabelecer no Rio de Janeiro, eram anexas à sua residência, sendo que o Colégio Maternal Nossa Senhora da Penha tinha o mesmo endereço de sua residência: *Rua do Lavradio 45 (Sobrado)*.

No geral, a rede de escolarização doméstica caracterizava-se por funcionar em espaços cedidos pelos pais dos alunos, que contratavam o professor, arcando com as despesas da educação. Outro exemplo de escolarização doméstica, era quando diversos pais associavam-se, contratando coletivamente o professor e criando uma escola. Constituíam-se as chamadas escolas domésticas. O sistema particular de ensino chegou a atender um expressivo número de alunos superior à

²³⁰ *O Sexo Feminino*, 31 de outubro de 1875.

²³¹ FARIA FILHO, Luciano Mendes, 2000, p 144.

rede pública ²³². Francisca Diniz defendia esse modelo, propondo-o como forma de minimizar os problemas enfrentados pela educação no Brasil:

As sociedades de consumo cooperativo, que de tanto êxito gozam na Alemanha (...) são por assim dizer um modelo de sistema que seguem as pessoas de pouca fortuna para a educação de seus filhos e protegidos. (...) As pessoas sensatas que habitam o mesmo distrito associam-se com aqueles que pensam da mesma maneira, (...), e convidando indivíduos de sua confiança fundam um colégio, se é que não aproveitam para esse fim, um estabelecimento já criado, e que julgam digno de tal escolha. (...) A associação para educação é de grande vantagem²³³.

Com relação a esse modelo de associação, Francisca Diniz tentou implantar um modelo que atendesse a meninas carentes, uma escola filantrópica que ela denominou de Escola Doméstica.

Até hoje não existe nesta grandiosa cidade do Rio de Janeiro, digamos, não existem estabelecimentos onde sejam recebidas as nossas meninas pobres para neles serem educadas na tríplice educação. Nesta ocasião chamamos a sustentar com suas luzes e seu auxílio pecuniário a fundação de um estabelecimento onde possam ser admitidas crianças de nosso sexo desde os 3 anos até que atinjam a idade em que, educadas, possam ganhar, pelo seu trabalho honesto, a sua subsistência.

²³² *Idem*, p 144 – 145.

²³³ O Sexo Feminino, 08 de outubro de 1889.

Nesta grande emergência, empreendimento e dificuldade em que nos achamos, invocamos do Exm. Governo e das Exmas. Famílias toda sua proteção e auxílio, já pecuniário, já moral e intelectual, a fim de conseguirmos a fundação do Colégio Social Santa Izabel e Escola Doméstica, unida ao mesmo colégio Santa Izabel. (...) Tomamos o trabalho de organizar um programa social, denominado – Associação para Educação, que oferecemos às famílias e aguardamos a sua benévola aceitação²³⁴.

Ao que tudo indica, encontrou bastantes dificuldades, pois publicou diversos artigos em *O Sexo Feminino* solicitando contribuição dos leitores para viabilizar o empreendimento. Somente no exemplar de 15 de dezembro de 1889, Francisca Diniz vislumbrou a possibilidade de realmente inaugurar a sua Escola Doméstica, a partir da colaboração de outra senhora que iria, inclusive, ajudar na administração do colégio: *Fundada pela redatora de O Sexo Feminino e suas filhas, anexa ao estabelecimento que dirigem "Colégio Santa Izabel" – abrir-se-á em janeiro próximo futuro A Escola Doméstica*²³⁵. Não foi possível determinar se, realmente, essa instituição foi levada adiante, e se obteve sucesso ou não. Entretanto, é possível ter uma noção do que Francisca Diniz propunha, em termos educacionais, para esse projeto.

A Escola Doméstica, (...) tem por fim dar as crianças a instrução primária e ensinar-lhes todos os trabalhos domésticos. As meninas recolhidas á Escola Doméstica, além da instrução elementar e ensino doméstico geral, terão o aperfeiçoamento de um ramo de ensino para que mostrem vocação e que lhes servirá de profissão mais tarde. Se bem que, sob a mesma direção o Colégio Santa Izabel, a Escola

²³⁴ O Sexo Feminino, 14 de setembro de 1889.

²³⁵ O Quinze de Novembro do Sexo Feminino, 15 de dezembro de 1889.

Doméstica nada tem em comum. Aquele é um estabelecimento de instrução com estatutos rigorosamente observados, et., etc., donde uma menina poderá sair uma literata, mãe de família ou preceptora. Esta é propriamente casa de educação doméstica onde as meninas são consideradas aprendizes, as quais suas diretoras se propõem fazer esposas, mães e cidadãs dignas e moralizadas na classe operária. Para cada estabelecimento há um regimento.

No programa da Escola Doméstica é possível perceber duas visões distintas por parte de Francisca Diniz. Primeiro, é uma proposta inovadora de levar educação, não apenas às mulheres, mas às mulheres pobres, um projeto que consumia tempo e dinheiro, que a escritora não possuía. Ao contrário do que vigorava na época, Francisca Diniz não criou uma instituição de amparo onde as moças aprendiam prendas domésticas e, posteriormente, eram encaminhadas a matrimônios arranjados, mas um colégio onde poderiam aprender uma profissão²³⁶. Conforme escrito anteriormente, na Escola Doméstica não haveria *distinção de cor*. No século XIX, dentre as iniciativas de inclusão de negros livres e libertos na instrução primária (as que efetivamente obtiveram algum sucesso), estavam cursos encabeçados por abolicionistas²³⁷.

²³⁶ Sobre instituições de amparo para moças no século XIX, ver: LEITE, Miriam Moreira (org.), 1994.

²³⁷ GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira. Negros e educação no Brasil. In: *500 Anos de educação no Brasil*. p 327. É importante aqui determinar que, em seus escritos, Francisca Diniz sempre defendeu a causa abolicionista.

Por outro lado, a Escola Doméstica inseria-se no projeto vigente de instrução para as camadas mais pobres da sociedade, pois, claramente, objetivava moralizá-las. Havia, também, a intenção da educação para o trabalho, sendo que a educação da “moça de família” do Colégio Santa Izabel pretendia instruí-la para ser uma *literata ou preceptora*, enquanto a Escola Doméstica pretendia educar a mãe da classe operária.

Apesar de todas as teorias vigentes que limitavam as mulheres ao ensino elementar, Francisca Diniz foi uma árdua defensora da instrução superior para o sexo feminino. Em diversos exemplares de *O Sexo Feminino*, há referências às mulheres que conquistaram o direito de adquirir um diploma de curso superior. A maioria desses exemplos diz respeito a mulheres estrangeiras, mas Francisca Diniz também citou valorosas brasileiras que tiveram que obter seus diplomas fora do país, denunciando, assim, o descaso por parte do Estado e da sociedade brasileira.

Uma dos motivos que se pode aventar sobre a resistência masculina ao ensino superior feminino, seria, exatamente, a de sua associação direta com a questão profissional. A mulher, ao adquirir um diploma de curso superior, estaria apta a competir com o homem no mercado de trabalho. Essa possibilidade não passou despercebida a Francisca Diniz.

A educação superior da mulher tem nestes últimos anos recebido notáveis modificações no sentido de lhe proporcionar todo o ingresso nas escolas superiores, academias e faculdades, permitindo-lhe assim disputar ao homem o direito de desempenhar muitos dos cargos e

profissões, que durante muito tempo foram considerados como sua propriedade exclusiva²³⁸.

Entretanto, um campo profissional foi possível às mulheres e se configurava como uma profissão aceitável socialmente: a professora primária. Em relação ao exercício do magistério no Brasil, o processo de institucionalização da formação docente teria início a partir das décadas de 30 e 40 do século XIX, com o surgimento das primeiras escolas normais provinciais. Durante todo o século, esse tipo de instituição caracterizar-se-ia por um ritmo inconstante, de infindáveis reformas, criações e extinções de escolas normais²³⁹. Do início da formalização da profissão docente no Brasil até a sua feminização passaram-se cinco décadas. Nesse período, uma profissão quase que exclusivamente masculina tornar-se-ia prioritariamente feminina²⁴⁰. Como o que ocorreu na Escola Normal do Rio de Janeiro: *Consta do relatório apresentado pelo respectivo presidente da província à assembléia, que essa escola é freqüentada por 54 alunos, sendo 22 moços, e 32 moças. O mesmo se dá aqui em Campanha, onde o número de moças é muito superior ao de moços*²⁴¹.

Essa alteração no perfil do docente deveu-se, em parte, à expansão do campo educacional, que gerou uma desvalorização da profissão²⁴². A questão salarial foi uma das dificuldades que Francisca Diniz enfrentou no exercício da profissão, inclusive como proprietária de colégio:

²³⁸ O Sexo Feminino, 09 de maio de 1874.

²³⁹ VILLELA, Heloísa de O. S. 2000, p 101.

²⁴⁰ Idem, p 119.

²⁴¹ O Sexo Feminino, 27 de setembro de 1873.

²⁴² VILLELA, Heloísa de O. S. 2000, p 120.

Nenhuma profissão é tão mal e ingratamente retribuída como a de um diretor de colégio. Uma tasca, das mais ordinárias, exige 25\$ a 30\$ de pensão mensal, só por um jantar diário, o diretor de colégio, quando leva 30\$ a 40\$ pelo sustento de uma criança, dando 4 vezes ao dia, casa, água e ensino, os pais bradam “aqui d’El-rei” e consentem que seus filhos digam aos seus mestres que eles, meninos devem ser obedecidos, por que em caso contrário, pedirão a seus pais para tira-los do colégio. Um professor, é um sacerdote; e pois os pais deveriam colocá-lo em posição independente e jamais serem os primeiros a censurar os diretores e professores de seus filhos²⁴³.

Isso não significa, necessariamente, que a entrada das mulheres tenha ocorrido sem conflitos ou sem disputas de mercado com os homens²⁴⁴. Entretanto, a seguinte citação presente em *O Sexo Feminino*, indica que havia certa concordância, por parte do setor masculino ao trabalho das mulheres como professoras: *Está mais do que provado que, para ensinar as primeiras letras não tem-se necessidade do sexo forte, que por sua natureza, detesta a vida de ensino primário*²⁴⁵.

Essa aceitação deriva, em parte, dos discursos ideológicos que atribuíam a função de professora de crianças como uma continuidade da função materna, como traduzido em *O Sexo Feminino: Conciliando-se, ao mesmo tempo, os desvelos todos maternos, próprios ao período de vida em que se acham os alunos*²⁴⁶. Essa teoria obteve respaldo nos discursos médico-higienistas e positivistas da época. Sendo que, o positivismo definia a mulher como potência civilizadora, educadora natural das crianças, fonte de amor e formadora dos bons sentidos dos homens²⁴⁷. A

²⁴³ *O Sexo Feminino*, 02 de março de 1876.

²⁴⁴ VILLELA, Heloísa de O. S., 2000, p 120.

²⁴⁵ *O Sexo Feminino*, 27 de setembro de 1875.

²⁴⁶ *O Sexo Feminino*, 27 de setembro de 1875.

²⁴⁷ CARVALHO, Marina Machado de, 1991, p 88.

concepção da mulher como a educadora por excelência das crianças impregnou todo o imaginário da época, em *O Sexo Feminino* inúmeros artigos reiteravam esse pensamento dominante.

É problema resolvido, e hoje sem a menor contestação, que somente a mulher pode com vantagem educar a mocidade (....). Pois bem – já que ousa por em dúvida a capacidade da mulher para educar – e visto que o próprio governo, também por seu turno a considera apta para professora não somente de meninas mas até mesmo de meninos, confiando-lhes a regência de tais escolas....²⁴⁸

A partir da relação educação e civilização, o professor deveria ser um agente capaz de reproduzir, além do conhecimento, a moralidade. A mulher-professora assumiria o papel de regeneradora moral da sociedade, possibilitando a difusão de idéias que a associam ao lar, à criança e à regeneração de uma sociedade “sadia”²⁴⁹.

(...)o positivismo dá a educação moral sua preeminência natural, pois confia o essencial de todo o processo educativo a formação moral – ao elemento mais amante do poder espiritual. A moral espontânea, a educação dos sentimentos, enfim, a educação primeira deve ser dirigida pela mulher/mãe, visto que, sobretudo em simpatia, as mulheres são naturalmente superiores aos homens. É sob a direção a mulher que a criança deve começar a difícil aprendizagem da luta interior, para subordinar os impulsos egoístas aos impulsos simpáticos²⁵⁰.

²⁴⁸ *O Sexo Feminino*, 27 de setembro de 1875.

²⁴⁹ VILLELA, Heloísa de O. S., 2000, p 120.

²⁵⁰ CARVALHO, Marina Machado de, 1991, p 85.

A nova condição feminina do magistério fez, também, emergir mecanismos de controle e discriminação contra as mulheres, além de reforçar a imagem da mulher associada à domesticidade. Ao substituir a mãe, esperava-se que a preceptora assumisse uma conduta materna, ou seja, assexuada, respeitável, pura. Os concursos para admissão nas escolas normais passaram a dar mais ênfase na moral e no comportamento dos professores do que em seus conhecimentos. Nacionalidade, idade e moral eram critérios de exclusão para quem pretendia exercer o magistério²⁵¹.

Se a pureza de costumes é tão importante no professor, o pudor é dos mais indispensáveis requisitos numa professora. A missão do professor é difícil, mas a da professora é sempre muito mais árdua. (...) A sociedade avalia pelo pudor da mulher a sua coroa de virgem, a sua virtude de esposa e a pureza de sua maternidade. (...) Como pregar a moral, senão quando deveras se sente? Como edificar a esperança de um povo inteiro senão como o exemplo? O mais recatado pudor e a mais rígida moral devem ser os principais adornos das professoras²⁵².

Apesar dos baixos salários, das dificuldades encontradas, do controle e do reforço da ideologia de domesticidade e maternagem, o magistério de crianças foi uma profissão que permitiu uma certa liberdade para as mulheres e, possibilitou a aquisição de conhecimentos, além de ter se constituído como uma boa alternativa a um casamento forçado ou a profissões menos prestigiadas como costureiras, governantas e parteiras.

²⁵¹ VILLELA, Heloísa de O. S., 2000, p 119 – 127.

²⁵² O Sexo Feminino, 12 de março de 1875.

Assim, o magistério primário representou o ponto de partida possível no momento histórico vivido. A ideologia da mãe educadora serviu como desimpedimento para a inserção profissional das mulheres, possibilitando um trabalho digno e remunerado²⁵³. Assim, nos escritos de Francisca Diniz é possível perceber, mais uma vez, estratégias para a emancipação econômica e social da mulher embutidas em discursos que à primeira vista aparentam apenas reforçar a condição feminina como restrita à família. Nos dizeres de June Hahner:

As funções maternas e de nutrição poderiam facilmente ser estendidas, para além do lar, até a sala de aula. D. Francisca não apenas declarou que as mulheres eram melhores professoras primárias como também que este campo deveria ser entregue exclusivamente a elas, abrindo assim a chance de mais empregos para as mulheres.(...) Através do trabalho e da educação correta, as moças poderiam adquirir meios de obter o necessário à subsistência e mesmo até fortuna, e tornar-se independentes do homem. D. Francisca defendia a idéia essencial de que a dependência econômica determinava a subjugação feminina e de que uma educação melhor poderia ajudar a elevar o status da mulher²⁵⁴.

Em *O Sexo Feminino*, como também nas outras publicações de Francisca Diniz, constavam propostas de inserção da mulher no espaço público. A luta da mulher pelo acesso ao mercado de trabalho era também uma luta pela possibilidade de participação política. A importância da questão da luta pelo acesso ao trabalho para configurar *O Sexo Feminino* como um periódico político é a conceituação da

²⁵³ VILLELA, Heloísa de O. S., 2000, p 119 – 122.

²⁵⁴ HAHNER, June, 1981, p 55.

política que afirma que a mulher só pode alçar à esfera pública na medida em que se liberta do “reino da necessidade”, isto é, emancipar-se economicamente²⁵⁵.

3.3 – ALÉM DA MULHER IDEAL

Apesar de todas as teorias que afirmavam que o universo da política era incompatível com a natureza feminina, pode-se assegurar que Francisca Diniz tratou abertamente da inserção da mulher no espaço público, seja pelas críticas aos governantes, pela reivindicação à educação e ao trabalho, condenando a pena de morte, a escravidão, seja pela própria discussão sobre a política de seu tempo. Entretanto, como foi demonstrado anteriormente, seu discurso foi construído com idas e vindas, exigências e concessões, estratégias e escritos.

Quando à sua individualidade for reconstituída perante os homens, e, especialmente, perante a sua própria consciência; quando lhe outorgar o direito de ilustrar-se, e de viver racionalmente, esta mulher brasileira tão ignorante e tão opulenta de inteligência; tão supersticiosa e tão amante da caridade; tão vilipendiada e tão cheia de dignidade e abnegação, saberá cumprir gloriosamente a augusta missão de que está encarregada: a de conduzir este escravizado país às raias de perfeição suprema²⁵⁶.

²⁵⁵ GOMES, Ana Cláudia, 2002, p 38.

²⁵⁶ O Sexo Feminino, 06 de dezembro de 1873.

Uma das formas com que Francisca Diniz atuou em prol de melhorias da sociedade, fora da esfera doméstica, foi a filantropia, que, no entanto, não representava inserção no espaço público, mas era bastante aceita socialmente. A filantropia foi um assunto muitas vezes discutido pelos órgãos da imprensa feminina no século XIX. Esses veículos propunham a organização de estabelecimentos e instituições filantrópicas com o objetivo de ajudar as classes pobres, moralizar seu comportamento e facilitar sua educação²⁵⁷. As mulheres que realizavam tarefas filantrópicas fora do lar eram mais aceitas do que as que invadiam o domínio masculino dos assuntos públicos²⁵⁸. Além da sua atuação através da Escola Doméstica, Francisca Diniz apresentou exemplos filantrópicos que ocorriam em outras partes do mundo, como uma maneira de sensibilizar seus leitores e fornecer modelos que poderiam ser seguidos na realidade brasileira:

SOCORRO AOS POBRES: New York foi inaugurado um modo de ajudar aos pobres muito prático e expedito. As direções de várias sociedades de caridade se reuniram e resolveram fazer uma arrecadação geral do que quer que o público quisesse contribuir. (...) O maire de um dos distritos de Paris, organizou escola prática de costura em que se dá instrução gratuita a qualquer rapariga....²⁵⁹

Outro tópico bastante discutido por Francisca Diniz foi a abolição da escravatura. Segundo Branca Moreira Alves, foi nos Estados Unidos da América que surgiram as primeiras manifestações organizadas de reivindicação dos direitos das mulheres no século XIX.

²⁵⁷ BICALHO, Maria Fernanda Baptista, 1988, p 233.

²⁵⁸ HANER, June, 1981, p 77.

²⁵⁹ O Quinze de Novembro do Sexo Feminino, 15 de março de 1890.

Segundo a mesma autora, nesse país e nessa época, o movimento abolicionista serviu de ponte para a expressão dos interesses femininos, sendo que estes últimos foram muito mais combatidos. O abolicionismo era visto como uma causa justa, que unia os políticos liberais, tanto dos Estados Unidos da América quanto da Inglaterra. A escravidão possuía forte apelo humanitário, sendo repudiada por alguns setores da sociedade. Nesse sentido, as mulheres puderam sair de casa para lutar por uma causa que correspondia aos bons sentimentos reputados ao sexo feminino. As mulheres passaram a associar a sua causa à libertação dos escravos, afinal, lutava-se por uma sociedade onde todos tivessem direitos iguais. A partir do momento em que elas foram a público reivindicar os direitos dos negros, compreenderam que podiam fazer o mesmo por si. Além do que, ao encontrarem resistência no fato de estarem expressando suas idéias, inclusive entre homens abolicionistas, perceberam que deveriam lutar pelo direito de se expressarem. Entretanto, no Brasil, durante o século XIX, não ocorreram tantas associações de mulheres como suas colegas do norte. Boa parte da estratégia de luta abolicionista das feministas brasileiras, da mesma forma que as americanas, expressou-se por meio de jornais²⁶⁰.

A marcha do movimento e do progresso é lenta, porém não está longe o dia em que a obra da perfectabilidade do gênero humano será preenchida; que a unidade de Deus, o amor da humanidade, a abolição da escravidão, e a liberdade de consciência serão verdades conhecidas de todos. Para se obter este sublime desideratum, é preciso que o povo esteja instruído como convém, que os nossos olhos não vejam mais o crime em perseguição da virtude, o homem vender

²⁶⁰ ALVES, Branca Moreira. *Ideologia e feminismo: a luta da mulher pelo voto no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1980, p 65 - 73.

seu irmão, como uma mercadoria, que não hajam mais tiranos, nem a guerra faça jamais correr o sangue humano²⁶¹.

Para Francisca Diniz, a sociedade somente civilizar-se-ia se a educação fosse estendida às mulheres. Da mesma forma, ela compreendia a situação dos escravos e relacionava-a a situação da mulher no Brasil. No exemplar de 05 de setembro de 1875, escreveu sobre a Lei do Ventre Livre, intitulando o artigo como *Assunto Análogo* (análogo ao outro artigo que tratava da questão feminina):

(...) qual estrela cintilante que com superioridade brilha e fulgura sobre todas as outras, é a nossa Sereníssima Princesa Imperial, a nobre e virtuosa Condessa d'Eu. (...) A lei de 28 de setembro (...) que uma senhora pode, ..., sem aparatos bélicos e sem rios de sangue, dar ao mundo masculino uma lição de que para se obterem os benéficos efeitos de uma lei nada mais é necessário do que, que essa lei seja justa, humanitária e de interesse geral. Ninguém nasce mais escravo no território brasileiro. Qualquer homem como Monarca teria esperado e até prontificado aparato de destruição²⁶².

Importante que nesse artigo há elogios à maneira que uma mulher conduziu-se como governante, ao mesmo tempo em que critica a maneira masculina de governar. Francisca Diniz aproveitou dos momentos em que a Princesa Isabel esteve à frente do Império para ressaltar a atuação feminina na política:

As áureas leis de 28 de setembro de 1871 e a de 13 de maio de 1888, são acontecimentos imorredouros! E que bem alto atestam a energia e a capacidade da mulher. A heroína que apresentou ao

²⁶¹ Primavera, 17 de outubro de 1880.

²⁶² O Sexo Feminino, 05 de setembro de 1875.

ilustrado parlamento brasileiro a áurea lei n. 3353 de 13 de maio de 1888 mostrou que não somos, como dizem os pessimistas, entes fracos e aos quais compete eterna tutela. Sabem todos que muitas vezes, apresentando-se dificuldades insuperáveis para os homens, são estas resolvidas por mulheres, que aparecem como que adrede para triunfar dos obstáculos e dificuldades²⁶³ .

A faceta política de *O Sexo Feminino* é claramente demonstrada na mudança do nome do jornal. Exemplo mais expressivo é a homenagem à proclamação da República traduzida na mudança do nome do periódico para *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino*, simbolizando sua determinação em conquistar liberdade e direitos políticos plenos para as mulheres²⁶⁴. Além disso, a publicação passou a ser definida como uma *revista quinzenal, literária, recreativa, noticiosa e política especialmente dedicada aos interesses da mulher*.

Francisca Diniz evitou assumir, abertamente, o seu posicionamento frente ao sistema político brasileiro. Ao contrário de muitos periódicos do século XIX, que surgiam para defender ou acusar o regime político, *O Sexo Feminino* tendia a respeitar a figura do governante, apoiando o Imperador e, à época da proclamação da República, apoiando a mudança de regime político. O exemplar de 20 de dezembro de 1873 traz uma discussão interessante com o jornal *Colombo* – que elaborou uma crítica ao *O Sexo Feminino* por ter publicado uma poesia em homenagem a D. Pedro II - onde se pode perceber as idas e vindas do posicionamento política de Francisca Diniz.

²⁶³ *O Sexo Feminino*, 02 de junho de 1889.

²⁶⁴ HANER, June, 1981, p 81.

(...) Que nossa folha não é política, e por tanto não tem que se ingerir no grande problema social de qual seja a melhor forma de governo, se monarquia absoluta, constitucional, teocracia, democracia ou república aristocrática (...) Se estivéssemos sob a forma de governo republicano saudaríamos de bom grado o presidente da república; mas como estamos dominados pela monarquia, (...) Diz mais o Colombo que a mulher sob o regime monárquico é escrava ou cortesã. Não sabemos em que grande república ou republiqueta a mulher deixe de ser escrava, e goze de direitos políticos, como o de votar e ser votada²⁶⁵.

Entretanto, não pode ser desprezado o fato de ela ter denominado seu jornal como *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino* em homenagem à Proclamação da República. É claro que, acompanhando os movimentos políticos brasileiros, Francisca Diniz pode expor de forma mais clara um posicionamento político mais definido. Junto à proclamação da República, *O Sexo Feminino*, ou melhor, *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino*, jubilou-se com o novo regime político, que a autora definiu como *democracia estabelecida no território brasileiro*, o qual, para ela, fez desaparecer *em um momento os preconceitos de nobreza de nascimento*²⁶⁶.

Francisca Diniz pode ter sido influenciada pelo ambiente político de seu tempo, as agitações da década de 1880. A morte de seu marido pode ter posto fim a uma influência monarquista que ele certamente exercia sobre ela. Ou simplesmente, teria Francisca Diniz mudado de opinião e, conseqüentemente, de posição frente ao regime político em razão de sua trajetória de vida na luta pelos

²⁶⁵ O Sexo Feminino, 20 de dezembro de 1873.

²⁶⁶ O Sexo Feminino, 15 de dezembro de 1889.

direitos para as mulheres. O certo é que se, em 1873, a forma de governo não é o mais pertinente, em 1880 ela escreveu o seguinte texto:

Um povo convicto da superioridade dos nobres como sob o antigo regime feudal, curva-se perante a realeza e nobreza; obedecendo a ambos, julgavam obedecer à justiça e à razão. Eis a causa única de sua obediência. Chegue um dos poderes ao povo, a descobrir que está em erro; imediatamente despedaçar-se-ão as cadeias e despindo as crenças que o retinham escravo, correm em busca da justiça em que ele reconhece o direito de governar²⁶⁷.

Da mesma maneira compreendia que a forma de governo não representava, diretamente, mudanças nos direitos das mulheres. Francisca Diniz via poucos benefícios na obtenção do direito ao voto. Entretanto, a partir da década de oitenta do século XIX, em meio à agitação republicana, acentuou-se a discussão sobre o voto feminino no Brasil. Algumas feministas passaram a exigir esse direito, causando escândalo entre muitos brasileiros e brasileiras²⁶⁸. Após a proclamação a República, *O Sexo Feminino* passou a reservar uma coluna à questão do sufrágio feminino, como o artigo abaixo, intitulado *Emancipação - Igualdade de Direitos*, no qual, como era recorrente, eram citados exemplos ocorridos em outros países:

(...)finalmente, enquanto os direitos civis forem privilégios de um só sexo, o chamado sexo masculino, a Lei de Deus não estará religiosamente observada. (...) A igualdade de direitos civil e político é nosso alvo.

²⁶⁷ Primavera, 17 de outubro de 1880.

²⁶⁸ HANER, June, 1981, p 80.

Em um precioso trabalho do eminente Mr. Stuart Mill apresentado, em 1865, 66 e 67, ao parlamento, onde obteve, em favor do direito de voto, 82 votos, nessa ocasião em que a opinião não estava bem formada, já é alguma coisa. E, apesar da derrota do projeto não é para desanimar as Senhoras que esperam a igualdade de direitos civis e políticos.. (...) No Estado de Michigan foi admitida uma emenda constitucional dando o direito de voto às mulheres maiores de 21 anos. De 166.000 votos recolhidos às urnas, 40.000 foram a favor da emenda e 125.000 contra. Como se vê, apesar de serem derrotadas, as mulheres triunfaram, não já pelo número de votos, mas pelas aprovações da opinião; já pelo apoio que homens estadistas do valor de Mr Stuart Mill e Gladstone deram à causa da emancipação política da mulher. A primeira manifestação do progresso de uma nação está na observância da Lei Divina. A pura democracia é o atestado de civilização de um povo livre. A semi-escravidão da mulher estabelecida na Turquia e em outros lugares semi-bárbaros, dão idéia do atraso do povo que a conserva em suas leis. A civilização traz como consequência a liberdade e igualdade de direitos concedidos à mulher tanto como ao homem²⁶⁹ .

O sufrágio feminino encontrou forte resistência masculina. Ironicamente, a oposição ao sufrágio feminino no Brasil baseou-se na suposta nobreza, pureza e domesticidade das mulheres, suposições levadas ao extremo pelos positivistas²⁷⁰. Na Assembléia Constituinte de 1891, a discussão sobre o voto feminino levantou argumentos sobre a importância do papel da mulher no lar, sua função primordial na família e a importância da família para a sociedade. Logo, o sacrossanto lar não poderia ser colocado em risco pela competição entre a mulher e o homem. Francisca Diniz, antevendo essa resistência, declarou: *Nós a mulheres não*

²⁶⁹ O Sexo Feminino, 15 de março de 1890.

²⁷⁰ HANER, June, 1981, p 78 - 85.

queremos ser Presidentes de República, Coronéis de Regimento, etc, etc... ²⁷¹. Para em seguida propor novas possibilidades vetadas às mulheres:

Mas, que a mulher, como ser inteligente, é capaz de fazer tudo o que faz o homem, tendo ainda segura e ampla esfera de ação no mundo moral e sensível, é fato demonstrado. É preciso confessar o nosso atraso comparativamente com outras nações, os povos que se colocam hoje a frente do progresso, apresentam os primeiros exemplos históricos da mulher exercendo profissões científicas, e as quais se chamavam humanidades. A maior parte dos lugares de professores públicos são preenchidos por senhoras, e milhares delas são empregadas nas casas de moedas, de selos de Estado, de oficinas do governo e administrações de correios. As profissões livres não são vedadas; há médicas e advogadas exercendo suas profissões livremente. Em conclusão, a mulher na maior parte dos países onde prevalece a civilização, como por exemplo nos Estados Unidos da América do norte, não está já sobre o jugo despotamente exercido pelo poder marital, e goza de maiores privilégios²⁷².

A partir do que ela considerava a *democracia estabelecida*, *O Sexo Feminino* ampliou a discussão a respeito da participação política das mulheres, defendendo seu direito ao voto. Resta-nos imaginar que, a partir de sua crítica a uma *republiqueta* em que *a mulher não goze de direitos políticos, como o de ser votada*²⁷³, Francisca Diniz vislumbrava o princípio de novas possibilidades à mulher brasileira.

²⁷¹ O Quinze de Novembro do Sexo Feminino, 06 de dezembro de 1890.

²⁷² O Quinze de Novembro do Sexo Feminino, 06 de dezembro de 1890.

²⁷³ O Sexo Feminino, 20 de dezembro de 1873.

Considerações finais

O presente trabalho analisou o periódico *O Sexo Feminino*, já estudado em outros trabalhos que versam sobre a leitura e a escrita femininas no Brasil. Entretanto, há o acréscimo de duas fontes documentais ainda inéditas: a revista *Primavera* e o romance *A Judia Rachel*. Nosso primeiro objetivo foi o de contribuir com a pesquisa sobre a imprensa feminina no Brasil do século XIX. São muitas as possibilidades de estudo que essa documentação, sem dúvida, oferece. As fontes inéditas, aqui trabalhadas, oferecem ainda mais subsídios para a pesquisa sobre a produção literária das escritoras brasileiras.

A proposta desta dissertação, além da análise dos próprios escritos, foi de resgatar uma personalidade do século XIX - uma mulher, ao mesmo tempo, tão comum e tão especial - e, a partir de suas próprias palavras, retratar um grupo de mulheres de sua época. Apesar de, por um lado, a imprensa feminina ter falado tanto sobre o casamento, a família e a maternidade, por outro, retratou mulheres que possuíam outras dimensões que não deixavam de ser uma novidade em seu tempo. Eram leitoras, escritoras, professoras, literatas, trabalhadoras, que, muitas vezes, tiveram que ir a público contar suas histórias no sentido de legitimar esse espaço que elas já estavam ocupando. A trajetória de Francisca Diniz revela a necessidade que tinham essas mulheres de recorrerem à escrita como meio de expressão.

A imprensa feminina do século XIX produziu e reproduziu os inúmeros discursos do período, que tratavam da condição feminina, e elegeram a educação como sua principal reivindicação. A instrução da mulher promoveria sua valorização na esfera doméstica, no lar e na família, ou melhor, a educação prepararia a mãe de família para exercer um papel que lhe era naturalmente devido: a de

responsável pela educação dos filhos e responsável pela formação moral da família. A sua função moralizadora estendeu as atribuições das mulheres para a sociedade.

A valorização da mulher na esfera doméstica representou condição fundamental para as reivindicações da imprensa feminina em relação ao mercado de trabalho e à participação política. O acesso à educação possibilitou o ingresso das mulheres nos cargos de professoras e possibilitou o exercício da atividade de escritoras. Da mesma forma, a instrução da mulher lhe forneceu subsídios para reivindicar o direito de participação política e permitiu que participasse da esfera pública por meio da participação na esfera literária.

Nesse sentido, é possível ressaltar o aspecto político do jornal *O Sexo Feminino*. Também, a partir da sua luta pelos direitos das mulheres, pode-se afirmar que Francisca Diniz foi uma representante do movimento feminista brasileiro. A luta das mulheres no decorrer do século XIX caracterizou-se por uma série de permanências e recuos, estratégias e escritos. A escrita configurou-se, para essas mulheres, como a estratégia de negociação possível de acordo com o momento histórico vivido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES

Acervo Biblioteca Nacional

O Sexo Feminino: periódico dedicado aos interesses da mulher (1873 - 1889).

O Quinze de Novembro do Sexo Feminino: periódico quinzenal recreativo noticioso (1889 - 1890).

A Primavera: revista semanal, instrutiva noticiosa (1880).

DINIZ, Albertina A. e DINIZ, Francisca Senhorinha da Motta. *A Judia Rachel*. Rio de Janeiro: José Clímaco dos Reis, 1886.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, B. M. *Ideologia e feminismo: a luta pelo voto no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1980.

_____; PITANGUI, Jacqueline. *O que é feminismo*.

AUAD, Sylvia M. von Altingen Venturoli (org.). *Mulher: cinco séculos de desenvolvimento na América: capítulo Brasil*. Belo Horizonte: Federação Internacional de Mulheres da Carreira Jurídica, 1999.

ARAGÃO, Luiz Tartei de. "Em nome da mãe: posição estrutural e disposições sociais que envolvem a categoria mãe na civilização mediterrânea e na sociedade brasileira". In: *Perspectivas antropológicas da mulher*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983. Volume 3.

BARROSO, Carmem; COSTA, Albertino Oliveira (org). *Mulher mulheres*. São Paulo: Cortez Editora, 1983.

BASTOS, Tocary Assis. *O positivismo e a realidade brasileira*. Belo Horizonte: 1965.

- BAUSBAUN, Leôncio. *História sincera da República*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1968.
- BELO, André. *História, livro e leitura*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.
- BERNARDES, Maria T. C. Crescenti. *Mulheres de Ontem?: Rio de Janeiro – século XIX*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1988.
- _____. *Mulheres educadas: Rio de Janeiro do século XIX (1840 –1890)*. São Paulo: [s. n.], 1983.
- BICALHO, M. F. B. *O belo sexo: imprensa e identidade feminina no Rio de Janeiro em fins do século XIX e início do século XX*. Dissertação de mestrado, UFRJ. Rio de Janeiro, 1988.
- BITTENCOURT, Pedro Calmon Morris de. “Espírito da sociedade imperial”. In: _____. *História Social do Brasil*. 2 ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1937.
- BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario bibliographico brasileiro*. Rio de Janeiro: 1883-1902.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- BRANDÃO, Ceila Ferreira. *Mulher e literatura no século das Luzes ou reflexões sobre historiografia literária*. Disponível em:
<http://www.lettras.ufrj.br/litcult/revista_mulheres/VOLUME/55_ceila.html>
Acesso em 29 nov. 2004.
- BRUSCHINI, Maria Cristina A.; ROSEMBERG, Fúlvia (org.). *Vivência: História, Sexualidade e Imagens Femininas*. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- BITTONI, Dulcília Helena Schroeder. *Mulher de papel: a representação da mulher na imprensa feminina brasileira*. São Paulo: Edições Loyola, 1981.
- _____. *Imprensa feminina*. São Paulo: Ática, 1986.

CÂNDIDO, Antônio. *Presença da Literatura brasileira: das origens ao romantismo*. São Paulo: Difusão Européia, 1968.

_____. *O romantismo no Brasil*. São Paulo: Humanitas/FFLCH, 2002.

CAPELATO, Maria Helena. *Imprensa e história do Brasil*. São Paulo: Contexto, 1994.

CARVALHO, José Murilo. *A formação das almas: o imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. "A ortodoxia positivista no Brasil: um bolchevismo de classe média". In: *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.

CARVALHO, Marina Machado de. *A imagem e a educação da mulher no positivismo*. Dissertação de Mestrado, USP, São Paulo, 1991.

CASSIRER, Ernst. *A filosofia do Iluminismo*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

CHALLOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília: Editora da UNB, 1994.

_____. "Diferenças entre os sexos e dominação simbólica (nota crítica)". In: *Cadernos Pagu*, 4. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP, 1995.

CORRÊA, M. "Repensando a família patriarcal brasileira", In: *Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (orgs.). *Entre a virtude e o pecado*. São Paulo: Rosa dos Tempos, Fundação Carlos Chagas, 1992.

- _____. *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1992.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república*. São Paulo: Grijalbo, 1977.
- COSTA, J. C. "O pensamento brasileiro sob o Império", In: Sérgio Buarque de Holanda (org.), *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967, vol. 2.
- CRIPPA, Adolpho, (et al.). *As idéias filosóficas no Brasil*. São Paulo: Convívio, 1978.
- CRISTÓVÃO, Fernando Alves. *Presença de Fenelon no espaço luso-brasileiro: subsídios para um estudo*. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian, 1983.
- DEL PRIORE, Mary (org.). *História das Mulheres no Brasil*. 2º ed. São Paulo: Contexto, 1997.
- DUARTE, Constância Lima. A ficção didática de Nísia Floresta. In: *500 Anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- _____. "A mulher e o jornalismo: contribuição para uma história da imprensa feminista". In: *Mulher: cinco séculos de desenvolvimento na América: capítulo Brasil*. Belo Horizonte: Federação Internacional de Mulheres da Carreira Jurídica, 1999.
- _____. "Nísia Floresta Brasileira Augusta: pioneira das letras e do feminismo nacional." In: *Mulher: cinco séculos de desenvolvimento na América: capítulo Brasil*. Belo Horizonte: Federação Internacional de Mulheres da Carreira Jurídica, 1999.
- DUBY, Georges; PERROT, Michelle. *História das mulheres no ocidente*. Porto: Afrontamento, 1992.

EXPILLY, Charles. *Mulheres e Costumes do Brasil (1814 - 1816)*. Belo Horizonte, Rio de Janeiro: Ed. Itatiaia, 2000.

FARIA FILHO, Luciano M. de (org.). *Educação, modernidade e civilização*. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

_____. Instrução elementar no século XIX
mestre escola e a professora. In: *500 Anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

FENELON. *Aventuras de Telémaco*. Madri: [s.n.], 1934.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. *O avesso da memória: cotidiano de trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII*. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: Edunb, 1993.

FREYRE, Gilberto. *Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1966.

. *Sobrados e Mucambos: Decadência do Patriarcado Rural e Desenvolvimento do Urbano*. 2º edição. Rio de Janeiro: José Olympio, 1968.

_____. *Ordem e Progresso: Processo de Desintegração das Sociedades Patriarcal e Semipatriarcal no Brasil sob o Regime de trabalho Livre: Aspectos de um Quase Meio Século de Transição do Trabalho Escravo para o Trabalho Livre; e da Monarquia para a República*. 2º edição. Rio de Janeiro: José Olympio, 1968.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. *Mulher brasileira: bibliografia anotada*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

GAY, Peter. *O coração desvelado*. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

_____. *O cultivo do ódio*. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

- GOMES, Ana Cláudia. *O Almanach das Senhoras (1871-1927) e um projeto político de acesso feminino à cultura letrada*. Dissertação de Mestrado, UFMG, Belo Horizonte, 2002.
- GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira. Negros e educação no Brasil. In: *500 Anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- GRIPPA, Adolpho. *As idéias filosóficas no Brasil*. São Paulo: Convívio, 1978.
- HAHNER, June. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850 -1937*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.
- HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. São Paulo: EDUSP, 1985.
- HOLLANDA, Heloísa Buarque de. "Os estudos sobre mulher e literatura no Brasil: uma primeira avaliação". In: COSTA, Albertina de O. & BRUSCHINI, Cristina, *Uma questão de gênero*, p. 67.
- KOLLONTAI, Alexandra. *A nova mulher e a nova moral sexual*. Coleção Base nº 6. São Paulo: Global Editora, 1978.
- LEFORT, Monsenhor. *Cidade de Campanha: monografia histórica*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1972.
- LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. *A condição feminina no Rio de Janeiro no século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1984.
- LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive Veiga. *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- MACIEL, Guilherme de Souza. *Envergonhei-me de mim mesma e tive medo: a mulher e suas representações em um periódico literário mineiro da primeira metade do século XIX*. <http://www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br>. acessado em 17/05/2005.

- MAGALDI, Ana Maria Bandeira. *Mulheres no mundo da casa: imagens femininas nos romances de Machado de Assis e Aluizio Azevedo*. Dissertação de mestrado, 1999.
- MARTINS, Maria do Carmo Salazar. *Janelas de treliça: mulher e trabalho na província de Minas Gerais*. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 1994.
- MATOS, Sônia Missagia de. "Repensando gênero". In: *Mulher: cinco séculos de desenvolvimento na América: capítulo Brasil*. Belo Horizonte: Federação Internacional de Mulheres da Carreira Jurídica, CREZ/MG, Centro Universitário Newton Paiva, IA/MG, 1999.
- MENDES, R. Teixeira. *A preeminência social e moral da mulher segundo os ensinamentos da verdadeira ciência positiva*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1920.
- MEYER, Marlyse. *Folhetim: uma história*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.
- _____. "Folhetim: uma história de leitura". In: *Leitura, práticas, impressos, letramentos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.
- MORAES, Maria Arisnete Câmara de. *Leitura de mulheres no século XIX*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.
- NASCIMENTO, Cecília Vieira do. *O Sexo Feminino em campanha pela emancipação da mulher (1873 - 1874)*. Dissertação de Mestrado, UFMG. Belo Horizonte, 2004.
- NEEDELL, Jeffrey D. *Belle époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- NUNES, Reginaldo. *À margem da política positivista*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940.

OUTRAM, Dorinda. Lê langage male de la vertu: as mulheres e o discurso da Revolução Francesa. In: BURKE, Peter; PORTER, Roy (org.). *História social da linguagem*. São Paulo: UNESP, 1997.

PAIM, Antônio. *O Apostolado Positivista e a República*. Brasília: Câmara dos Deputados/ UNEB, 1981.

_____. *História das idéias filosóficas no Brasil*. São Paulo: Editorial Grijalbo, 1967.

PERROT, Michelle. *Mulheres públicas*. São Paulo: UNESP, 1998.

_____. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

_____. *Positivismo: um projeto político alternativo*. São Paulo: L&PM, 1986.

PRADO, Rosane Manhães. "Um ideal de mulher: estudo dos romances de M. Delly." In: *Perspectivas antropológicas da mulher*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983. Volume 3.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar (1890 - 1930)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RESENDE, Silvana Gomes. *No avesso da cidade moderna: uma escrita feminina: viagens ao Brasil do século XIX*. Dissertação de Mestrado. FALE/UFMG. Belo Horizonte, 2005.

RIBEIRO JÚNIOR, João. *O que é positivismo*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

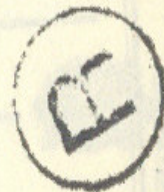
- SABINO, Ignês. *Mulheres ilustres do Brazil*. Ed. Fac-similar. Florianópolis: Editora das Mulheres, 1996.
- SALES, Zeli Efigênia Santos de Sales. "Intelectuais e educação no século XIX. In: *História da educação em Minas Gerais*. Belo Horizonte: FCH/FUMEC, 2002.
- SAMARA, Eni de Mesquita. *A família brasileira*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- SCOTT, Joan. "História das mulheres". In: BURKE, Peter. *A escrita da História*. São Paulo: UNESP, 1997.
- SEABRA, Elizabeth Aparecida Duque. *A escrita e a fala: idéias de monarquia e república nos folhetos e periódicos (1821 - 1825)*. Dissertação de Mestrado, UFMG. Belo Horizonte, 1999.
- SHUMAHER, Schuma; BRAZIL, Érico Vital. *Dicionário mulheres do Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da Silva. *Cultura e Sociedade no Rio de Janeiro (1808 - 1821)*. São Paulo, Ed. Nacional; Brasília, INL, 1977.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- SOIHET, Rachel. *Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana, 1890 - 1920*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1989.
- _____. *Vivências e formas de violência: mulher de classe subalterna no Rio de Janeiro (1890 - 1920)*. São Paulo: Tese de Doutorado, USP, 1986.
- TELES, Maria Amélia de Almeida. *Breve história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- TELLES, Norma. *Encantações: escritoras e imaginação literária no Brasil, século XIX*. São Paulo, 1987, Tese de doutorado. Mimeografada.

- _____. "Escritoras brasileiras no século XIX". In: *Mulher: cinco séculos de desenvolvimento na América: capítulo Brasil*. Belo Horizonte: Federação Internacional de Mulheres da Carreira Jurídica, CREZ/MG, Centro Universitário Newton Paiva, IA/MG, 1999.
- VALLADÃO, Alfredo. *Campanha da Princesa*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1942. vol 3.
- VASCONCELOS, Sandra Guardini T. *A formação do romance brasileiro: 1808 – 1860 (vertentes inglesas)*. <http://www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br>. acessado em 17/05/2005.
- VILLELA, Heloísa de O. S. O mestre escola e a professora. In: *500 Anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- WATT, Ian. *A ascensão do romance: estudos sobre Defoe, Richardson e Fielding*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.
- YUNES, Eliana. *Pensar a leitura: complexidade*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2002.

ANEXOS

O QUINZE DE NOVEMBRO

DO SEXO FEMININO



PERIODICO QUINZENAL, LITTERARIO, RECREATIVO E NOTICIOSO
ESPECIALMENTE DEDICADO AOS INTERESSES DA MULHER

Redacção proprietária, R. Frederico Soutinho de Mattos, 14
COLLABORADORAS: SUAS FILHAS E DIVERSAS SENHORAS
REDACÇÃO: RUA DO LAVRADIO N. 24

| | | | | |
|------------------------------------|-----------------------|--|-----------------------------|----------------------|
| ASSINATURAS PARA A CAPITAL FEDERAL | | E' por intermedio de mulher que se recebem custoso no correio brasileiro. | ASSINATURAS PARA OS ESTADOS | |
| Por anno..... 10000 | Pro trimestre... 3000 | | Por anno..... 12000 | Por semestre... 6000 |
| Por semestre... 5000 | Por mes..... 1000 | Annos' MORTU. | Por trimestre..... 3000 | |

Anno III

Capital Federal 16 de Julho de 1890

Num. 18

O SEXO FEMININO

SEMANARIO DEDICADO AOS INTERESSES DA MULHER

Assignatura para corte

POR ANNO..... 10\$000
 POR SEMESTRE..... 5\$000
 POR TRIMESTRE..... 3\$000

Toda correspondencia será dirigida a redactora
 D. Francisca Sombinha da Motta Piniz.

PRAÇA DA ACCLIVIAÇÃO N. 49, SERRA DO

E' pelo intermedio da mulher que a natureza
 escreve no coração do homem.

AIME MARTEL.

Se quereis que os homens sejam sábios e
 justos, ensinaí a mulher o que é sabedoria e virtude.

Assignatura para provincias

POR ANNO..... 12\$000
 POR SEMESTRE..... 6\$000
 POR TRIMESTRE..... 3\$700

As pessoas que assignarem conjuntamente o SEXO
 FEMININO e a SAISON, jornal de modas propriedade
 dos Srs. Lombardi & Comp. obtêm esta dupla assignatura por 20\$000 annuaes. Rua dos Ourives 7.

Anno II

Rio de Janeiro, 10 de Outubro de 1875

N. 11

SCENAS ORIENTAES

A JUDIA RACHEL

ROMANCE ORIGINAL DE COSTUMES

POR

D. FRANCISCA SENHORINHA DA MOTTA DINIZ

Directora do Collegio Santa Izabel

E

SUA FILHA A. A. DINIZ



RIO DE JANEIRO

EDITOR — JOSÉ ASSIS CLÍMACO DOS REIS

Rua do Hospício, 108 A

1888